Órgão Central
do Partido Comunista
Português

# Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

**Semanário**

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 633
13 de Fevereiro de 1986
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

# VOTAR PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

O PCP, consciente das suas altas responsabilidades na vida nacional, mantendo integralmente o seu juízo acerca de Mário Soares e da sua política, considera imperativo que os trabalhadores, os democratas e patriotas, para derrotarem Freitas do Amaral, votem em Mário Soares. Não se trata de um voto de apoio nem a Soares nem à sua política, que continuará a ser firmemente combatida. Mas trata-se da única forma de, na 2.ª volta das eleições, no dia 16 de Fevereiro, fazer frente à ameaça de eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República.

# FASCISMO – NUNCA MAIS!

# Editorial

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 633
13 de Fevereiro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente


# Domingo contra Freitas vota Mário Soares

No próximo domingo, quer chova, quer faça sol ou vento é imperioso sair de casa, depor um voto inconfundível nas urnas para esta quarta disputa eleitoral em quatro meses e participar desta simples forma numa batalha política em que tanta coisa cara ao nosso povo está em jogo.

Votar, dizem os manuais do civismo democrático, é um direito e um dever dos cidadãos. Todavia, o voto de domingo nas presidenciais de 1986 não é para os cidadãos portugueses, e sobretudo para os trabalhadores e todos os democratas, um mero exercício cívico.

É bem mais do que isso — é um acto eminentemente político de importância extrema para os destinos da democracia e para a continuação de Portugal de Abril.

Estas eleições para a Presidência da República que não puderam dirimir-se, conforme se esperava, numa 1.ª volta, vão agora decidir-se em condições diferentes e um tanto imprevistas, numa 2.ª ronda.

A derrota da candidatura democrática de Salgado Zenha em 26 de Janeiro pelas causas já apontadas pelo XI Congresso (extraordinário) do PCP, com a circunstância de o candidato da direita fascizante, Freitas do Amaral, o mais votado como também se esperava, ter obtido 46% dos votos expressos e de o seu competidor mais próximo, Mário Soares, ter obtido 25,4% dos sufrágios, criou uma situação nova, potecialmente perigosa para o regime democrático, que se tornou imperativo enfrentar e conjurar.

Foi a ameaça potencial às conquistas democráticas do povo português configurada pelos resultados eleitorais de 26 de Janeiro e a urgente necessidade de redefinir o objectivo central do movimento popular e democrático para a 2.ª volta das eleições, que determinou a convocação urgente do XI Congresso (extraordinário) do PCP.

*Derrotar os candidatos da direita (Freitas do Amaral e Mário Soares) e eleger o candidato da democracia* era, como se sabe, o objectivo central apontado pelo CC do PCP para as eleições presidenciais antes da 1.ª volta. Este objectivo não pôde ser atingido com a derrota da candidatura de Zenha em 26 de Janeiro.

A sua reformulação impunha-se.

*Votar contra Freitas do Amaral votando em Mário Soares* é agora o objectivo assinalado pelo XI Congresso (extraordinário) para a 2.ª volta das eleições no próximo domingo.

A decisão de votar contra Freitas votando em Soares, inserta na Resolução Política do Congresso, determinou como tarefa exigente e imediata a mobilização, o profundo debate interno e um activo esclarecimento político de massas do PCP.

Desde o dia 3, com o mesmo extraordinário dinamismo e a mesma elevada consciência política verificados nos quatro dias que antecederam o Congresso, o grande colectivo partidário que é o PCP promoveu centenas de reuniões internas e abertas e de sessões públicas de esclarecimento político de massas em que participaram dezenas de milhares de camaradas, de amigos e simpatizantes do PCP e outros democratas que animaram (e vão animar até aos derradeiros momentos) um vivo debate da questão crucial que se coloca na hora que vivemos ao movimento operário, popular e democrático do nosso país.

As decisões do Congresso estão obtendo o vasto apoio dos participantes nos debates e vão seguramente mais uma vez materializar no acto cívico do voto no domingo o papel insubstituível do Partido Comunista Português para a defesa, a consolidação e o ulterior aprofundamento do regime democrático.

Votar contra Freitas do Amaral e travar com a sua necessária derrota no domingo a potencial ameaça fascizante contra a democracia portuguesa, configurada na hipótese da sua eleição para a Presidência da República, é uma decisão que está ganhando a concordância e a adesão da maioria dos portugueses.

O que se tem passado nestes últimos dias da campanha eleitoral, o folclore fascizante e reaccionário dos cortejos e dos comícios ambulantes da candidatura freitista, as afirmações demagógicas proferidas pelo próprio candidato e as declarações dos seus apoiantes mais destacados, a significativa natureza política e de classe da sua base de apoio e as provocações e ameaças revanchistas que partem dos arraiais de extrema direita, são factos elucidativos que têm vindo a comprovar a justeza dos alertas e prevenções do PCP e de outros esclarecidos democratas.

Estes factos esclarecedores têm vindo a desafectar e a afastar sensivelmente do apoio a Freitas do Amaral muitos cidadãos que antes encaravam com simpatia a sua candidatura e agora se interrogam sobre o que sobreviria à situação social e política portuguesa na sequência de uma hipotética eleição do candidato das forças desforristas do passado para a Presidência da República.

É também evidente que na base de apoio da candidatura de Freitas se encontram portugueses de camadas e sectores sociais que objectivamente votarão contra si próprios, contra os seus próprios interesses se, por uma errada e inconsciente opção, votarem no candidato das forças da contra-revolução e do desforrismo.

Designadamente, os pequenos e médios agricultores e empresários da indústria e do comércio, os quadros técnicos e da intelectualidade, assim como a juventude das fábricas, dos campos, das escolas e universidades viriam dolorosamente a sofrer na sua carne e nos seus interesses e aspirações as consequências de uma insensata opção de voto em Freitas.

Votar em Mário Soares para derrotar Freitas do Amaral não é uma decisão fácil e ainda menos agradável para os trabalhadores e para muitos democratas portugueses que têm do secretário-geral do PS uma opinião formada acerca do seu papel no processo antipopular e antidemocrático nos últimos dez anos.

É, contudo, uma decisão necessária, em absoluto irrecusável e imprescindível de todos os portugueses progressistas para travar o passo às forças fascizantes e mais retrógradas da sociedade portuguesa, neste momento alinhadas por detrás da candidatura de Freitas do Amaral.

Há momentos na vida de um povo e de um país em que o juízo popular de uma personalidade política se afere em toda a sua verdade.

Nos dias actuais, quando para derrotar a candidatura fascizante de Freitas do Amaral outra alternativa não há para os portugueses amantes da liberdade e da democracia senão dar o voto a Mário Soares, tem-se revelado de maneira iniludível e crua o conceito que têm do dirigente máximo do PS muitos e muitos dos seus compatriotas.

É com uma elevada consciência política e sentido patriótico que os trabalhadores da Marinha Grande, das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, do Alentejo e do Ribatejo da Reforma Agrária e das grandes manchas industriais onde o drama do desemprego e dos salários em atraso mais flagela as famílias de quem trabalha se dispõem deliberadamente a votar domingo próximo no

homem que tem responsabilidades das mais graves nos males que afligem o seu povo: Mário Soares.

É porque sabem distinguir as forças sociais e políticas que se alinham nas bases de apoio dos dois candidatos que disputam a eleição de domingo que muitos milhares de cidadãos vão determinantemente votar Mário Soares para votarem contra Freitas do Amaral.

É um facto que deve fazer reflectir todos os socialistas de recta intenção e mesmo o próprio Soares — em que poucos confiam — para período incerto que vai seguir-se.

As convergências conjunturais são uma necessidade objectiva do movimento democrático e a nossa experiência nacional é estraordinariamente rica. Mas é perigoso convergir agora para renegar amanhã, assumir hoje um compromisso perante o povo e traí-lo no passo seguinte.

A decisão eleitoral de domingo — com a imprescindível derrota da candidatura de Freitas do Amaral — pode abrir portas que é imperioso não deixar fechar a uma mais larga convergência das forças democráticas e patrióticas portuguesas e à necessária pacificação da vida nacional através do equacionamento positivo dos graves problemas económicos e sociais que afectam o povo e o País.

É com todos estes poderosos e ponderosos motivos de reflexão e estas razões de fundo que no domingo próximo os trabalhadores, os democratas, os homens e mulheres progressistas e a juventude de Portugal devem encaminhar-se para as secções de voto e sem hesitações votarem contra Freitas do Amaral pondo a cruzinha em Mário Soares.

Votar, e votar deliberadamente e bem com a cruz no pequeno quadrado fronteiro à cara de Soares é um indeclinável dever de todos — comunistas, socialistas, democratas e portugueses de outras formações políticas ou independentes.

Abster-se, votar em branco ou inutilizar propositadamente ou sem querer o voto seria para qualquer democrata votar objectivamente em Freitas do Amaral.

Por isso, no próximo domingo, quer chova, que faça sol ou vento é imperioso sair de casa, depor um voto inconfundível nas urnas para esta quarta disputa eleitoral em quatro meses e participar desta simples forma numa batalha política em que tanta coisa cara ao nosso povo está em jogo.

# Resumo

Função Pública em luta

## 5
### Quarta-feira

Milhares de trabalhadores da Função Pública manifestam-se em Lisboa pela negociação das novas tabelas de salários. ■ Os grupos parlamentares do PCP, do PRD e do PS pedem na Assembleia da República a ratificação do decreto-lei governamental que altera as Carreiras Médicas. ■ O Metropolitano de Lisboa é autorizado pelo Governo a contrair um empréstimo de 900 mil contos em Espanha. ■ Comboio de mercadorias descarrila perto de Vila Nova de Famalicão. Não se registaram desastres pessoais. ■ Manuela Eanes afirma, na sessão inaugural do II Congresso Nacional de Psiquiatria Social que o insucesso escolar e a falta de emprego persistem no horizonte dos jovens. ■ Os compradores habituais da lota acusam os gestores da Docapesca de quererem, em nome da adesão à CEE, pôr peixe podre no mercado. ■ Segundo um estudo da CGTP-IN, as dívidas do patronato à Segurança Social ultrapassam os 22 milhões de contos. ■ Ronald Reagan anuncia o seu programa: acelerar a militarização do espaço e aumentar o financiamento a bandos terroristas. ■ Representantes da CEE e dos países da linha da frente encontram-se pela primeira vez e condenam o regime sul-africano. ■ A Confederação dos Sindicatos alemães-federais convoca greve indeterminada nos transportes públicos, que já paralisaram no primeiro dia.

## 6
### Quinta-feira

Em Corroios, Álvaro Cunhal afirma que o voto em Soares para salvar a democracia prova a consciência política dos comunistas. ■ A Comissão Pró-Sindical da PSP comemora o seu quarto aniversário. ■ A greve parcelar que os trabalhadores da Carris empreenderam regista uma adesão total. ■ Os trabalhadores ferroviários concentram-se junto ao Ministério das Obras Públicas. ■ As Organizações Representativas dos Trabalhadores do sector público recomendam o voto em Soares para derrotar Freitas. ■ O Sindicato dos Médicos da Zona Centro considera que a greve dos policlínicos foi um êxito. ■ A ETA assassina um vice-almirante espanhol. ■ A Síria exige a condenação do acto de pirataria aérea de Israel. ■ O «Washington Post» afirma que os norte-americanos podem aceitar as propostas soviéticas de desarmamento. ■ O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros defende a manutenção de contactos com o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul. ■ Mikhail Gorbatchev recebe o senador norte-americano Edward Kennedy. ■ Mais um petroleiro é atacado no Golfo: quatro mortos. ■ Um avião norte-americano prepara-se para evacuar o ditador do Haiti.

## 7
### Sexta-feira

Segundo um estudo do Instituto do Investimento Estrangeiro, os portugueses são os trabalhadores mais mal pagos da Europa e, a nível mundial, equiparam-se aos da Coreia do Sul. ■ O Governo extingue o Gabinete da Área de Sines. ■ Greve na CP provoca o caos nos acessos a Lisboa. ■ A Juventude Comunista Portuguesa apela ao voto em Mário Soares para derrotar Freitas do Amaral. ■ Manuel Lopes, dirigente da CGTP-IN, critica a neutralidade assumida pela UGT no que respeita à segunda volta das eleições presidenciais. ■ O plenário das UCP's e Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora apela ao voto para derrotar Freitas. ■ Na sessão comemorativa do 4 de Fevereiro, o embaixador angolano afirma que o seu país dará resposta à «coligação Reagan-Botha». ■ O Presidente da República visita as obras da ponte ferroviária sobre o Douro. ■ Os jornalistas obtêm acordo salarial. ■ Segundo os eleitos pela APU, o presidente da Câmara Municipal de Setúbal usa lei do 24 de Abril para delegar poderes. ■ A FENPROF denuncia o comportamento «enganador» do Ministério da Educação. ■ A bordo de um avião militar dos Estados Unidos, «Baby Doc», e ditador do Haiti, abandona o país depois de ter entregue o poder a um Conselho Nacional de Governo. ■ O governo da Tunísia prende quatrocentos sindicalistas. ■ Termina o III Congresso do Partido Comunista de Cuba. ■ As eleições presidenciais filipinas ficam por inúmeras fraudes e intimidações a eleitores. ■ O presidente angolano nomeia quatro novos ministros.

## 8
### Sábado

26 anos depois da sua fuga, Álvaro Cunhal visita o forte de Peniche e afirma que esses tempos não podem voltar nunca mais. ■ Os pescadores alertam que o pescado está em perigo nos rios portugueses. ■ A CEE reduz as suas encomendas à Siderurgia Nacional. ■ A Confederação Nacional da Agricultura reclama, com base na baixa do custo das ramas de petróleo, a descida do preço dos combustíveis. ■ Iniciam-se, em Coimbra, as quartas jornadas de Medicina Interna. ■ A defesa do património arquitectónico é debatida em Sintra. ■ Mikhail Gorbatchev afirma que Washington usa a guerra das estrelas para boicotar negociações e eliminar acordos com a União Soviética. ■ O presidente peruano decreta o estado de emergência na capital do país. ■ Ferdinando Marcos, o ditador filipino, ameaça anular as eleições presidenciais. ■ O povo do Haiti festeja a queda do ditador.

## 9
### Domingo

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora denuncia a existência de 150 mil quilos de azeitonas por apanhar, só no distrito. ■ Em Trás-os-Montes, os professores reclamam o aquecimento das salas de aula. ■ No Porto, Álvaro Cunhal afirma que os democratas se devem unir agora para impedir que o fascismo passe e não mais tarde para lutar contra ele. ■ A URAP apela ao voto em Mário Soares. ■ Aí está... apoiantes de Pintasilgo propõem a formação de um novo partido. ■ Os trabalhadores metalúrgicos anunciam uma segunda jornada nacional de luta. ■ Os docentes das Escolas Superiores de Educação ameaçam ir para a greve se entretanto o Governo não resolver a sua situação. ■ A oposição haitiana forma governo no exílio. ■ A contagem de votos é interrompida nas Filipinas. ■ Winnie Mandela, mulher do dirigente sul-

Finalmente, a libertação?

-africano Nelson Mandela, afirma que o seu marido está na iminência de ser libertado. ■ Milicianos libaneses do movimento shiita Amal sequestram militantes comunistas.

## 10
### Segunda-feira

Trabalhadores da Imprensa Nacional – Casa da Moeda cumprem um dia de greve em defesa de aumentos salariais justos ■ Apoiantes de Freitas do Amaral destroem propaganda de Soares afixada no concelho de Baião ■ A Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Porto exorta ao voto para derrotar Freitas do Amaral, «contra o avanço da reacção e do seu plano de subversão do regime democrático ■ Vítor Rua, um dos fundadores do «GNR», afirma que aquele grupo se vendeu às «ideologias fascizantes» ■ O porta-voz da Casa Branca convida o ditador filipino Marcos e a dirigente oposicionista Corazón Aquino a «trabalharem em conjunto» para constituírem «um governo viável» ■ Tropas iranianas atravessam os Chatt El-Arab, posição considerada estratégica pelas duas partes envolvidas no conflito ■ A Junta de governo do Haiti dissolve o «parlamento» e os «Tontons-Macoute».

## 11
### Terça-feira

Dia de Carnaval ■ Cavaco, enquanto líder do PSD, escreve aos autarcas para «sensibilizarem» todos os eleitores que lhe poderão ser afectos no sentido de não faltarem com o seu voto. Segundo a NP, o líder do Governo teria mesmo pedido transportes... ■ O PRD reafirma a sua opção de aconselhar ao voto em Soares ■ O número de suicídios registado durante o ano transacto na área da GNR foi de 804, menos 39 do que em 1984, informou esta força ■ Ao empatar com a Áustria, a selecção nacional de andebol compromete a sua passagem à fase final do mundial da modalidade ■ A organização Amnistia Internacional acusa a CIA de encorajar os terroristas que actuam na Nicarágua a torturar os seus prisioneiros ■ Mikhail Gorbatchev defende o recomeço de conversações entre a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a União Soviética para a suspensão dos testes nucleares ■ A Inglaterra e a Nigéria reatam as relações diplomáticas ■ Começa em Palermo o julgamento de 474 implicados na Mafia italiana.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

**PROPRIEDADE:** *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO:** Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

**ADMINISTRAÇÃO:** Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

**DISTRIBUIÇÃO:** *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

**Casa da Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

**Centro Distribuidor de Évora:** Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

**Delegação do Norte** Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

**Centro Distribuidor de Coimbra:** Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

**ASSINATURAS:** Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

**EXPEDIÇÃO:** R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
*Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

**Composto e Impresso na Heska Portuguesa** – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

**Tiragem média do mês de Janeiro 35 130**

# Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 633
13 de Fevereiro de 1986
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente


O PCP, consciente das suas altas responsabilidades na vida nacional, mantendo integralmente o seu juízo acerca de Mário Soares e da sua política, considera imperativo que os trabalhadores, os democratas e patriotas, para derrotarem Freitas do Amaral, votem em Mário Soares. Não se trata de um voto de apoio nem a Soares nem à sua política, que continuará a ser firmemente combatida. Mas trata-se da única forma de, na 2.ª volta das eleições, no dia 16 de Fevereiro, fazer frente à ameaça de eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República.

# a Talhe de FOICE

## Voto sim apoio não

Para quem tivesse dúvidas, bastaria ter seguido algumas das viagens da segunda volta da campanha de Mário Soares para certificar-se de que o voto que os comunistas irão colocar no boletim do dia 16 não significa nem significará qualquer espécie de apoio ao candidato em quem se vota para derrotar Freitas do Amaral. O facto de não ter sido hostilizado em terras de forte implantação comunista — onde só o descaramento do homem de Nafarros o leva a apear-se —, quer apenas dizer que o combate principal agora é evitar, conjugando os esforços de todos os democratas, a eleição de um representante da reacção e do saudosismo revanchista.

Mário Soares não é o candidato dos comunistas. Nem será, para muitos outros democratas, o candidato da democracia, quanto mais da esquerda. Se o PCP tomava mesmo as suas distâncias, na primeira volta, no apoio efectivo que dispensou a Salgado Zenha, lembrando que o candidato melhor podia não ser o melhor candidato, hoje a campanha de esclarecimento e de apelo ao voto em Soares verifica-se **a despeito** do próprio candidato.

Situação curiosa, explicada apenas pela sua extrema complexidade, destrinçada e clarificada no Congresso Extraordinário da Amadora, onde muitas vozes referiram esse mesmo desgosto por ter de ir inscrever uma cruzinha à frente do nome de um político que tudo tem feito, ao longo dos anos, para abrir à direita as portas que aparentemente agora lhe quer fechar.

Recordam os militantes e os eleitores comunistas, recordam os trabalhadores e os democratas mais consequentes a actuação e as responsabilidades de um político que partiu ao combate contra Abril no que de mais significativo Abril teve — nacionalizações, Reforma Agrária, liberdades e direitos dos trabalhadores. À frente da ofensiva contra Abril, aliando-se aos mais ferozes inimigos do regime democrático e da Constituição que o institucionalizou, viu-se quase sempre Mário Soares.

Viu-se e ouviu-se a sua demagogia, as suas promessas eleitorais prontamente desmascaradas cada vez que ele se sentava na cadeira de Primeiro-Ministro. Viu-se também o reforçar da luta contra a sua política de desrespeito do mundo do trabalho. Viu-se ainda o reduzir da base social e política que o apoiou nos primeiros tempos.

É, pois, sem ilusões que se vai votar Soares para derrotar Freitas; que nos batemos por levar a Belém um homem que melhor ficaria em Nafarros.

Sabemos, por outro lado, que a luta continua, e que esta atitude de hoje, pesada e medida com inteligência, faz parte da luta pela defesa da democracia, pretendendo que as condições para tal defesa sejam muitos difíceis do que seriam sem dúvida se Freitas fosse levado ao colo pela direita fascista até Belém.

A luz há-de surgir ao fundo do túnel. Mas não será Mário Soares a levar a candeia à frente, que de buracos percebe ele mas não de luzes. Quem fará surgir a luz, a despeito do candidato em que se vai votar, mas que não se apoia, será o povo português, os trabalhadores, os verdadeiros democratas.

■ LM

PCP

## Álvaro Cunhal em Peniche

# Fascismo nunca mais!

**«A fortaleza é o testemunho e o símbolo de uma situação que o nosso país viveu durante dezenas de anos e que o nosso povo não quer viver nunca mais». Palavras de Álvaro Cunhal no final do percurso que no passado sábado realizou na vila piscatória de Peniche onde visitou a fortaleza e participou numa sessão-debate na Escola Secundária Local.**

**Esta foi a terceira vez, depois de Abril, que o secretário-geral do PCP se deslocou a esta terra e a primeira em que visitou a antiga prisão. A outra vez que lá entrou foi de algemas nos pulsos. Corria o ano de 1973. Hoje foi bem diferente. Foi «com uma grande alegria» e com os olhos postos no presente e no futuro.**

**Em curso está uma batalha que pode ser fundamental para o futuro da democracia. O que ficou para trás e o que foi visitado inspiram um só sentimento, umas únicas palavras escritas no livro de visitas do Museu Municipal de Peniche: «conservar a memória para que o fascismo não volte nunca mais».**

## Foram anos que não podem voltar

À entrada, são já algumas dezenas de homens e mulheres que esperam um pouco impacientes pela chegada de Álvaro Cunhal. Na sua grande maioria é gente que bem conhece a fortaleza. Gente que a conhece já hoje como museu mas que durante muitos anos viveu solidariamente com os muitos milhares de portugueses que por lá passaram.

O secretário-geral do PCP chega. Imediatamente começam as cotoveladas, todos queriam ver de perto como é que um homem que tantos anos passou por detrás daquelas paredes reagia ao aí entrar pela primeira vez em liberdade.

### Com um sorriso nos lábios

Terão ficado decepcionados? Talvez não. É com um sorriso nos lábios que Álvaro Cunhal pela primeira vez sem algemas transpõe a porta pesada da fortaleza. Um sorriso nos lábios que se estende a todos os presentes.

A fortaleza, hoje, é património do povo de Peniche. Hoje, é apenas testemunho de um tempo que não queremos volte mais. Imediatamente, surge a pergunta: o que é que sentes?, e a resposta: «não sinto nada, o que sucedeu a cada um de nós inscreve-se na luta global de muitos milhares de portugueses».

E pronto. De sorriso nos lábios entramos. Primeira etapa: o parlatório. Aí, encontram-se hoje estátuas que nos dão a ideia do que foi uma cena vivida ao longo de decénios. Passagem rápida porque o tempo e a multidão não permitiam uma visita mais cuidada.

Logo de seguida, uma sala com um pouco de história. Onde se diz da fortaleza, desde a ocupação a que foi por duas vezes sujeita até 27 de Abril, quando os últimos patriotas são libertados.

### É bom lembrar

Aí, uma primeira observação do secretário-geral do PCP — observação que depois seria repetida na sessão-debate em que participou. Numa vitrina, um grupo escultório representa um espancamento da PIDE. Nas mãos de um carrasco, um pau. Diz Álvaro Cunhal: «isto é uma cena ligeira em relação aos espancamentos. É bom lembrar que muitos comunistas foram mortos por torturas, outros a tiro, outros ainda nas prisões».

Vamos de novo para o ar livre e atravessamos a fortaleza, em direcção ao antigo segredo. Vão saltando os pormenores: «era ali o segredo de onde o Dias Lourenço fugiu. Conseguiu ser mandado para o segredo de castigo e depois abriu, com uma colher, um buraco na porta chapeada de metal. Uma coisa simples, não é?».

A volta em direcção às camaratas destinadas aos prisioneiros e à sala onde se encontra contada a fuga que, com mais dez camaradas, empreendeu em 3 de Janeiro de 1960. E a história vai correndo na fala de quem nela participou: «nós saltámos o muro pela esquerda da guarita e não pela direita. Também não foi nesta casa que fiquei». Já em frente ao local onde anteriormente existiu uma figueira: «saímos por aqui, descemos por uma corda feita de lençóis amarrados uns aos outros e presos cá em cima a um tronco forte que colocámos numa fenda. Até houve

PCP

# O nosso povo saúda a libertação de Álvaro Cunhal e dos seus companheiros

## • *Defendamo-los contra as investidas do inimigo*

*«De norte a sul de Portugal e de vários países estrangeiros chegam até ao «Avante!» numerosas saudações e informações inequívocas de alegria do nosso povo e dos outros povos e da sua admiração pela abnegada coragem daqueles patriotas e pelo esforço de organização realizado pelo Partido Comunista Português para os recuperar e defender. Esta fuga corajosa constituiu um verdadeiro acontecimento político nacional.*

*«Em Lisboa, nas fábricas, nos bairros populares, nos cafés e nos locais públicos foi calorosamente festejada a libertação dos nossos camaradas. Muita gente simples saudou, comovida, esta importante vitória do Partido Comunista e do povo português.*

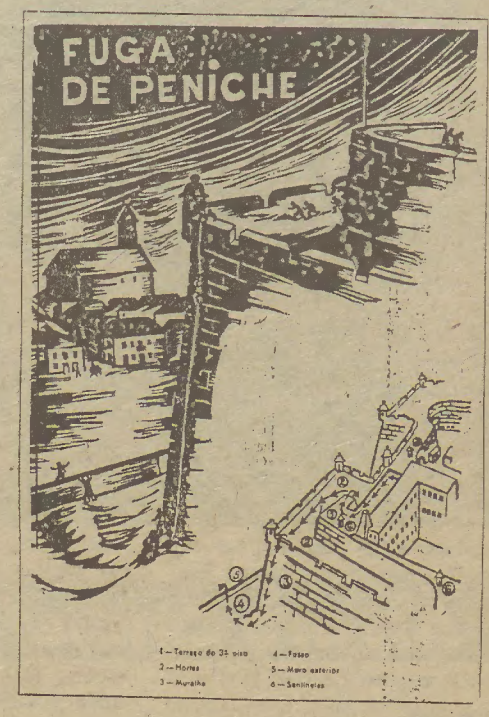
*«O nosso correspondente do Porto comunica-nos: "por todos os lados se falou e se fala ainda na evasão dos nossos camaradas. Nas fábricas, nos cafés e nos mais variados pontos de reunião. Em vários lados foram abertas garrafas de champanhe, bebeu-se e fizeram-se saúdes, etc. Os telefones retiniram e houve quem telefonasse para todos os seus conhecidos a comunicar a fuga. Houve lágrimas de pessoas simples, de trabalhadores, etc. Houve abraços e beijos em plena rua. Várias pessoas, ao terem conhecimento da fuga, correram a dar a notícia, a quererem ser os primeiros. Numa fábrica, perante os grupos e grupinhos que se formavam, o patrão mandou parar as máquinas e quis saber o que se passava».*

*«Igualmente um nosso correspondente do sul nos diz: "por toda a parte os trabalhadores dão largas ao seu entusiasmo e alegria. Em muitos pontos houve discursos e bebeu-se mesmo alguns copitos a mais..."*

*«Nos grandes centros operários do Barreiro, Almada, Marinha Grande, Sacavém e outros, os trabalhadores saudaram com efusão a libertação de Álvaro Cunhal e dos seus companheiros. Em muitos pontos do País houve verdadeiras confraternizações populares em louvor deste notável triunfo do Partido e muitos foguetes foram lançados ao ar.*

### *Os salazaristas descarregam a sua fúria sobre o povo*

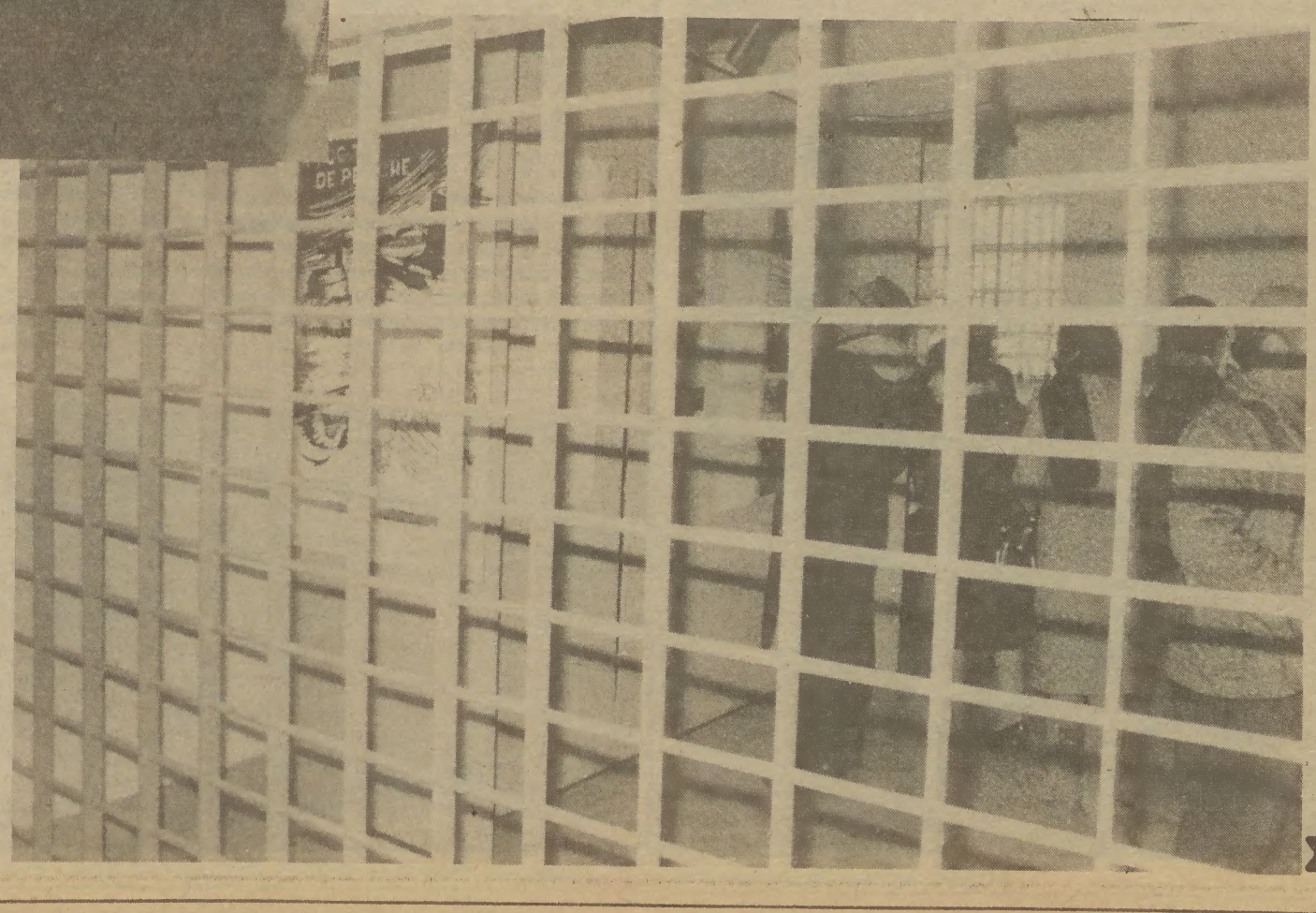
*«As efusivas manifestações de regozijo popular dão um realce especial a esta grande vitória política do Partido Comunista Português.*




*«Também os fascistas acusaram o toque envolvendo o País numa atmosfera de terror e de estado de sítio.*

*«Salazar mobilizou todo o seu monstruoso aparelho repressivo, todos os seus polícias, provocadores e bufos para tentar recapturar os fugitivos. As forças repressivas, actuando sob a direcção da PIDE, ocuparam estradas, cruzamentos e pontos estratégicos do País, exibindo as suas metralhadoras e as suas brigadas de cães-polícias. Centenas de automóveis, camionetas públicas e particulares, comboios e outros veículos foram mandados parar e revistados e os seus ocupantes foram identificados, revistados e alguns mesmo detidos durante longas horas. Muitas residências foram assaltadas pelos bandoleiros da PIDE e muitos pacíficos transeuntes, tornados suspeitos aos olhos dos esbirros policiais, foram incomodados pelas forças da PIDE, GNR, PSP, PVT e outras. Tudo isto no meio de um aparato bélico que revelou a medida da derrota salazarista e cobriu de ridículo o regime.»*

**«Avante!» ano 29 — série VI n.º 286, 2.ª quinzena de Janeiro de 1960**



um camarada que quis fugir mais depressa e que, em vez de descer agarrado aos lençóis com cuidado, resolveu escorregar e magoou-se nos nós. Acabou por cair lá em baixo ferido e teve de ser ajudado».

«Toda a gente nos viu, nem podia deixar de ver uma dezena de homens a saltar o muro. Atravessámos o largo sem correr e depois dividimo-nos. Eu fui pela rua da esquerda com alguns camaradas, outros foram pela do meio e outros ainda pela da direita. E pronto!».

## Muitas histórias, uma moral: nunca mais!

Finalmente, foi a visita ao actual museu do mar onde antigamente funcionava a camarata n.º 5, «que era a pior de todas, tudo em pedra, e de onde fugiram o Jaime Serra e o Francisco Miguel».

A visita que o secretário-geral do PCP fez ao forte de Peniche foi assim um entrecruzar de histórias todas elas diferentes, mas todas com a mesma moral: «estamos lutando e é necessário lutar para que não volte a haver prisões como esta, não podemos deixar cair os braços ao longo do corpo».

Ficou a certeza, expressa por Álvaro Cunhal, de que «o museu necessita de ser mais documentado», de que «não queremos que esses anos voltem e que estamos dispostos a lutar para que não voltem».

Foram «anos e anos em que não se podia respirar, escrever ou falar». Foram milhares e milhares os portugueses presos e cujo crime foi «lutarem pelo bem do povo e da Pátria».

Foram anos e anos que não podem mais voltar.

PCP

*«Conservar a memória para que o fascismo não volte nunca mais»*

## Álvaro Cunhal em Peniche

# Não cruzaremos os braços

No final da sua visita a Peniche, e já durante a sessão-debate promovida pelo comissão Concelhia do PCP, Álvaro Cunhal salientaria que «é necessário um esforço do nosso Partido para impedir que Freitas do Amaral seja Presidente da República».

«É por isso que estamos esclarecendo no sentido de que nas próximas eleições aqueles que pensam, como nós, que o perigo maior vem da extrema-direita e do fascismo votem em Mário Soares», afirmou o secretário-geral do PCP para logo de seguida salientar que «não votamos nele, votamos contra o outro».

No cheio ginásio da Escola Secundária de Peniche, Álvaro Cunhal salientou que «nós não dizemos que apoiamos Mário Soares, a sua candidatura e o seu projecto. Dado que Mário Soares não é um candidato da democracia, esta não é uma batalha fácil, mas pensamos que é um grande erro se não tiverem a coragem de votar nele».

E isto porquê? Álvaro Cunhal respondeu fazendo uma outra pergunta. «Onde estão os pides, os reaccionários e os ministros de Salazar?»

Esta é, de facto, uma das grandes diferenças entre as duas candidaturas à Presidência da República. Por isso, os comunistas não poderiam nunca ficar de braços cruzados. Com a eleição de Mário Soares, os perigos para a democracia «serão condicionados pela base de apoio de que dispõe e que limita a sua acção», o que já não aconteceria com Freitas do Amaral, por trás do qual se escondem todos os fascistas desejosos de verem o passado ganhar raias de presente.

Por isso mesmo, Álvaro Cunhal afirmou estar profundamente convencido que tanto os trabalhadores da Reforma Agrária como os da Marinha Grande — «apesar de terem sofrido o que sofreram pela política de Mário Soares — vão pôr a cruz em frente» deste candidato.

Para o secretário-geral do PCP, a questão é muito simples: «ou ganhamos os eleitores democratas, ou não os ganhamos e Freitas vence».

Para acabar, e corroborando um sentimento generalizado, afirmaria: «que não queiram os habitantes de Peniche que aquelas portas se voltem a abrir para fazer entrar presos».

Por detrás da mesa que presidiu a esta sessão-debate, em letras bem legíveis, podia-se ler que «para derrotar Freitas os comunistas não cruzarão os braços. Fascismo nunca mais!»

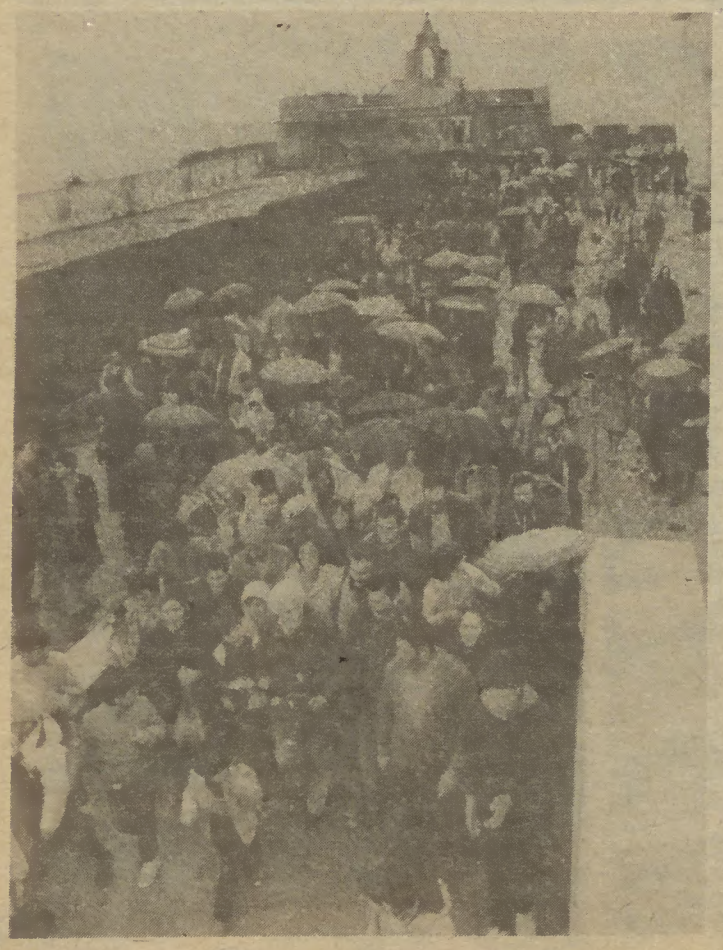
## Há que lutar

Antes de Álvaro Cunhal, interviria na sessão-debate que se realizou na Escola Secundária, um camarada que falou em nome da Comissão Concelhia de Peniche do PCP.

O essencial dessa intervenção foi uma muito simples pergunta: E se Freitas ganhar, como será?

Hoje, há já anos que a contratação colectiva dos pescadores não é revista, avolumam-se dificuldades de escoamento do pescado, os custos de construção das embarcações e a repressão no sector conserveiro nunca foi tão dura. A juventude é particularmente atingida, o hospital novo já está construído mas ainda não funciona. E se Freitas fosse eleito, que seria da nossa vida?

Por isso apelo: «há que lutar nos barcos, nos campos e nas fábricas, mas em liberdade!»



## Saudação dos camaradas que se evadiram da Fortaleza de Peniche

*«Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos antes de mais o nosso Partido e o Povo Português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade.*

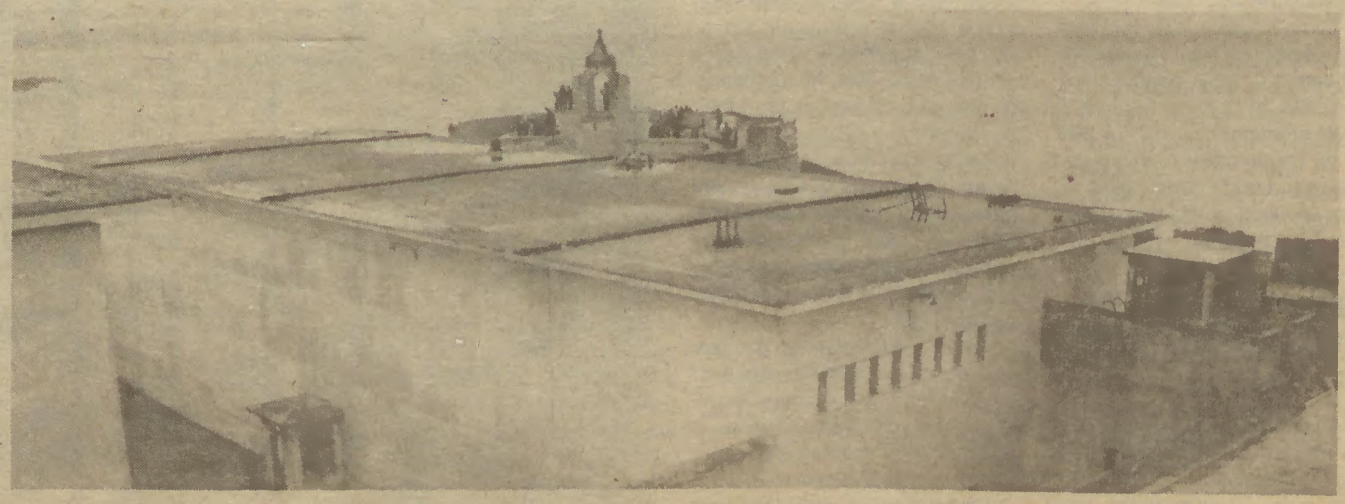
*«Saudamos todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideologia ou crença religiosa, saudamos todas as forças e correntes anti-salazaristas, salientando a importância e a urgência da unidade, como condição fundamental para a solução do problema político português.*

*«Sem o decisivo auxílio do Partido Comunista Português e da sua direcção — à qual manifestamos toda a nossa confiança —, sem a coragem, o espírito de sacrifício e o apoio de numerosos comunistas e portugueses sem partido que nos ajudaram, não teria sido possível levar a cabo com êxito a nossa libertação.*

*«Não queremos deixar de manifestar o reconhecimento pelas provas de simpatia e solidariedade activas que, enquanto encarcerados, nos foram prestadas, assim como aos restantes presos antifascistas, pelo nosso povo e pelo movimento operário e democrático internacional, que tanto contribuiram para a defesa das nossas vidas.*

*«Muitos dedicados filhos do povo português continuam nas prisões fascistas, sofrendo torturas e longos anos de prisão. A acção dos patriotas portugueses apoiada pelos trabalhadores e democratas do mundo conseguirá libertá-los também.»*

**«Avante!» ano 29 — Série VI n.º 285-A de Janeiro de 1960**



PCP

## Álvaro Cunhal no Alvalade

# A falar é que a gente se entende

Com a plateia do cinema Alvalade, em Lisboa, completamente cheia, o secretário-geral do PCP participou, na passada sexta-feira, em viva sessão de esclarecimento subordinada ao tema **«O PCP e a 2.ª volta das eleições presidenciais».** E viva, é o termo: acorrendo ininterruptamente aos dois microfones colocados na sala, à disposição da assistência, as perguntas sucederam-se e intercalaram-se com exposições às vezes emocionadas de pessoas que, face à actual situação política, não escondiam sua apreensão e, mesmo, desgosto. E surge aqui a primeira nota a realçar: as intervenções do público cedo se «misturaram» umas com as outras, numa curiosa tendência de se comentarem ou, mesmo, responderem mutuamente. Quando Álvaro Cunhal tomou a palavra após uma nota introdutória, que começou a sessão), tinha pela frente um debate já meio iniciado pelo próprio auditório.

***Quando Álvaro Cunhal começou** a responder às questões colocadas, tinha pela frente um debate já meio começado*

***Uma sala chela** e uma sessão viva*

Desiludam-se, entretanto, os caçadores de «originalidades» quanto à hipótese de tal vivacidade ter dado frutos azedos ou, quiçá (como agora se diz), politicamente «escandalosos». Manifestar repugnância por votar em Mário Soares — dado que a fome rondou a porta por culpa da sua política governamental — nada tem de escandaloso, nem temer o revanchismo fascista — que se esconde por trás da candidatura de Freitas do Amaral — tem qualquer coisa de pitorescamente aproveitável para as colunas dos mexericos políticos. Que tais considerações tenham acendido um quase-diálogo entre o auditório, eis a verdadeira originalidade — que talvez não entusiasme por aí além os apaixonados de insólito e das «caixas» mais ou menos circenses. Adiante.

A necessidade de votar em Soares para vencer a candidatura de Freitas do Amaral originou, naturalmente, o maior número de intervenções, na sua maioria mais ou menos conformadas com a «fatalidade» (embora houvesse, como já dissemos, alguém que, após recordar a fome que lhe entrou em casa **«por causa de Mário Soares»,** não sabia **«se terei coragem em votar nele»**).

Uma senhora comentaria, mesmo, a situação com algum humor, afirmando que o voto em Soares lhe lembrava o velho refrão de que «se queres uma casa bem guardada, entrega-a a um gatuno». E acrescentava, rápida: **«É evidente que dentro em breve teremos lhe de tirar a chave que agora lhe damos, mas isso agora não importa, se queremos mesmo defender a casa.»**

Mas outras perguntas houve, para além da questão do voto (e **não do apoio,** como vários interpelantes de Álvaro Cunhal não se cansaram de sublinhar) em Mário Soares, que configuravam preocupações várias, nomeadamente quanto à aparente adesão da juventude ao folclore da direita (**«quem ganhar a juventude ganha o futuro»**, sublinhou-se, e ao perigo do revanchismo fascista com a vitória de Freitas do Amaral, e questões ligadas ao azedume pelo divisionismo da candidatura de Pintasilgo **«que deu a passagem a Mário Soares, portanto, à direita»**, ora preocupadas pela decisão aparentemente contraditória do PCP em apoiar, agora, Mário Soares. A tudo Álvaro Cunhal respondeu, encandeando as perguntas num discurso fluente, claro e aqui e ali pontilhado de humor.

### Nem Sibéria nem Faroeste

O secretário-geral do PCP começou a sua intervenção abordando as questões levantadas acerca da juventude e a sua aparente sedução pelo folclore da direita, considerando tratar-se de uma situação que exige profundas apreciações, tal como outras, nomeadamente sobre as mulheres, batalha ideológica e Comunicação Social, militância, etc., referindo que a direcção do Partido já ponderou a necessidade dessas apreciações. Quanto à juventude, é uma questão séria que não será só analisada por especialistas e pelo Partido: **«É necessário ouvir a juventude, encontrar os canais de audição que nos levem a ela»,** pelo que se terá de realizar um grande debate **com** a juventude, frisando que a situação envolve questões de fundo.

Quanto à decisão de o PCP recomendar, agora, o voto em Mário Soares, quando no X Congresso se decidira o contrário, Álvaro Cunhal voltou a recordar que a posição do X Congresso foi tomada em 1983, em pleno governo Mário Soares e quando este era não apenas o único candidato da direita, mas também o mais bem situado para o continuar a ser: era ele quem liderava toda a política de direita. No XI Congresso (Extraordinário) não houve autocrítica (como alguém, na plateia, sugerira) à decisão anteriormente tomada, e sim **«aos termos demasiado taxativos com que excluímos, nesta campanha, o voto em Soares».** Daí o choque que causou a reconsideração do problema, embora seja um facto que, se assim não se tivesse procedido, se estaria **«a abrir o caminho ao voto em Soares logo na primeira volta e a impedir uma possível vitória do candidato democrático».**

**«Não se trata aqui de apoiar Mário Soares»** sublinhou.

**«Não há convergência do apoio, mas apenas convergência de voto»,** absolutamente circunstancial.

Explicou de seguida as razões que conduziram ao insucesso da candidatura de Salgado Zenha (atraso no seu lançamento, boicote cerrado e sem precedentes da Comunicação Social, dificuldades em fazer chegar, ao eleitorado, a tempo e em profundidade, o apoio do general Ramalho Eanes, a candidatura divisionista de Pintasilgo, etc.), enquadrou as críticas feitas à candidatura da Pintasilgo (**«fez o possível para ir buscar votos à nossa área eleitoral»** e **«independentemente de intenções pessoais, foi, objectivamente, uma candidatura divisionista»** que chegou ao cúmulo de considerar que, quando era a própria candidata a esclarecer, não estava a violentar as consciências mas quando um grande Partido como o PCP o fazia, já estava a «violentá-las»...).

Em relação ao PRD (que um interpelante chamou de definitivamente «queimado») e ao presumível esboroar do prestígio do general Ramalho Eanes, indiciado pela derrota de Zenha, o secretário-geral do PCP considerou que nada disso se verificara: a questão não estivera numa quebra do prestígio do general e, antes, na falha de levar esse prestígio ao eleitorado (**«pensamos que esse prestígio continua»**, sublinhou); quanto ao PRD, a sua presença no espectro político-partidário não é conjuntural, pelo que **«não cremos que esteja queimado».** Além disso não há, hoje ainda, uma coincidência do eleitorado com o espectro partidário, pelo que, se não for o PRD a preencher esse espaço, será outra forma de organização partidária.

Quanto à eventual eleição de Freitas do Amaral, tal não significará **«que tenhamos o fascismo no dia seguinte, com tanques e militares na rua».** O perigo está na dinâmica de revanchismo fascista que espreita e se esconde por trás desta candidatura. Recordou, a propósito, que **«após o 25 de Abril os fascistas não foram para a Sibéria ou para o Foroeste — continuaram cá!».**

Daí a necessidade do voto em Soares para bater Freitas do Amaral. **«É preciso uma grande consciência política** — disse — **para que aqueles que foram mais directamente atingidos pela política do Governo PS/PSD, vão agora votar em Mário Soares»**, mas verdadeiramente humilhante, para nós, seria **«deixarmos cair os braços perante uma situação política tão grave».**

**«Se tomamos esta posição** — acrescentou — **não é por demissão. Trata-se, isso sim, da posição revolucionária de um Partido que sabe as suas responsabilidades perante o povo e o País.»**

Apesar de Soares não enganar ninguém, ser um político de direita contra quem, seguramente, se vai ter de continuar a lutar, o que se trata agora é de **«vencer o Freitas e a avalancha fascista que tentará vir atrás dele».**

A falar é que a gente se entende.

***De improviso ou assentes em notas meditadas**, as intervenções do público no cinema Alvalade foram sobretudo numerosas, interessadas e... um quase diálogo, em algumas situações*

PCP

## Álvaro Cunhal no Porto

# «A batalha não irá terminar com estas eleições»

Com o pavilhão do Mercado Ferreira Borges completamente cheio, realizou-se no domingo, dia 9, uma viva e participada sessão de esclarecimento sobre a atitude do PCP na 2.ª volta das presidenciais e que teve a participação do camarada Álvaro Cunhal.

A sessão, da iniciativa da Organização Local do Porto, dos sectores intelectual, de serviços e grandes serviços, foi presidida pelo camarada Henrique Lemos, da DORP e do Comité Central, encontrando-se ainda na mesa os camaradas Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC e os camaradas Helena Medina, Horácio Guimarães e João Semedo da Comissão Executiva da DORP, bem como vários outros camaradas das organizações dos sectores promotores.

O camarada Álvaro Cunhal fez uma intervenção inicial apontando as razões da justeza da orientação saída do X Congresso relativamente às presidenciais, lembrando que Soares liderava na altura um governo PS/PSD e que mesmo que o CDS e o PSD apresentassem candidatos próprios na primeira volta, fariam de Soares o candidato preferencial.

O pacote laboral, o pacote autárquico, o pacote dos sectores, foram aspectos que o camarada relembrou como fundamentais de um plano que ameaçava a democracia e que veio a ser derrotado pela luta dos trabalhadores, a demissão do governo e a realização de eleições antecipadas.

Sublinhando que os comunistas não mudaram de opinião relativamente a Mário Soares, o camarada Álvaro Cunhal mostrou o grande perigo que corria a democracia com a eleição de Freitas do Amaral sendo Cavaco Silva primeiro-ministro, abrindo-se a possibilidade de uma nova lei eleitoral, e de eleições para a Assembleia da República que reforçassem a maioria da direita na AR.

Sensivelmente neste ponto da intervenção do camarada, começava a ser difícil ouvi-lo pela barulheira que em torno do pavilhão faziam carros de uma caravana de Freitas. «Eles estão nervosos» — comentou o camarada Álvaro Cunhal — para se debruçar depois sobre a importância e a força do PCP no panorama político português e citando a título de exemplo a resposta de Mário Soares a um jornalista que lhe disse estar nas mãos dos comunistas: «estou eu e o prof. Freitas do Amaral».

Diversas outras questões foram abordadas mais aprofundadamente numa segunda intervenção de resposta às muitas perguntas e questões que ali foram colocadas, se bem que, no essencial, todas elas de acordo com a orientação do Partido relativamente a esta questão. Muitas pessoas usaram os microfones instalados para manifestar a sua preocupação relativamente à adesão da juventude à candidatura de Freitas, outras para dizer que é necessário sublinhar melhor o mal que Soares fez aos trabalhadores, outras para reforçar a personalidade e as ligações de Freitas do Amaral ao fascismo — todas elas traduzindo a expressão da consciência de que é necessário votar Soares.

A justeza da orientação de apoiar a candidatura de Zenha, a diferença entre o apoio a Zenha e o voto em Soares, a nova fase de consolidação da democracia que teria aberto a eleição de Zenha, as lições que é necessário tirar da candidatura de Pintasilgo que serviu objectivamente as candidaturas de direita, foram outros tantos temas abordados.

O problema da unidade foi, talvez um dos mais questionados nas várias intervenções de participantes na sessão: a unidade mais fácil se Freitas fosse eleito, porque empurraria os socialistas mais para nós. A unidade com Mário Soares porque teria sido eleito com os votos dos comunistas.

Unir os democratas para impedir o fascismo e não deixar passar o fascismo para unir os democratas — foi uma «fórmula» que pareceu tornar claro este problema. Sublinhando que o voto dos comunistas em Soares é para derrotar Freitas do Amaral e que os comunistas não alimentam qualquer ilusão sobre ele, explicando que os votos dos comunistas em Soares são qualitativamente diferentes dos que votam em Soares por acharem que ele vai resolver algum problema — o camarada Álvaro Cunhal disse não devermos deixar de aproveitar a possibilidade de diálogo com os socialistas que nos abordam sobre esta questão do voto.

Álvaro Cunhal referiu que a força dos comunistas se deve conjugar com a força dos outros democratas, não só para derrotar Freitas do Amaral mas numa perspectiva mais ampla porque «a batalha não irá terminar com estas eleições».

Pese embora a insistência dos caravanistas de Freitas em fazer alarido em torno do pavilhão, a sessão realizou-se com toda a normalidade sem ser importunada por qualquer incidente. No fim, quando muitos comunistas saíam do pavilhão passava uma caravana de Soares.

Subindo em conjunto a rua de acesso ao Ferreira Borges, juntos gritaram «25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais».

# Sem voz a medir — *uma intensa campanha de esclarecimento*

*Uma das palavras de ordem que mais ecoaram — ou com mais força — durante o Congresso Extraordinário realizado há pouco mais de uma semana na Amadora, foi a de que a luta vai continuar. «A Luta Continua!», disseram os delegados e os milhares de convidados, sublinhando uma vez mais que os comunistas não abrem pausas na sua defesa das conquistas de Abril, da liberdade, da democracia. Querendo significar que um Congresso — mesmo este ou sobretudo este — não pretende ficar-se pela «formalidade», pela aprovação de determinada orientação.*

*Analisar, decidir, levar à prática. Quando os comunistas, perante a situação decorrente da primeira volta das eleições presidenciais, concluíram que não podiam ficar de braços cruzados, limitaram-se afinal a reafirmar a sua postura perante a realidade que pretendem transformar. E, perante a situação complexa e carregada de perigos para a democracia, responderam do único modo possível — deitando mãos do trabalho, correspondendo aos interesses dos trabalhadores, da classe operária, dos democratas.*

*Foi assim que o Congresso Extraordinário foi ao encontro do que era já, um pouco por toda a parte, uma aspiração das massas. Resolver votar contra Freitas do Amaral, isto é, votar contra a ameaça do retorno ao 24 de Abril que essa candidatura personifica imediatamente, foi uma decisão rapidamente compreendida e aceite.*

### A única forma de...

*Durante o próprio Congresso — e mesmo antes, na sua rápida preparação, que por si só constituiu uma importante prova do empenhamento e da capacidade dos comunistas para responder de forma imediata e responsável a uma situação de tal complexidade —, vieram ao de cima todas as razões que obstavam a um apoio ao outro candidato da direita, Mário Soares. Foi sublinhado o papel destacado desse candidato, ao longo dos anos, na criação de condições para que a direita pudesse voltar ao poder e daí desferir os seus ataques a Abril e às suas conquistas; foi recordado o papel de Mário Soares encabeçando alianças com os reaccionários para atentar contra as próprias liberdades democráticas; foi vivamente lembrada a sua responsabilidade, à frente de governos, na degradação das condições de vida dos trabalhadores, no iniciar e aprofundar da crise económica, resultado de uma política de restauração de privilégios e de atentados contra as nacionalizações e a Reforma Agrária.*

*Tais razões vieram ao de cima, não foram escamoteadas nem diminuídas. Por isso mais força tiveram as razões para, continuando a negar-lhe apoio, decidir votar Mário Soares para derrotar Freitas do Amaral. Era — é —, como se disse, a «única forma de, na segunda volta das eleições, no dia 16 de Fevereiro, fazer frente à ameaça de eleição de Freitas do Amaral para Presidente da República».*

### Ganhar ou perder

*A compreensão do que estava em causa na segunda volta destas eleições, e de que a abstenção significaria dar a vitória ao candidato por detrás do qual se perfilam sérios perigos para o regime democrático, bem nítidos na dinâmica ultra-reaccionária, fascizante e agressiva da sua candidatura, fez com que o desgosto de votar em Soares passasse a segundo plano e que os comunistas e os eleitores do PCP admitissem colocar o seu voto à frente de um nome que consideram responsável por muito do que de mau tem acontecido ao regime saído do 25 de Abril.*

*Trata-se, para os comunistas, para os trabalhadores, para os democratas, não de um apoio a Soares mas, sobretudo, de um voto para a sobrevivência da democracia, para que perdurem as condições necessárias à luta que irá continuar.*

*A luta irá continuar. Em defesa dos interesses dos trabalhadores, das mulheres, da juventude, dos intelectuais, dos democratas — que hoje se devem unir todos em defesa da liberdade.*

*O convite à abstenção — um gesto envenenado que a pior reacção estendeu ao PCP — foi claramente rejeitado. Os comunistas não cruzaram os braços. Foram para a luta. Como sempre. Colocando os interesses nacionais, os interesses do povo, acima de todas as considerações. Essa clara posição revolucionária foi compreendida.*

### Esclarecer

*Poderiam os comunistas ter ficado por aqui? Como se lavassem as mãos da poeira de uma situação difícil e extremamente complexa? Tomando uma decisão e deixando aos outros a sua interpretação e uso? É evidente que não.*

*Esclarecendo que a posição assumida não significava um apoio a Soares, mas tão só o voto nesse candidato para derrotar o outro, sublinhando que o PCP não participaria a qualquer nível na campanha eleitoral do candidato em que se irá votar, o PCP poderia arredar-se da cena e da viva luta política que se trava? É evidente que não.*

*Por isso, com a rara — única — capacidade que é a de um Partido intimamente ligado às massas, forjado na luta, inteiramente devotado aos interesses dos trabalhadores e do País, o PCP, mal tinha terminado o seu XI Congresso Extraordinário, para o qual, em quatro dias apenas, mobilizara o debate interno envolvendo nele dezenas de milhares de militantes, lançou-se numa intensa campanha de esclarecimento.*

*Tratava-se de levar por todo o País as conclusões do Congresso, de explicá-las. Mas não apenas levando de bandeja uma opinião: tratava-se, nestes poucos dias, de convencer, de ganhar para essa opinião muitos e muitos outros trabalhadores e democratas.*

*Num curto espaço de tempo, mais de um milhar de sessões de esclarecimento eram marcadas e os militantes não tiveram voz a medir. Dirigentes do Partido — entre os quais o secretário geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal —, muitos outros militantes com responsabilidades políticas a vários níveis, levaram, de Norte a Sul, as conclusões do Congresso.*

*Com uma participação numerosa — e não apenas composta dos naturais apoiantes da APU mas de muitos outros eleitores a quem interessa conhecer a posição e a atitude dos comunistas nesta situação complexa —, as sessões têm sido animadas por vivos debates, aprofundando as razões que levam o PCP a apelar ao voto em Soares para derrotar Freitas.*

*Se é verdade que por todo o lado se revelam as sentidas dificuldades e mesmo o desgosto na aceitação do voto num candidato que surge aos olhos dos trabalhadores com as responsabilidades que tem na política de direita, surgindo ainda hesitações, também é verdade que a esmagadora maioria dos participantes nas sessões concordam com as razões apontadas pelo Partido e mostram uma elevada consciência política da gravidade do momento que se vive.*

*Este intenso trabalho de esclarecimento — se mostra a grande capacidade política e de mobilização do PCP, mostra, por outro lado, a íntima ligação entre o Partido e as massas, resultado do acordo entre as aspirações e sentimentos destas e a justeza das análises e das propostas do PCP.*

edições Avante!

OBRAS COMPLETAS DE SOEIRO PEREIRA GOMES

"A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português"

PCP

# A organização do Partido necessita continuadamente de se renovar e alargar

Alargar e renovar as fileiras do Partido é uma das direcções fundamentais para o seu fortalecimento. Agarrando alguns aspectos desse importante objectivo, «O Militante» (edição de Janeiro) refere a dado passo:

De muito diversas regiões chegam informações sobre o recrutamento para o Partido, particularmente em localidades e empresas onde não existia qualquer ligação. Normalmente esses novos contactos apresentam perspectivas de alargamento e de influência e os resultados eleitorais têm confirmado que, na verdade, se deram modificações significativas.

Estes factos têm levado alguns camaradas a pensar que o que importa é avançar nas zonas onde temos menor influência pois é aí que, muitas vezes, se notam as maiores mudanças.

Não há dúvida que é importante e conduz a uma melhor implantação do Partido o conseguir-se criar organizações ali onde até agora não tem havido. E é natural que, criando essas organizações, desse facto resultem depois consequências positivas. Mas, de modo algum se pode deixar de desenvolver e reforçar a organização onde ela tem já alguma influência e até criou tradições.

O que sucede, muitas vezes, é que a organização existente está estagnada. Não se é capaz de alargar a célula de uma empresa a outras secções da mesma empresa, não se é capaz de entrar em outras empresas de uma mesma localidade ou em outros bairros de uma mesma freguesia. De modo que, não alargando a organização e até simplesmente não a renovando, isso é, por um lado, sinal de que a influência partidária é deficiente e, por outro lado, tem como consequência que essa influência vai enfraquecendo.

Se onde existe uma organização já há muito tempo, ela se renova com o recrutamento de novos camaradas, com a estruturação de novos organismos, então também aí se observam perspectivas de alargamento e de influência. Em todos estes casos, os resultados confirmam que assim é.

**A organização do Partido necessita continuamente de se renovar e alargar**. Sem isso, é natural que estagne e, logo a seguir, se encolha e reduza. Isto significa que **o recrutamento é uma questão que tem de ser tratada, acompanhada e estimulada constantemente**.

Actualmente existem muitos trabalhadores e elementos de outras camadas que foram contactados politicamente, que se esclareceram sobre a situação que se vive no país, que se interessam pelas eleições e participaram quer na propaganda da APU quer mesmo nas suas listas de candidatos. **É necessário compreender a importância de recrutar muitos deles para o Partido, para renovar as suas fileiras, para levar estas a nova localidades e locais de trabalho, para atingir outros sectores e camadas sociais**.

É indispensável não abandonar ou não perder esses contactos mas sim reforçá-los e transformá-los de modo a alargar e a fortalecer a organização do Partido e, através desta, a sua influência e a sua actividade.

o militante

Proletários de todos os países, UNI-VOS!

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CT da DORS

# Sines e Palmela na frente

Ultrapassados os 35 mil contos (e os 72% da meta geral), a campanha para o novo CT da DORS prossegue em todas as organizações do distrito de Setúbal, salientando-se desde já os extraordinários resultados obtidos pelas concelhias de **Sines** e **Palmela**, ambas com mais de 100 por cento das respectivas metas. Logo a seguir, surge no registo de evolução da campanha a própria DORS (98,6 por cento), a concelhia do Seixal (97,4) e da Moita (86,7). Estes resultados ainda não contemplam todas as iniciativas realizadas nos fins de 1985.

Brevemente, contamos dar nas páginas do Avante! um balanço desenvolvido do trabalho da campanha em 85 e a definição das metas para este ano.

# Sessões em Sesimbra

Os camaradas Joaquim Gomes e Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, participam amanhã à noite em sessões de esclarecimento do Partido no concelho de Sesimbra, ambas marcadas para as 21 e 30 horas. Assim, enquanto J. Gomes estará no Externato Santa Joana, Vilarigues intervirá na Associação Zambujalense (Zambujal).

## Camaradas Falecidos

### Alfredo Inácio

Com 44 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Alfredo Rodrigues Inácio. Trabalhador do Banco Fonsecas e Burnay, fazia parte do secretariado da célula do Partido. O funeral realizou-se no passado dia 3, com a presença de familiares, amigos e companheiros.

### José Soares

Natural da Relva, Ponta Delgada, faleceu recentemente o militante comunista José da Silva Soares, de 45 anos, pedreiro. Pertencia à organização do Partido na freguesia da Relva, na Região Autónoma dos Açores. O camarada faleceu devido a um acidente de viação.

### Álvaro Coelho

Vítima de atropelamento, faleceu recentemente o nosso camarada Álvaro Santinho Coelho, de 76 anos, velho militante comunista. Natural de S. Marcos da Serra, antigo marinheiro, Álvaro Coelho era membro da Comissão Concelhia de Silves, do PCP, e presidente da Assembleia de Freguesia de S. Marcos da Serra. Homem muito prestigiado na sua terra, o funeral do camarada Álvaro Coelho constituiu uma sentida manifestação de pesar.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! apresenta as suas condolências.

Nacional

# URAP apela contra o fascismo

Tal como aconteceu durante a primeira volta, o Conselho Directivo da União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) emitiu um comunicado sobre as eleições presidenciais. Neste documento, os resistentes antifascistas afirmam-se cientes de contribuir para a unidade de todos os democratas. Transcrevemos o comunicado:

«Ao aproximar-se a comemoração do 12.º aniversário da data gloriosa e libertadora do 25 de Abril de 1974, perfila-se perante o nosso povo o perigo do regresso ao 24 de Abril, com a possibilidade da eleição para a Presidência da República de um homem do passado fascista — Freitas do Amaral.

«Não tendo passado à segunda volta nem Salgado Zenha, nem Maria de Lourdes Pintasilgo, aos homens e mulheres da resistência ao fascismo, aos democratas e patriotas, não resta outra alternativa do que trabalhar para impedir a eleição daquele que tem por detrás de si, por detrás da falsa máscara de 'democrata', todas as forças revanchistas do passado fascista.

«No nosso documento anterior, 'a URAP e as eleições presidenciais' afirmávamos que o candidato Mário Soares tinha sido o primeiro subscritor do projecto-lei de «segurança interna» e por isso não o deveríamos apoiar. Sem alterar agora o nosso juízo sobre este candidato, face ao perigo surgido com o resultado das eleições na primeira volta, dado o avanço do candidato da extrema-direita, o Conselho Consultivo da URAP, reflectindo sobre as premissas anteriores, não pode deixar de apelar aos seus associados, aos antifascistas e aos democratas em geral, para, vencendo preconceitos, votar no candidato Mário Soares, na segunda volta das eleições presidenciais no dia 16 de Fevereiro, com vista à derrota de Freitas do Amaral.

«Com este apelo, a URAP pretende contribuir para a unidade de todas as forças democráticas que, desde que unidas, são sempre mais poderosas do que as forças da reacção.

«Avancemos, pois, unidos, para a defesa do Portugal de Abril e para que o fascismo não volte de novo à nossa Pátria!».

CRISE E QUEDA DOS GOVERNOS PS

Volume I

DA CONTRA-REVOLUÇÃO LEGISLATIVA À FORMAÇÃO DO GOVERNO PS/CDS

Volume II

O GOVERNO PS/CDS

(Discursos políticos de Álvaro Cunhal)

Análises, propostas, previsões e críticas **formuladas em devido tempo** a que o dia-a-dia deu a dimensão da sua justeza

CDL a distribuição

edições Avante!

Nacional

**23 de Janeiro**

O xeque Yamani, ministro saudita do Petróleo, declara que o preço do barril poderá descer, a curto prazo, abaixo dos 15 dólares.

**24 de Janeiro**

«A descida do preço do petróleo nos mercados internacionais, e que se verifica desde finais de Novembro do ano passado, como ontem noticiámos, já começou a repercurtir-se em muitos países, no preço dos combustíveis. Da Alemanha vem-nos o exemplo mais ilustrativo do que representa a baixa do petróleo, ao serem decididas duas reduções do preço de venda ao público dos combustíveis, no curto espaço de uma semana» (Diário Popular).

**25 de Janeiro**

«A descida da cotação do dólar vem trazer efeitos benéficos sobre o preço dos produtos importados e a progressiva baixa do preço do petróleo vai permitir fazer uma poupança que especialistas estimam em cerca de 100 milhões de contos (Diário Popular).

**31 de Janeiro**

«O dólar norte-americano tem vindo a desvalorizar-se, relativamente às principais moedas internacionais, registando, no dia 29, o valor mais baixo desde 29 de Dezembro de 1978, relativamente ao iene (...) A baixa dos preços do petróleo também tem afectado a libra inglesa, que, na terça-feira, chegou a depreciar-se relativamente ao dólar» (O Jornal).

**1 de Fevereiro**

«A transparência exige que os preços internacionais não sejam evocados apenas quando nos são desfavoráveis. A verdade obriga a que os preços internos dos combustíveis acompanhem os preços internacionais. O mercado existe. Resta saber se existe nos discursos governamentais ou se existe também na definição da acção do Governo» (Expresso).

## Gasolina: só cá é que não desce!

# O mealheiro do Governo Cavaco...

• *Carta-aberta de um cidadão martirizado por sucessivos aumentos dos combustíveis*

Ex. Sr. Primeiro-Ministro.

Sou um daqueles cidadãos que costuma ler jornais e que tem esperanças numa descida dos preços da gasolina.

Martirizado por sucessivos aumentos dos combustíveis (o sr. Primeiro-Ministro sabe que uma simples bilha de gás custa quase um conto de réis?...), esfrego as mãos de contente quando leio «**Baixa do petróleo e do dólar justificam optimismo do Governo**». Ou: «**No curto espaço de uma semana, duas reduções no preço de venda ao público dos combustíveis... na Alemanha**» (não são nossos parceiros na CEE?)

Só que a decepção não se faz esperar: «**Confirmado oficialmente — Governo não vai cumprir a lei sobre preços dos combustíveis**». Ora bolas!

Desanimado mas não vencido, continuei as minhas leituras. Os recortes da Imprensa nacional e estrangeira vão-se amontoando no dossier que preparei cuidadosamente. A investigação vai-se ampliando. Alguns telefonemas, uns contactos pessoais e uns pedidos de esclarecimento junto de algumas entidades responsáveis revelaram-se muito úteis. Estou agora em condições de tirar uma conclusão: **a gasolina pode e deve baixar de preço!**

Na sua campanha eleitoral, o sr. Primeiro-Ministro prometera «menos Estado e melhor Estado». Agora o que vejo é um «Estado mealheiro»...

Ora, tenha paciência, veja bem o que tenho para lhe dizer e, depois, sinceramente diga se tenho ou não razão.

### 1.

Em 23 de Novembro de 1985 o governo PS/PSD (partido do sr. Primeiro-Ministro) aumentou o preço dos combustíveis. Os líquidos, casos do **gasóleo**, da **gasolina normal** e **super** passaram respectivamente para **70, 110 e 115 escudos** por litro.

Tais aumentos ocorreram numa altura em que já eram bem visíveis e sentidas na prática as baixas nos preços do barril de petróleo no mercado internacional e na cotação do dólar.

Não é de estranhar, pois, que já no último aumento decretado tenha surgido a interrogação: a registarem-se alterações nos preços, não deviam ser no sentido da **redução?**

**Em Janeiro de 1985 o preço real (média mensal) do barril de petróleo era de cerca de 27,1 dólares (4893$00). Em Setembro do mesmo ano estava já nos 26,0 (4339$00). Actualmente, andará na casa dos 16 dólares, com tendência para uma descida até aos 14.**

**Paralelamente, a cotação do dólar tem descido também de forma significativa.**

**Na Europa, os combustíveis já desceram de preço. Que se passa em Portugal?**

### 2.

A dúvida tinha de facto as suas razões. Em Janeiro de 85 o preço real (média mensal) do barril de petróleo era de **27,1** dólares. E nessa altura um dólar era pago (em média) a **180$36.** Veja-se a evolução desses valores até ao mês de Setembro do mesmo ano: **Fevereiro** — 27,76/181$98; **Março** — 27,16/180$99; **Abril** — 27,85/176$80; **Malo** — 27,29/175$71; **Junho** — 26,01/170$85; **Julho** — 26,27/167$41; **Agosto** — 26,89/165$61; **Setembro** — 26,03/169$02. Depois de Setembro, a tendência de baixa manteve-se. Segundo informação do Banco de Portugal, no passado dia 4, o dólar estava cotado a **156$903** (compra) e **157$335** (venda).

Entre Janeiro e Setembro de 1985 o preço do barril de petróleo teve uma quebra superior a **11 por cento**: passou de 4893$00 para 4339$00. Em Novembro, o governo PS/PSD decretou aumentos nos combustíveis líquidos na ordem dos **5,5, 5,7 e 6** por cento, respectivamente nas gasolinas super e normal e no gasóleo.

### 3.

Para onde vai todo este dinheiro?

Já agora, refira-se que após os aumentos decretados em Novembro, o Estado passou logo a arrecadar em cada litro de gasolina super qualquer coisa como 53,3 por cento. Ou seja: dos 115 escudos que deixamos nas bombas, 61$30 vai logo direitinho para os cofres do Estado. Em cada litro de gasolina normal, são «desviados» 59,1 por cento (62$10) e em cada litro de gasóleo 51,4 por cento (33$90). Resumindo: mais de metade do que pagamos por aqueles combustíveis não é para cobrir os seus custos! Entretanto, tendo em conta a baixa do preço do petróleo e a descida do dólar — moeda em que se paga o produto na origem — ainda mais altos se tornaram os lucros obtidos com os combustíveis nos últimos meses.

Mas para onde vai todo este dinheiro, perguntávamos nós?

Ora, o glutão chama-se **Fundo de Abastecimento**, órgão oficial que «mantém», com este pesado imposto de consumo, os preços de outros produtos (diz o Governo).

Só que também aqui se levantam sérias interrogações: Com a justificação do FA estamos eternamente sujeitos a pagar o valor artificial dos combustíveis? É ou não é verdade que o FA tem dívidas impressionantes, por exemplo, à Petrogal, à Quimigal, e à EPAC? **Para onde vai o dinheiro?**

### 4.

Relacionada com aquelas questões, retemos uma breve passagem dum artigo publicado há dias no semanário **Expresso**: «Os **buracos** financeiros dos últimos anos podem ser importantes. Mas a política de que este Governo se tem reivindicado exige que eles não sejam tapados à custa de flutuações favoráveis do mercado. Não é justo penalizar as empresas portuguesas — condenadas a pagar facturas energéticas deslocadas no tempo — face às suas concorrentes externas. É errado — como o caso português tem demonstrado à saciedade nos últimos anos — manter, através de políticas voluntaristas, uma dada economia a contraciclo da economia mundial. A transparência exige que os preços internacionais não sejam evocados apenas quando nos são desfavoráveis».

### 5.

Já agora, mais uma interrogação: se é verdade que a descida da cotação do dólar vem trazer «efeitos benéficos sobre o preço dos produtos importados e a progressiva baixa do preço do petróleo vai permitir fazer uma poupança que especialistas estimam em cerca de **100 milhões de contos**» (Diário Popular); se é verdade que é essa perspectiva «permite ao Governo projectar um relançamento da actividade económica, com a tónica no aumento do investimento», — então porque não baixa já os preços dos combustíveis?

### 6.

Da **Alemanha**, da **França**, da **Espanha**, da **Itália**, a notícia surge calmamente: desceu o preço da gasolina. Com clareza, um jornalista português escreve num vespertino de Lisboa: «Como o petróleo baixou e o dólar foi depreciado, bastou ao governo alemão cumprir a lei, descendo o preço dos combustíveis. Por estranho que pareça, em Portugal também temos legislação idêntica à que vigora na maioria dos países europeus» (cada vez que haja — lembra-se do que disse o Governo PS/PSD? — alterações significativas nos preços do petróleo e na cotação do dólar, os preços dos combustíveis serão reajustados subindo ou **descendo** o que for necessário). «Só que (essa legislação) não é cumprida pelos governos».

Se me permite, sr. Primeiro-Ministro, recordo-lhe que somos europeus e membros da CEE para começar a pagar o IVA logo no primeiro dia do ano de 86, mas não somos europeus e membros de pleno direito da CEE para termos os combustíveis mais baratos!

### 7.

Termino, sr. Primeiro-Ministro, convicto de que existem condições objectivas para uma rápida descida dos combustíveis, e, ao mesmo tempo, cheio de incertezas quanto ao destino do enorme **mealheiro** que o seu Governo está a armazenar («Demagogia é feita à maneira»... ó vizinha, baixe o rádio, por favor, quero acabar esta carta.)

**Após o último aumento dos combustíveis (Novembro de 1985), 53,3** por cento do custo ao público de um litro de gasolina super passou a ir direitinho para o Fundo de Abastecimentos. Ou seja: em cada **115$00, 61$30** vão para o Fundo...

. . .

«Por cada escudo de aumento no preço da gasolina, o Fundo de Abastecimentos recebe um milhão de contos/ano; um escudo no **fuel** representa uma receita adicional de 2 milhões contos/ano. Em 1985, o Fundo de Abastecimentos é um financiador do Estado» (**Semanário**, 30 de Novembro de 85).

**O PLANO PARA 1986**

# BAIXA DO PETRÓLEO E DO DÓLAR JUSTIFICAM OPTIMISMO DO GOVERNO

**16 dólares por barril!**

«O Comité Especial da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) concluiu ontem, em Viena de Austria, a sua reunião de dois dias, recomendando aos Estados membros o aumento da produção, actualmente em 16 milhões de barris diários ilimite fixado em Outubro de 1984).

«Os representantes dos cinco países com assento no Comité Especial (Indonesia, Iraque, Kowait, Emirados Arabes Unidos e Venezuela) confrontavam-se com a opção de assegurar para a OPEP uma maior quota no mercado, com a inevitável baixa de preços, ou propor uma redução na produção, na tentativa de consolidar o preço das ramas.

«A decisão provocou, de imediato, uma nova quebra no preço do petróleo, designadamente o do mar do Norte, que logo ontem caiu de 18,90 para 16 dólares por barril (...)».

Da imprensa, 5 de Fevereiro

**NOVA QUEBRA NOS PREÇOS DO PETRÓLEO**

## OPEP RECOMENDA AUMENTO DA PRODUÇÃO

## Petróleo deverá baixar de preço

O PREÇO do barril de petróleo poderá descer, a curto prazo, abaixo dos 15 dólares, se não houver uma política concertada dos vários países da OPEP, advertiu ontem o ministro do Petróleo saudita.

Segundo o xeque Yamani, a actual queda dos preços do *crude* nos mercados internacionais, que ronda os 22 dólares, por barril, poderá, a curto prazo, baixar para os 15 dólares «gerando, em sua opinião, «peri-

**CONFIRMADO OFICIALMENTE**

## GOVERNO NÃO VAI CUMPRIR A LEI SOBRE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

A descida do preço do petróleo nos mercados internacionais, e que se verifica deste finais de Novembro do ano passado, como ontem noticiámos, já começou a repercutir-se, em muitos países, no preço dos combustíveis. Da Alemanha vem-nos o exemplo mais ilustrativo do que representa a baixa do petróleo, ao serem decididas duas reduções do preço de venda ao público dos combustíveis, no curto espaço de uma semana» (Diário Popular).

Desanimado mas não vencido, continuei as minhas leituras. Os recortes da Imprensa nacional e estrangeira vão-se amontoando no dossier que preparei cuidadosamente. A investigação vai-se ampliando. Alguns telefonemas, uns contactos pessoais e uns pedidos de esclarecimento junto de algumas entidades responsáveis revelaram-se muito úteis. Estou agora em condições de tirar uma conclusão: a gasolina pode e deve baixar de preço!

Na sua campanha eleitoral, o sr. Primeiro-Ministro prometera «menos Estado e melhor Estado». Agora o que vejo é um «Estado mealheiro»...

Ora, tenha paciência, veja bem o que tenho para lhe dizer e, depois, sinceramente diga se tenho ou não razão.

1.

Em 23 de Novembro de 1985 o governo PS/PSD (partido do sr. Primeiro-Ministro) aumentou o preço dos combustíveis. Os líquidos, casos do gasóleo, da gasolina normal e super passaram respectivamente para 70, 110 e 115 escudos por litro.

Tais aumentos ocorreram numa altura em que já eram bem visíveis e sentidas na prática as baixas nos preços do barril de petróleo no mercado internacional e na cotação do dólar.

Não é de estranhar, pois, que já no último aumento decretado tenha surgido a interrogação: a registarem-se alterações nos preços, não deviam ser no sentido da redução?

Foto de EURICO VASCONCELOS

*Este quadro vai manter-se sem qualquer alteração em 1986, seja qual for o comportamento do dólar ou do preço do petróleo*

2.

A dúvida tinha de facto as suas razões. Em Janeiro de 85 o preço real (média mensal) do barril de petróleo era de 27,1 dólares. E nessa altura um dólar era pago (em média) a 180$36. Veja-se a evolução desses valores até ao mês de Setembro do mesmo ano: Fevereiro — 27,76/181$98; Março — 27,16/180$99; Abril — 27,85/176$80; Malo — 27,29/175$71; Junho — 26,01/170$85; Julho — 26,27/167$41; Agosto — 26,89/165$61; Setembro — 26,03/169$02. Depois de Setembro, a tendência de baixa manteve-se. Segundo informação do Banco de Portugal, no passado dia 4, o dólar estava cotado a 156$903 (compra) e 157$335 (venda).

Entre Janeiro e Setembro de 1985 o preço do barril de petróleo teve uma quebra superior a 11 por cento: passou de 4893$00 para 4339$00. Em Novembro, o governo PS/PSD decretou aumentos nos combustíveis líquidos na ordem dos 5,5, 5,7 e 6 por cento, respectivamente nas gasolinas super e normal e no gasóleo.

3.

Para onde vai todo este dinheiro?

Já agora, refira-se que após os aumentos decretados em Novembro, o Estado passou logo a arrecadar em cada litro de gasolina super qualquer coisa como 53,3 por cento. Ou seja: dos 115 escudos que deixamos nas bombas, 61$30 vai logo direitinho para os cofres do Estado. Em cada litro de gasolina normal, são «desviados» 59,1 por cento (62$10) e em cada litro de gasóleo 51,4 por cento (33$90). Resumindo: mais de metade do que pagamos por aqueles combustíveis não é para cobrir os seus custos! Entretanto, tendo em conta a baixa do preço do petróleo e a descida do dólar — moeda em que se paga o produto na origem — ainda mais altos se tornaram os lucros obtidos com os combustíveis nos últimos meses.

Mas para onde vai todo este dinheiro, perguntávamos nós?

Ora, o glutão chama-se Fundo de Abastecimento, órgão oficial que «mantém», com este pesado imposto de consumo, os preços de outros produtos (diz o Governo).

Só que também aqui se levantam sérias interrogações: Com a justificação do FA estamos eternamente sujeitos a pagar o valor artificial dos combustíveis? É ou não é verdade que o FA tem dívidas impressionantes, por exemplo, à Petrogal, à Quimigal, e à EPAC? Para onde vai o dinheiro?

4.

Relacionada com aquelas questões, retemos uma breve passagem dum artigo publicado há dias no semanário Expresso: «Os buracos financeiros dos últimos anos podem ser importantes. Mas a política de que este Governo se tem reivindicado exige que eles não sejam tapados à custa de flutuações favoráveis do mercado. Não é justo penalizar as empresas portuguesas — condenadas a pagar facturas energéticas deslocadas no tempo — face às suas concorrentes externas. É errado — como o caso português tem demonstrado à saciedade nos últimos anos — manter, através de políticas voluntaristas, uma dada economia a contraciclo da economia mundial. A transparência exige que os preços internacionais não sejam evocados apenas quando nos são desfavoráveis».

5.

Já agora, mais uma interrogação: se é verdade que a descida da cotação do dólar vem trazer «efeitos benéficos sobre o preço dos produtos importados e a progressiva baixa do preço do petróleo vai permitir fazer uma poupança que especialistas estimam em cerca de 100 milhões de contos» (Diário Popular); se é verdade que é essa perspectiva «permite ao Governo projectar um relançamento da actividade económica, com a tónica no aumento do investimento», — então porque não baixa já os preços dos combustíveis?

6.

Da Alemanha, da França, da Espanha, da Itália, a notícia surge calmamente: desceu o preço da gasolina. Com clareza, um jornalista português escreve num vespertino de Lisboa: «Como o petróleo baixou e o dólar foi depreciado, bastou ao governo alemão cumprir a lei, descendo o preço dos combustíveis. Por estranho que pareça, em Portugal também temos legislação idêntica à que vigora na maioria dos países europeus» (cada vez que haja — lembra-se do que disse o Governo PS/PSD? — alterações significativas nos preços do petróleo e na cotação do dólar, os preços dos combustíveis serão reajustados subindo ou descendo o que for necessário). «Só que (essa legislação) não é cumprida pelos governos».

Se me permite, sr. Primeiro-Ministro, recordo-lhe que somos europeus e membros da CEE para começar a pagar o IVA logo no primeiro dia do ano de 86, mas não somos europeus e membros de pleno direito da CEE para termos os combustíveis mais baratos!

7.

Termino, sr. Primeiro-Ministro, convicto de que existem condições objectivas para uma rápida descida dos combustíveis, e, ao mesmo tempo, cheio de incertezas quanto ao destino do enorme mealheiro que o seu Governo está a armazenar («Demagogia é feita à maneira»... ó vizinha, baixe o rádio, por favor, quero acabar esta carta.)

Trabalhadores

# Salários, emprego, contratação

# Problemas agravam-se

## • As medidas do Governo só se vêem na TV

O «suave milagre» que o Governo Cavaco teria obtido com o decreto dos salários em atraso está bem à vista na «dívida salarial média a cada trabalhador metalúrgico» que, segundo o Sindicato (STIMMDP), aumentou de 84 para 99 contos, desde o fim do ano passado até 31 de Janeiro de 1986. Isto só no distrito do Porto. Enquanto, o ministro do Trabalho, Mira Amaral insiste noutras medidas igualmente milagrosas, como a liberalização dos despedimentos, avoluma-se o protesto em numerosos sectores salariais com destaque para os trabalhadores metalúrgicos, ferroviários, Função Pública, médicos policlínicos, pessoal da Messa (concentração marcada para hoje, à porta do Governo), mineiros, trabalhadores da Carris, portuários, têxteis, professores.

Como pano de fundo às reivindicações específicas, nomeadamente de empresa e sector, amplia-se a reclamação geral sobre a contratação colectiva, designadamente sobre as tabelas salariais, que o Governo pretende submeter a níveis baixíssimos relativamente a uma suposta taxa de inflação que, no entender dos propagandistas deste Governo, não iria além dos 14 por cento em 1986 (menos quase 6 por cento do que no ano passado).

Depois das jornadas contra os baixos salários e as perspectivas de desemprego — sobretudo as ameaças, já concretizadas algumas, quanto aos chamados **tarefeiros**, ainda recentemente atingidos no sector do ensino e com previsíveis incidências em outros sectores da Administração Pública, designadamente na Estatística — os ramos de actividade mais atingidos, com relevo para os têxteis e dento deles nos lanifícios, reclamam alguma segurança do emprego, exigindo medidas adequadas e mandatando as oragnizações representativas, sobretudo os sindicatos, para a condução de novas lutas.

### Atrasados: Dívida média aumenta 15 contos num mês e por unidade

Em 28 empresas metalúrgicas do distrito do Porto, os responsáveis por salários em atraso devidos a 4169 trabalhadores faziam passar a média em dívida a cada metalúrgico, excluindo os retroactivos, de 84 para 99 contos. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito do Porto (STIMMDP), ao assinalar a subida, sublinha que «este valor não corresponde ao débito real médio, porque não contempla milhares de contos de retroactivos salariais devidos por 13 empresas». No final do mês passado, acrescenta a STIMMDP, aqueles 4169 trabalhadores eram credores de um total de 410 mil contos, «montante correspondente a 102 meses de salários e subsídios». Cada uma daquelas 28 empresas do distrito do Porto «deve, em média, 3,65 meses de salários».

O STIMMDP refere que, «comparativamente a 31 de Dezembro de 1985, a situação em finais de Janeiro deste ano caracteriza-se pela estabilidade do número de empresas devedoras». Embora ocorra «uma relativa descida do número de trabalhadores» abrangidos pelos salários em atraso (menos 600), o Sindicato **«não tem conhecimento de qualquer movimentação significativa de trabalhadores que optem pelas propostas governamentais propagandeadas pelas RTP».**

O STIMMDP, que «em devido tempo criticou a "solução" do Governo Cavaco Silva para acabar com os salários em atraso», acrescenta que apenas é do seu conhecimento o caso de «seis trabalhadores» naquelas condições que **«andaram de gabinete em gabinete, foram ao Ministério do Trabalho, ao Fundo de Desemprego, voltaram ao Ministério, tendo deparado com absoluta falta de respostas concretas por parte desses organismos oficiais».**

Entretanto, aumentavam no mesmo período (31 de Dezembro-31 de Janeiro) as empresas do mesmo sector e do mesmo distrito com retroactivos em atraso. Trata-se, adianda o STIMMDP, de «empresas que não pagam os salários previstos nos contratos colectivos, ou que têm dívidas de anos anteriores».

### «A luta é inevitável» — conclui Plenário dos Metalúrgicos

Reunido na passada sexta-feira, 7, nas cidades de Lisboa, Porto, Guimarães e Aveiro, o Plenário Nacional de activistas da metalurgia, metalomecânica e minas, depois de analisar a situação como se apresenta após a jornada de luta de 23 de Janeiro, decidiu «prosseguir a luta nas empresas; unificar a luta com uma jornada nacional, englobando acções de denúncia pública, de responsabilização do patronato e do Governo, bem como paralisações». E decidiu ainda delegar na comissão executiva da FSMMMP (Federação sindical unitária) «a marcação da data da jornada, tendo em conta a posição do patronato nas próximas reuniões de negociação da contração colectiva e as respostas do Governo quanto aos graves problemas que afectam os trabalhadores e o sector».

***As ameaças governamentais sobre o emprego** atingem também a forte estrutura da Siderurgia Nacional*

Recorde-se que ainda há poucos dias o patronato não ia além dos 15 por cento nos aumentos da tabela salarial.

Quanto aos salários em atraso, o Plenário «manifestou o seu repúdio» pelo decreto do Governo que considera «ultrajante para a dignidade dos trabalhadores», que não querem viver de «expedientes», como aqueles que «o Governo pretende penalisar com prisão». Exigem simplesmente o salário que lhes é devido pela força do trabalho que vendem», sublinha o Plenário ao reclamar **o pagamento dos salários em atraso**. «Esta reivindicação é indissociável da viabilização das empresas, do desenvolvimento dos vários sectores e da defesa do emprego.»

À semelhança do que tem acontecido ultimamente com todo o movimento sindical unitário, também os metalúrgicos aprovaram uma tomada de posição sobre as **eleições presidenciais**. Relativamente à segunda volta do próximo dia 16 e «perante os graves perigos que adviriam para os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do próprio regime democrático, o Plenário concluiu que é imperativo derrotar a candidatura de Freitas do Amaral e o seu projecto fascizante. Os metalúrgicos e os mineiros não mudaram de opinião sobre Mário Soares e o seu projecto, mas, face aos perigos da candidatura de Freitas do Amaral, o Plenário afirma que se impôs aos trabalhadores e a todos os democratas concentrarem os seus votos em Mário Soares».

## LUTAS E TAREFAS

• **Com efeitos desde 1 de Janeiro findo, os trabalhadores de escritório do ramo de moagens (arroz, massas, bolachas, chocolates) conseguiram 19,3 por cento de aumento na nova tabela salarial.** A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, que negociou a revisão do contrato (CCT), afirma que o aumento «corresponde à taxa de inflação verificada em 1985 (19,3 por cento: dados do INE). Foi possível ultrapassar o «tecto salarial» do Governo Cavaco Silva, o qual tem dado orientações ao patronato para não ir além dos 17 por cento». A FEPCES, ao divulgar aspectos importantes do contrato, sublinha que o seu cumprimento e aplicação pelas empresas «passa pelo conhecimento que sobre ele cada trabalhador deve possuir». A aplicação do novo contrato deve ser exigida por todos os trabalhadores abrangidos, designadamente no que respeita a diuturnidades, abono para falhas, subsídio de alimentação, e outros direitos, incluindo «condições particulares das mulheres e dos trabalhadores-estudantes».

• **Apelo para o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.** O departamento de mulheres do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, garantindo a «segurança em boas condições de todos os materiais recolhidos», pede a todas as companheiras do sector que participem numa exposição de trabalhos manuais, com a qual o Sindicato pretende comemorar o 8 de Março. Apresentada como «uma grande homenagem às mulheres e particularmente às mulheres trabalhadoras da Quimigal», a exposição precisa de «rendas, bordados, malhas, costuras, pinturas, barros, peças com fósforos, madeiras e outros objectos», refere o departamento de mulheres.

• **Apoio internacional aos jornalistas portugueses.** Numa carta de apoio às «legítimas reivindicações» dos jornalistas, que reclamam uma justa revisão do seu contrato, o presidente da OIJ (Organização Internacional) manifesta ao Sindicato (SJ) a sua solidariedade e disponibilidade para intervir no sentido de os profissionais portugueses poderem beneficiar de «condições de vida e de trabalho mais próximas das que estão em vigor noutros Estados», designadamente na Europa. Recorde-se que os jornalistas aprovaram a realização de uma greve, se a posição patronal não se alterar e se se mantiver a atitude do Governo que tem insistido em salários baixíssimos. Numa comparação recente sobre níveis salariais, o SJ chamava a atenção para o facto de, hoje, um redactor, que tenha alcançado através de promoções automáticas o topo da sua carreira, ganhar mensalmente o mesmo que uma telefonista abrangida pelo contrato dos Seguros, antes dos aumentos de 19,6 por cento já conseguido, em 1986, neste último sector.

• **À semelhança do ocorrido na TAP e na CP, a Rodoviária Nacional elegeu recentemente uma comissão de trabalhadores unitária**, com nove mandatos num total de onze. A lista vencedora, com 5271 votos (resultados provisórios) obteve mais um mandato do que nas eleições anteriores. A lista conotada com o PS/PSD obteve dois mandatos, com 1126 votos. Uma eventual rectificação daqueles totais provisórios não alterará a distribuição dos mandatos na CT da Rodoviária Nacional.

• **A CT da Petrogal manifestou o seu total desacordo com a «recauchutagem» do conselho de gerência, através de gestores nomeados pelo Governo, entre eles Maldonado Gonelha.** A CT, que reclama a tomada de posse do gestor eleito pelos trabalhadores da empresa, sublinha, no seu parecer negativo, que os gestores devem ser escolhidos a partir de critérios que excluam os «jogos das clientelas partidárias», no «cumprimento das disposições e regras democráticas».

• **Sobre a reestruturação do «terceiro maior Ministério português»**, o da Agricultura, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acusa o ministro, Álvaro Bissaia Barreto, de ter optado por «contratar amigos e 'comadres', a quem paga a peso de ouro, enquanto coloca no quadro de 'excedentes' trabalhadores no activo». Ao mesmo tempo, o titular da Agricultura, Pescas e Alimentação mostra-se «incapaz de implementar reformas que salvaguardem os interesses do País e os direitos dos trabalhadores», sobretudo no que respeita à integração na CEE, refere ainda aquela Federação.

• **«O actual Governo continua a ofensiva contra a Reforma Agrária»,** refere, entre outras conclusões, o Plenário distrital de dirigentes, delegados e activistas sindicais de Évora. O Plenário, promovido pela União dos Sindicatos e no qual participou Carlos Carvalho, do Conselho Nacional da CGTP-IN, reuniu «mais de meia centena de quadros sindicais, oriundos de dez sectores de actividade» que, segundo aquela União sindical, concluíram ainda o seguinte: «Durante a vigência deste Governo foram assaltadas empresas **(Coagro)** e encerradas outras (caso **Fore**), com o despedimento dos trabalhadores; as afirmações do governador civil, Mira Branquinho, sobre a situação existente na **Cooperativa Hortícula do Divor** não passaram de promessas para dar tempo ao Governo Cavaco Silva de desintervencionar a empresa, não pagando as dívidas de mais de nove meses de salários aos 136 trabalhadores.» A empresa está paralisada «sem que alguém assuma as responsabilidades da gestão». O Plenário, entre outras medidas, decidiu «desenvolver a luta e apoiar as acções dos trabalhadores da Reforma Agrária e do sector empresarial do Estado»; intensificar as «acções de massas pelo pagamento dos salários em atraso», pela defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos e o desemprego, contra o pacote laboral de Cavaco Silva. O Plenário de Évora condenou «a medida demagógica do Governo» no que respeita aos salários em atraso, que desmascarou como «chantagem» exercida sobre os trabalhadores nessas condições.

Trabalhadores

## Função Pública

# Luta por um direito e pela forma de o exercer

- **Milhares de manifestantes foram a São Bento no dia 5**
- **Os deputados têm uma palavra a dizer**

Depois da significativa manifestação do dia 5, os sindicatos representativos da Função Pública continuam a reivindicar aumentos superiores aos 16,5 por cento impostos pelo Governo e a sublinhar que «nada está decidido», que «a última palavra cabe à Assembleia da República». Recorde-se que as verbas destinadas àqueles aumentos constarão do Orçamento do Estado a discutir pelos deputados e, como refere o Sindicato dos TEP do Sul e Açores, «o Governo não tem maiorias para impor as suas propostas» na Assembleia da República. Sensibilizar os deputados para aumentos justos é, por conseguinte, uma das linhas de acção mais importantes dos sindicatos da FP, que reclamam não apenas o cumprimento do direito de negociação, mas uma forma democrática de o exercer.

Sublinham os sindicatos e a Federação unitária do sector que «a exemplo do que fez com o Orçamento suplementar de 1985, a Assembleia da República pode alterar as propostas do Governo», que rompeu «unilateralmente as negociações», como, pelo seu lado, sublinham associações sindicais que conduziram negociações separadas por pertencerem à UGT. É o caso do SITESE/FETESE que, em 22 de Janeiro findo, intitulava de «farsa, arrogância e autoritarismo» um comunicado sobre as posições do Governo quanto à negociação.

Como se sabe, o direito de negociação foi muito contestado por governos anteriores e os sindicatos da FP tiveram que recorrer a diversas formas de luta, mesmo só para serem recebidos pelo membro do Governo competente para dar andamento à revisão salarial e às outras matérias que constituem a regulamentação do trabalho na Função Pública.

Este ano, na posse da proposta sindical entregue com muita antecedência, o Governo só tardiamente iniciou as negociações, através do secretário de Estado do Tesouro, Rui Carp, e depressa actuou de forma a transformar em imposição o diálogo e a negociação das propostas dos sindicatos.

### Motivos substanciais para prosseguir a luta

Os trabalhadores da Função Pública, que só alcançaram o direito a dispor dos seus próprios sindicatos depois do 25 de Abril, têm desenvolvido desde então sucessivas lutas para não serem discriminados relativamente aos outros trabalhadores, designadamente no que respeita à livre negociação dos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho. Como se trata do maior sector da massa laboral do País, abrangendo grande número de profissões e de categorias profissionais, os governos tentam todos os anos aferir pelo mínimo que puderem atribuir à Função Pública o resto dos aumentos salariais, por assim dizer, como primeiro passo para a imposição, na prática, de um tecto salarial.

Mas a verdade é que outros importantes ramos de actividade já conseguiram, designadamente nos Seguros, ultrapassar, e de longe, os 16,5 por cento que o Executivo pretende impor à FP.

As propostas sindicais, que apontavam de início para 24/25 por cento, foram logo reduzidas na primeira contraproposta do secretário de Estado do Tesouro que, em nome do Governo, não foi além dos 15 por cento na tabela salarial, de 14 por cento nas diuturnidades e de 10,5 por cento no subsídio de refeição. Naturalmente que os sindicatos rejeitaram tão baixa percentagem, e o Governo subiu para os 16,5 por cento, fixando-se aí no que respeita aos aumentos de salários e pensões.

A revisão salarial imposta pelo Governo é claramente insuficiente. As negociações deveriam continuar. Ao confirmar a manifestação do dia 5, em Lisboa, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública acentua que «o aumento de 16,5 por cento para os salários e pensões fica aquém da inflação verificada em 1985 (19,5 por cento)».

A Federação que faz parte da Frente Comum de 30 associações sindicais do sector, donde saiu a Comissão Negociadora Sindical, acrescenta que os aumentos que o Governo tenta impor não representam um benefício, como o Governo quer dar a entender. Significam, pelo contrário, «uma nova diminuição do poder de compra dos trabalhadores da Função Pública».

É preciso ver que a previsão governamental de 14 por cento para a taxa de inflação em 1986 não tem, como refere a Federação, «qualquer credibilidade», tendo mesmo sido «publicamente desmentida por estudos oficiais».

Segundo estudos do próprio Ministério das Finanças, só a introdução do IVA «significaria um aumento de, pelo menos, três por cento», acrescenta a Federação.

Por outro lado «os trabalhadores da Função Pública repudiam a forma prepotente e ilegal como o Governo provocou a ruptura das negociações e decidiu, unilateralmente, aprovar os aumentos que são conhecidos». Acentua ainda a Federação que os TFP «não aceitam igualmente esses aumentos, porque eles não repõem o poder de compra perdido em anos anteriores» e que bastante se fez sentir na bolsa de muitos agregados familiares.

Os sindicatos representativos já efectuaram diligências junto dos grupos parlamentares. Significativamente, a própria manifestação do dia 5 dirigiu-se para São Bento, sede da Assembleia da República. Essas diligências, e eventualmente outras formas de luta, irão continuar.

***Relevo para a Administração Local** na manifestação da FP no dia 5, em Lisboa*

## Segurança Social

# 20 MILHÕES DE CONTOS EM 10 MESES
# Certo patronato não é parco a dever

O patronato deve pagar as suas dívidas à Segurança Social. Neste momento, o total dos débitos patronais nessa área é superior a 122 milhões de contos. Segundo o respectivo Instituto de Gestão Financeira (IGFSS) só no período de dez meses, entre Dezembro de 1984 e Outubro de 1985, aquelas dívidas aumentaram 20 milhões de contos. Para a CGTP-IN, a situação «traduz a profunda degradação financeira a que os governos conduziram a Segurança Social».

Confirma-se, por outro lado, com estes números oficiais — bastando somá-los — a enormidade da dívida que a Central sindical tem repetidamente evocado para exigir medidas capazes de sanear um sector orçamental de que depende grande parte da assistência social no nosso país. Recorde-se que essa dívida patronal se refere, em grande parte, a importâncias cobradas mensalmente aos trabalhadores e não entregues pelas entidades patronais nos prazos devidos à Segurança Social.

Os defensores da «rentabilidade» dos dinheiros da ex-Previdência deveriam pôr os olhos nesta máxima anomalia, em vez de fazerem cavalo de batalha, como sucedeu praticamente durante todo o ano passado, da pontual existência de «fraudes», muitas delas certamente evitáveis se a transparência fosse norma nas cobranças das dívidas principais.

### Basta somar

A CGTP-IN, que viu confirmada a sua previsão relativa ao final do ano passado — 122 milhões de contos devidos pelo patronato à Segurança Social — põe em relevo o facto de bastar dividir por dez os 20 milhões de contos, que o IGFSS admite como total da dívida do patronato em 10 meses, para se concluir, mas apenas em relação a uma parcela da dívida, que no final de 1985, a soma dos débitos do patronato teria atingido, pelo menos, os 24 milhões de contos.

Somada esta verba — parte dela presumivelmente incobrável — aos 98 milhões e 450 mil contos, que «o patronato devia à Segurança Social em 31 de Dezembro de 1984», fácil é concluir — como faz a Inter — **«o montante global da dívida terá ultrapassado largamente os 122 milhões de contos, no final de 1985»**.

Para contrastar com o rigor que a CGTP tem posto nas suas avaliações da dívida, «recorde-se que, há alguns meses, uma directora do IGFSS pretendeu contestar os números então previstos» pela Inter, «referindo que a dívida atingiria os 98 milhões de contos em 1985, o que, como mostram agora os próprios dados oficiais, ficou aquém da realidade».

Realidade essa nada satisfatória, antes muito preocupante para a própria «autoridade» do Governo, que pretende pôr no são uma série de situações que, pelos vistos, se limitaram a limpar ainda mais o osso aos reformados e aos trabalhadores no activo, «que continuam a usufruir, como se sabe — sublinha a CGTP-IN — de baixíssimos valores «no que respeita a pensões, subsídios, abonos e demais prestações da Segurança Social».

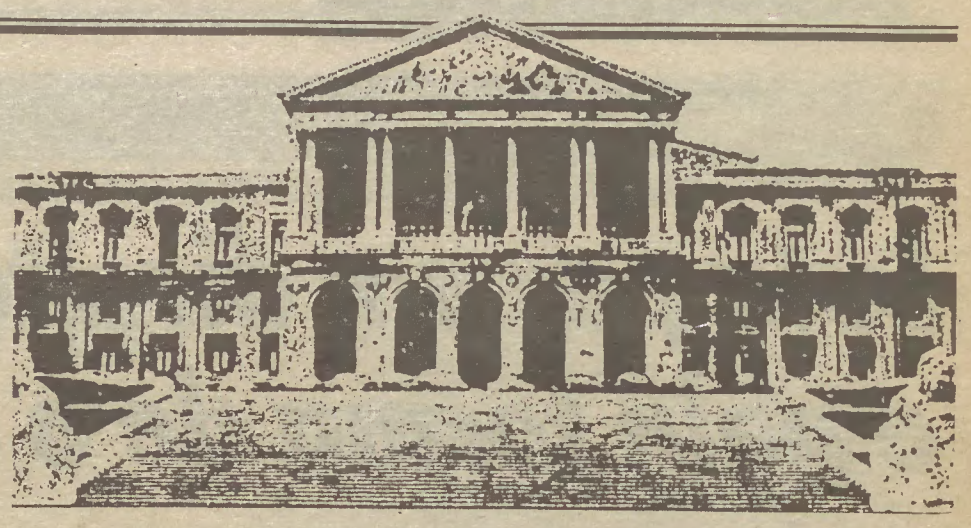
A CGTP-IN, que frequentemente tem denunciado essas e outras anomalias, protesta novamente contra a **«recente medida de redução dos descontos das empresas para a Segurança Social»**.

Sublinha a Central que essa medida do Governo só virá tornar ainda mais grave a situação financeira desse sector, **«se não for acompanhada de medidas compensatórias»**, entre as quais se conta, além da cobrança efectiva das dívidas patronatis, o «reforço das verbas transferidas do Orçamento de Estado para a Segurança Social».

Medidas pseudo-populares destinadas a caçar votos, logo apanhadas no ar por uma Comunicação Social atenta ao mínimo fervor demagógico do Governo, não chegam para iludir a escassez de medidas verdadeiramente oportunas e de largo alcance, como seria ter mão nas dívidas patronais, actuando de maneira a diminuir o total da dívida e a evitar que ela volte a crescer, contrariando-se a tendência bem visível nos últimos anos, que favorece em todos os campos as malversações patronais.

Assembleia da República

# Parlamento debateu «acto único europeu»



Sexta-feira passada o Parlamento debateu o Projecto de «Acto Único Europeu», que enquadra as alterações ao Tratado de Roma resultantes da reunião de Luxemburgo. Pelo seu interesse destacamos a intervenção feita pelo deputado Carlos Carvalhas em representação da bancada comunista.

Não foram aclaradas as razões porque o Governo, com tanta pressa, quis hoje discutir o «Acto Único Europeu», tendo-nos entregue à última hora a respectiva documentação que tem em mãos há muito tempo. As razões apresentadas em Comissão pelo sr. ministro dos Negócios Estrangeiros não convencem ninguém. As explicações hoje dadas também não. A prática deste Governo mostra-nos que não serão razões de respeito por este Órgão de Soberania que trouxe aqui este debate. Não serão também preocupações de informar com verdade. O que tem preocupado este Governo, não tem sido o de preparar, informar e mostrar as consequências da adesão para os diferentes sectores e «agentes económicos» mas sim o de servir-se da operação integração para acções de propaganda, e demagogia. São exemplos recentes o alardear da eficiência do Governo ao anunciar pela voz do Comissário Cardoso e Cunha ladeado do Primeiro-Ministro, em véspera de acto eleitoral, a promessa da vinda de alguns milhões do FEDER, sem revelar quanto é que temos de entregar para os cofres da CEE ou o anúncio actual da baixa de ponto e meio no imposto profissional, depois de ter introduzido o IVA, que comerá aos salários mais dois ou três pontos percentuais.

## O que é o Acto Único

O chamado Acto Único é um conjunto de artigos que alteram diversas disposições de carácter institucional dos Tratados CECA, CEE e EURATOMO, fundamentalmente, no que respeita aos processos de tomada de decisão pelo Conselho de Ministros (decisões pelas quais era exigida, antes, unanimidade, passaram a ser tomadas por maioria qualificada); às atribuições e poderes executivos da Comissão; aos poderes do Parlamento Europeu; à realização progressiva do Mercado Interno, ao desenvolvimento posterior do Sistema Monetário Europeu, incluindo também disposições novas relativas à política externa e à política de defesa dos países membros.

O «Acto Único» de Luxemburgo, apesar das críticas e das forças que o consideram insuficiente, representa um avanço no reforço da supranacionalidade pondo ainda mais em causa a salvaguarda dos interesses dos pequenos países, daqueles que têm uma economia nacional mais fraca.

É certo que se manteve a possibilidade, imposta por de Gaulle, de qualquer país invocar um interesse vital para determinar a necessidade de unanimidade no Conselho, mas para várias matérias importantes passa a bastar a maioria qualificada. Entre elas: **orientações para assegurar o progresso equilibrado no conjunto de sectores abrangidos pela realização do mercado interno (artigo 14.º-8.º-B)**; modificações ou suspensões autónomas dos direitos da pauta aduaneira comum **(artigo 16.º-28.º-1)**; directivas com vista a atingir o mais alto grau possível de liberalização da política cambial, só sendo necessária a **unanimidade** para as medidas que constituam um recuo da liberalização **(artigo 16.º-28.º-4)**; prestação de serviços e direito de estabelecimento de nacionais de estados terceiros **(artigo 16.º-28.º-3)**; política comum de transportes aéreos e marítimos **(artigo 16.º-28.º-5)**; aproximação das legislações nacionais e das disposições regulamentares e administrativas tendentes ao estabelecimento e funcionamento do mercado interno **(artigo 18.º-100.º-A)**; aproximação das legislações sociais **(artigo 21.º-118.º-A)**; decisões de **aplicação** do FEDER, continuando a exigir-se unanimidade para as **decisões-quadro (artigo 23.º-130.º-E(.**

## Quem sofre são os pequenos países

Outras há. Mas as indicadas são já suficientemente importantes, sobretudo porque permitem um avanço decisivo na **liberalização do mercado interno contra a opinião e os interesses dos pequenos países e das economias mais atrasadas.**

Reforça-se o poder de decisão supranacional através de: (a) passagem do voto no Conselho de unanimidade a maioria qualificada em pelo menos 9 matérias de grande importância, concernentes à realização do mercado interno, à aproximação de legislação e a harmonização de políticas e legislação sociais; (b) reforço do poder executivo da Comissão; (c) reforço do poder do Parlamento Europeu em detrimento do direito de veto de cada Estado Membro.

Com efeito bastaria e bastará (se as possibilidades do Acto Único forem «exploradas») **que o Parlamento delibere por maioria** para que o Conselho só possa manter a sua posição deliberando por unanimidade (o Parlamento pode, assim, aliar-se com a **maioria** do Conselho para fazer adoptar certas propostas, desbloqueando **decisões bloqueadas por um ou vários Governos**). É certo que o Parlamento também poderá aliar-se com um estado para bloquear decisões (basta que o Estado em causa recuse o seu voto no reexame da proposta), mas o Parlamento, pela sua composição, apenas poderá aliar-se com os grandes países.

**É preciso ter em conta que, no Parlamento, os países têm uma representação limitada** (e, de resto, nenhum país tem uma representação parlamentar que seja, por si, maioritária).

Assim, **em nome da democracia interna**, o reforço da posição do Parlamento é, sobretudo, a via para o reforço da supranacionalidade através da **neutralização** (pela maioria do Parlamento) do direito de voto de cada país representado pelo seu Governo no Conselho.

Resta a invocação de um **interesse vital**. Terão os pequenos países **força** para o fazerem, sobretudo se os respectivos Governos têm uma política de abdicação dos interesses nacionais e quando a própria lógica da integração europeia (incluindo o jogo das «ajudas financeiras») conduz ao enfraquecimento das eventuais resistências?

Estamos convencidos que não.

## E a política externa

Mas a supranacionalidade do «Acto Único» revela-se ainda na **«Coordenação das políticas externas»** dos Estados Membros, designadamente no que diz respeito às relações de cada um deles com terceiros países e com outras organizações internacionais; bem assim como no lançamento das bases de uma política europeia de defesa como um pilar da NATO no que concerne aos aspectos políticos e económicos da segurança e as respectivas condições tecnológicas e industriais (produção de armamento), neutralizando e subordinando os meios de defesa e da soberania nacional dos pequenos países.

No plano político, o «Acto Único» reforça claramente e sem sofismas, a dependência externa de Portugal face a um poder supranacional, atingindo assim a independência nacional.

Enfraquece a soberania nacional, os poderes da Assembleia da República e a capacidade de intervenção do Governo no Conselho.

No plano económico, a realização do mercado interno significa a abolição de todos as restrições à circulação de capitais, serviços e mercadorias dentro da Comunidade.

Ou seja: o ultraliberalismo económico com o «peixe grande a comer o pequeno», a exploração da mão-de-obra barata, a submissão à divisão internacional do trabalho ditado pelas grandes transnacionais de base europeia ou não e a rapina dos recursos internos.

É a consagração das Teses da Europa a duas velocidades ou de geometria variável.

Depois da liberalização do Mercado interno — a meta mais concreta do «Acto Único», **não é sequer acompanhada de uma política social comunitária de combate ao desemprego** (mais de 14 milhões) nem de uma política (ditada de coesão económica e social) de desenvolvimento das regiões mais atrasadas, desde logo, por insuficiência financeira das «Fundos Estruturais». Agrava-se assim, tal como tem sucedido até agora, o fosso entre as regiões ricas e as pobres (entre as quais **todo** o Território Português).

Significativamente, não se consagra a livre circulação de pessoas. Os períodos transitórios impedem o acesso dos gregos, portugueses e espanhóis à Comunidade que, aliás, continua a adoptar medidas restritivas.

## O que significa para Portugal

Para Portugal, no plano jurídico, embora se mantenha o regime de transição do Tratado de Adesão (segundo o artigo 28.º do Tratado, este não se aplica às disposições dos Tratados de Adesão de Portugal à CEE) o «Acto Único» significa:

(a) uma radical alteração das características da Comunidade que se poderia esperar no fim do período de transição: será muito mais elevado, nessa data, o grau de integração atingido e, particamente, terão desaparecido todas as protecções à produção nacional; (b) a abdicação, desde já, dos mecanismos baseados no veto para defesa dos nossos interesses como pequeno país — a isso conduz o reforço da supranacionalidade. Passará, aliás, a ser muito mais difícil invocar com êxito um «interesse vital».

Com total irresponsabilidade, ao dar o seu acordo de mão beijada ao Acto Único, abdicando do direito de veto para muitas matérias, o Governo português agravou as consequências negativas que, no plano da soberania nacional, dos interesses dos trabalhadores e da economia portuguesa, já resultavam da adesão de Portugal à CEE, inclusive nos termos da sua negociação.

A declaração do Governo português pedindo apenas disposições transitórias em matéria de liberdade de estabelecimento para nacionais de países terceiros (artigo 59.º do Tratado) e transportes marítimos e aéreos não salvaguarda os interesses nacionais.

Ao abdicar da regra da unanimidade e ao aceitar taxativamente o «Acto Único» o Governo português e o Primeiro-Ministro não podem agora com seriedade vir dizer que renegociarão lá dentro, as cláusulas mais gravosas. Perderam poder negocial. Nem podem com fundamento pedir a dilatação dos prazos da integração com base nestas reformas institucionais pois «aceitaram-nas sem reservas». E ao mesmo tempo que aceitam a mutilação da soberania nacional, o capital estrangeiro vai-se apoderando dos recursos nacionais.

A Espanha já avança, no nosso mercado, as grandes transnacionais vão pouco a pouco instalando os hipermercados apoderando-se paulatinamente das chaves da nosa despensa e o capital financeiro progride nos sectores mais rentáveis da economia portuguesa...

Nós continuamos a pensar que não é pondo em causa as mínimas salvaguardas dos interesses dos pequenos países de economias débeis, que não é subordinando os interesses do país aos do grande capital, que não é mutilando a soberania nacional que se promove o desenvolvimento, económico e social, que se efectiva o progresso e a modernização da economia portuguesa, que se defende a independência nacional.

O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista

à venda

edições Avante!

Terra

# Reforma Agrária votará contra Freitas

«Dos resultados das eleições presidenciais dependerá muito o futuro imediato da Reforma Agrária bem como da própria democracia e do 25 de Abril». Esta, a opinião das centenas de dirigentes de UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora que na passada semana se reuniram naquela cidade para preparar o **Encontro de Culturas da Primavera**, a realizar no próximo dia 22 do corrente, muito provavelmente em Beja.

Conscientes da importância do próximo acto eleitoral e das suas repercussões nos distritos do Sul, os trabalhadores agrícolas entendem ser absolutamente necessário que o povo do Alentejo e do Ribatejo não se abstenha no próximo domingo e vote por forma a «derrotar Freitas do Amaral», pese embora o facto de tal apelo ao voto em Mário Soares não significar «quaisquer ilusões na personalidade e na política do ex-Primeiro-Ministro».

Recordam os presentes que a Reforma Agrária não pode esquecer que Mário Soares é o principal e activo responsável pelos ataques e dificuldades levantados a esta conquista de Abril» mas que, na hora presente, do que se trata é de conjurar os perigos que vêm da «candidatura fascizante de Freitas do Amaral, dos seus apoios e da dinâmica revanchista que lhe está associada».

Definindo algumas das linhas de orientação para a próxima campanha, os participantes no Encontro defenderam o aproveitamento de todas as terras e a necessidade de planear as culturas de acordo com a capacidade das terras e de estimular o incremento de culturas consideradas importantes para a Reforma Agrária e para a economia nacional.

A reposição da legalidade democrática com a execução dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que anulam reservas, bem como a suspensão de todos os processos em curso foram outras reclamações que mereceram a aprovação unânime dos presentes.

Internacional

## Nas vésperas do XXVII Congresso do PCUS (I)

# Duplicar o rendimento nacional e a produção industrial até ao ano 2000

De Moscovo
especial para o «Avante!»
■ Romeu do Rosário
Manuela Batalha

*Duplicar a produção industrial em 15 anos, proposta do PCUS aos trabalhadores da pátria do socialismo*

Hoje, todo o dia-a-dia do povo soviético é marcado pela realização do XXVII Congresso do PCUS. E isso acontece naturalmente pela unidade real entre o Partido e o povo, pela situação histórica concreta que se vive, pela envergadura dos problemas que se colocam hoje à Humanidade.

A importância deste Congresso é revelada pelas próprias questões inscritas na sua agenda, aprovada no Plenário de Abril, do Comité Central do PCUS de que destacamos: «Debate da Nova Redacção do Programa do PCUS», «Debate das alterações dos Estatutos do PCUS», «Apresentação das orientações fundamentais do desenvolvimento económico e social da URSS para 1986--1990 e até 2000».

Foi sob as palavras de ordem de trabalho criador, unidade da palavra com as acções, iniciativa, responsabilidade e exigência em relação a si próprio e aos companheiros que se iniciou a discussão daqueles três documentos, não somente entre os militantes comunistas, mas entre todo o povo.

Qualquer cidadão pode, quer em reuniões, quer por escrito (e, até ao momento que escrevemos já foram recebidas mais de 5000 cartas) dar sugestões, propor emendas e alterações aos documentos em discussão.

Após esta intensa e larga discussão, estes documentos serão levados para aprovação ao XXVII Congresso que se iniciará no próximo dia 25 de Fevereiro.

A União Soviética, ao passar em poucos anos de nação atrasada para uma das nações mais poderosas do mundo no plano social, económico e também militar, surpreendeu os menos atentos. O «milagre» deve-se ao homem e à política posta ao serviço de todo o povo.

Neste grande país (o maior do nosso planeta) não existe o desemprego, não há fome nem miséria.

Num esforço titânico este povo tem construído palmo a palmo a Nação dos Sovietes, para além de assegurar desde sempre uma importante ajuda internacionalista.

Desde o XXVI Congresso e no decorrer deste período (1981--1985) deu-se um novo e grande passo na elevação do bem-estar de todo o povo e no desenvolvimento de todos os ramos da economia.

Alguns exemplos:

● o rendimento nacional subiu 17% em comparação com o ano de 1980;

● foram canalizados mais de 840 milhões de rublos na construção de habitações, obras para fins sociais e culturais;

● mais de 1000 novas empresas foram postas em funcionamento;

● o principal ramo da economia — a indústria teve uma taxa de crescimento da sua produção de 20%;

● foram construídos gasodutos e ramais com uma extensão de 48 mil km;

● o volume médio anual da produção global da agricultura cresceu 6% e atingiu 131 milhões de rublos;

● a produção da carne subiu, em comparação com o décimo quinquénio, 10% e a de ovos 18%;

● aumentou a colheita de legumes e frutas;

● o tráfego de mercadorias cresceu 15%. Foi inaugurado o trânsito de serviço no caminho--de-ferro Baikal-Amur, de grande importância para o desenvolvimento da Sibéria e Extremo Oriente;

● Elevou-se o nível material e cultural do povo. Os rendimentos por habitante cresceram 11%;

● o salário médio mensal dos operários e empregados aumentou 13% e atingiu, em 1985, 190 rublos;

● a remuneração do trabalho no campo subiu 29%, passando a constituir mais de 150 rublos/mês;

● as subvenções e regalias custeadas com os fundos sociais de consumo aumentaram 25%, atingindo em 1985, cerca de 530 milhões de rublos;

● foram melhoradas as condições materiais e habitacionais dos veteranos da Grande Guerra Pátria e das famílias dos combatentes que tombaram;

● o volume de comércio a retalho cresceu 16%;

● mais de 50 milhões de pessoas viram melhoradas as condições de habitação;

● desenvolveu-se o sistema de educação, iniciou-se a realização da reforma do ensino secundário geral e profissional;

● aumentou o volume do comércio externo e ampliaram-se as relações económicas, abrangendo hoje 145 países.

Estes alguns exemplos dos resultados do último quinquénio. E diga-se que para qualquer povo constituem motivo de orgulho, os passos significativamente dados.

Mas, a preocupação de melhor servir, de aumentar o bem--estar e de pôr ao serviço do povo todo o grande potencial técnico e científico do país, levou naturalmente a que surgissem as **«principais direcções e tarefas do desenvolvimento económico e social da URSS para o período até ao ano 2000»**

### Até ao ano 2000

A entrada do País dos Sovietes neste período de quinze anos, **«é uma importante etapa histórica na vida do aperfeiçoamento do socialismo, da construção do comunismo»**.

Partindo dum objectivo supremo, **«a continuação da elevação constante do nível de vida material e cultural do Povo»**, este programa prevê (e já se trabalha nessa direcção), por um lado, assegurar a elevação constante do bem-estar de todas as camadas e grupos sociais da população e, por outro, criar melhores condições para o desenvolvimento harmonioso da personalidade e consolidar o modo de vida socialista.

Até ao ano 2000 está programado:

● realizar um vasto programa social. Aumentar 1,6 a 1,8 vezes os rendimentos reais por habitante;

● aumentar 2 vezes os rendimento nacional e o volume de produção industrial;

● a produtividade do trabalho crescerá de 2,5 vezes;

● elevar o prestígio social do trabalho consciente e de alta qualidade;

● elevação da remuneração à medida que cresça a produtividade;

● diminuição do trabalho braçal;

● aumentar cerca de 1,8 vezes o volume do comércio a retalho nas lojas do Estado e cooperativas;

● criar uma indústria de serviços altamente desenvolvida e, com base nisto, reduzir os gastos de trabalho com os afazeres domésticos;

● aumentar cerca de 2 vezes o volume dos fundos sociais;

● ampliar e aperfeiçoar a assistência do Estado às famílias com filhos e às famílias recém--constituídas;

● aperfeiçoar o sistema de pensões;

● elevação constante da qualidade da assistência médica;

● elevar os níveis educacionais e cultural da população.

Estas são em síntese algumas das medidas já em desenvolvimento. A estas medidas estão sendo acompanhadas dum importante trabalho de sensibilização a par de aspectos de reestruturação e da aceleração do desenvolvimento técnico-científico e de medidas de direcção ao nível económico.

### De 1986 a 1990

As principais tarefas do décimo segundo quinquénio apontadas pelo Comité Central do PCUS ao debate no XXVII Congresso são as seguintes:

● elevação dos ritmos e da eficácia do desenvolvimento da economia com base na aceleração do progresso técnico-científico;

● reequipamento técnico e reconstrução das unidades de produção;

● emprego intensivo do potencial produtivo criado;

● aperfeiçoamento do sistema de gestão dos mecanismos económicos;

● com base no anterior, conseguir a elevação progressiva do bem-estar do povo soviético.

Quem conhece este povo ou já visitou este país pode avaliar o nível de vida e o poder de compra da população.

Apesar disso, o Partido e o Governo, visam aumentar ainda mais este nível de vida no plano social e espiritual. E não surpreende que o povo participe activamente, com entusiasmo e criatividade na materialização destas orientações!

Poder-se-á perguntar: a estas medidas de intensificação técnico-científico, mecanização, automatização não poderão reduzir postos de trabalho? Não poderá surgir desemprego?

Como já foi dito e é do conhecimento de todos, o desemprego, a fome, e a miséria não existem.

Está previsto que, até ao ano 2000, entre 16 a 18 milhões de trabalhadores ocupados na produção material sejam dispensados. A planificação permite que sejam tomadas medidas de antemão e a tempo para evitar consequências indesejáveis. Hoje, no ano de 1986, sabe-se com certa precisão que trabalhadores e de que ramos serão libertados e onde serão recolocados.

«Estamos seguros — diz Lidia Tchijova, chefe da secção dos problemas do trabalho e do emprego do Instituto Económic de Investigação — de que nem sequer um único trabalhador ficará no desemprego!

No momento actual existem só em Moscovo 12500 postos livres de trabalho para engenheiros e técnicos e mais de 100 mil vagas para operários! Não se estranhe estes números. Por outro lado, existem mecanismos de reciclagem que entre outros podem ser ligados ao sistema do ensino. A URSS dispõe de uma rede de escolas nocturnas que abrange cerca de 5 milhões de cidadãos. Essas pessoas passarão gradualmente a estudar nas suas horas de trabalho. É um processo vantajoso para os trabalhadores e para a economia: para os trabalhadores, porque aumentam a sua classificação; para a economia porque a produção moderna necessita de quadros com elevado nível técnico e cultural.

As mães, que já hoje têm numerosos previlégios, vê-los-ão aumentados, podendo por exemplo, cuidar dos filhos nos dois primeiros anos, recebendo integralmente o seu salário.

Um outro aspecto desta questão é que o próprio progresso técnico científico, ainda que elimine postos de trabalho ligados a tarefas pesadas, monótonas, cria outros novos, mais atractivos.

Não significa também que na reciclagem e na recolocação sejam utilizados métodos coercivos. Trata-se de um mecanismo económico que, com a ajuda de estímulos materiais e sociais atrairá os trabalhadores.

Eles sabem, que o Partido, o Estado lhes assegura os postos de trabalho. No que todos estão empenhados é na procura da melhor forma de cumprir as orientações traçadas e discutidas por eles próprios.

E depois, é bom não esquecê--lo, estão numa sociedade socialista onde esse fenómeno do desemprego não existe.

**(continua)**

Internacional

# «Flexibilização» —palavra de ordem do patronato

## • O exemplo de França

«É preciso fazer a França avançar», afirma o primeiro-ministro francês ao jornal «Le Monde», em vésperas da convocação extraordinária do Parlamento, para discutir a lei da «flexibilização» do trabalho.

Ao que parece as afirmações propagandísticas são muito semelhantes pelo mundo do capital!

E Laurent Fabius explicitava, ainda na referida entrevista: isto quer dizer, nomeadamente, «assumir a aventura da competição internacional, não imaginar que podemos viver ao abrigo das fronteiras. É recusar parar a cada uma das dificuldades que a Europa encontra e bater-se por superá-las. Por isso, **o nosso compromisso ao lado das nossas empresas** na batalha económica mundial e a nossa concordância quanto a um reforço da Europa política, económica, social e tecnológica».

O discurso é claro e pouco original. Bem o conhecemos também aqui no nosso país. Lá como cá, trata-se de defender os interesses do capital. Em nome do progresso. De facto contra os trabalhadores.

A provar a consciência dessa realidade, a envergadura das lutas que se têm vindo a realizar em França contra uma legislação laboral que põe em causa as conquistas dos trabalhadores em domínios fundamentais como o do tempo de trabalho e de descanso e os salários. E é significativo que, mesmo ainda sem a aprovação da lei, o patronato a tente impor, e nesse campo tenha até já sofrido derrotas.

Factos importantes para todos nós, para os trabalhadores dos países capitalistas da Europa em particular, porque se inserem numa realidade que, na sua multiplicidade, nos é comum.

dos dos estaleiros normandos ARNO, obtiveram uma importante vitória contra os projectos de antecipação da própria lei de «flexibilização». O projecto do patronato tornaria obrigatórias as horas extraordinárias sem a remuneração correspondente; o trabalho ao sábado e ao domingo sem qualquer compensação; a deslocação para outras fábricas da empresa; a correspondência a qualquer chamada para realizar um trabalho em qualquer altura, e pelo período de tempo que conviesse ao patronato. Tudo isto acompanhado — pela nova forma de pagamentos que também se pretendia impor — de uma substancial baixa de salários.

A greve impôs o recuo de tais pretensões, consagrou exigências dos trabalhadores. E, o que é particularmente importante, consagrou, por acordo assinado, que durante todo o ano de 86 a situação dos trabalhadores dos estaleiros de ARNO não será alterada, mesmo no caso de aprovação do projecto governamental sobre «flexibilização».

### A vitória dos estaleiros Arno

Culminando toda uma série de manifestações, abaixo-assinados, diferentes formas de luta, realizou-se dia 30 de Janeiro uma grande jornada de luta, organizada pela CGT, contra o projecto governamental de «flexibilização» do trabalho e que incluiu uma massiva manifestação em Paris. Vinte e quatro horas depois da realização desta manifestação, e depois de 30 dias de greve com ocupação, os setecentos trabalhadores assalariados do esclarecimento e a capacidade de luta dos operários dos estaleiros ARNO. Para referir um caso: uma empresa de calçado Kindy, onde foi aplicada uma fórmula «limitada» de «flexibilização», as contas feitas indicam que em 1582 horas de trabalho, os assalariados passaram a receber menos 3600 francos.

Estes os factos. Apresentados frequentemente como uma fatalidade, inerente ao próprio progresso.

Assim o jornal «Le Monde Diplomatique», em Julho de 85, dizia nas suas páginas: «é o próprio crescimento que cria, infatigável, os 'novos pobres', pela transformação que produz, pela mobilidade que exige (...) as 'vítimas do progresso' que não têm as bases necessárias — em termos de rendimentos, conhecimentos ou de qualificação, frequentemente as três coisas em simultâneo — caem numa situação precária».

Os trabalhadores, os sindicatos, os comunistas, têm uma opinião diferente.

### O que é a «flexibilização»?

O projecto do governo francês reflecte no fundo a ofensiva geral do patronato contra as conquistas dos trabalhadores e a tendência do próprio sistema para utilizar o progresso técnico-científico para uma intensificação da exploração da mão-de-obra.

As disposições do projecto de lei permitem ao patronato ultrapassar largamente, em certas semanas, a duração legal do tempo de trabalho, sem pagamento de horas extraordinárias, e inversamente, manter noutros períodos os trabalhadores numa situação de desemprego de facto, sem ter que pagar um subsídio adequado (no projecto chama-se a esta prática «repouso compensador»!). Toda esta desarticulação da semana de trabalho — com salário na prática inferior ao actual — pode concretizar-se também em trabalho aos fins-de-semana ou nocturno, na total dependência dos interesses do patronato.

Não faltam exemplos. E já hoje. Pois nem sempre os trabalhadores tiveram as possibilida-

***Uma das grandes manifestações** realizadas em Paris contra a «flexibilização». Uma batalha que culminou dia 30 numa grande jornada de luta*

### A luta, factor decisivo

Não é naturalmente por acaso que se pretende divulgar a ideia da inevitabilidade das medidas preconizadas pelo patronato, como consequência «neutra» do próprio progresso. Uma fatalidade à qual nada seria possível opor. Chega-se mesmo a apresentar o capital e os seus governos como o elemento «progressista» na sociedade, e os trabalhadores e suas estruturas socio-económicas e políticas, factores de retrocesso, obstáculos à livre evolução da revolução técnico-científica (escamoteando paralelamente, como não podia deixar de o ser, o que se passa em socialismo).

O que se pretende é esvaziar de conteúdo a luta dos trabalhadores, justificar a ofensiva patronal contra os direitos conquistados, obter maiores lucros redobrando a exploração, utilizar politicamente a realidade socioeconómica actual para atingir mesmo liberdades fundamentais, como os direitos sindicais.

A esta teorização da direita, respondem os trabalhadores, os comunistas, com a sua perspectiva própria.

«Não só as novas técnicas permitem trabalhar de outra forma, e alterar o tempo de trabalho em benefício dos assalariados, mas isso é uma necessidade, se se pretende a modernização», afirmava-se recentemente nas páginas de "L'Humanité", órgão central do PCF, salientando que «os comunistas propõem alterar a organização do trabalho a fim de, progressivamente, consagrar 10% do tempo de trabalho à formação, na base da experiência profissional». Uma das muitas perspectivas que se podem abrir com a revolução tecnico-científica. Sem ilusões, naturalmente, quanto aos limites reais do próprio sistema capitalisa. O que não significa baixar os braços. Pelo contrário.

«Todas as conquistas socias, os progressos, os passos em frente foram realizados pela força da luta. Só com o prosseguimento da acção os trabalhadores poderão consolidá-los e dar-lhes maior amplitude», dizia-se no apelo da CGT francesa em vésperas da grande jornada de luta de 30 de Janeiro. A vitória dos estaleiros da ARNO, um entre outros exemplos possíveis, é a confirmação actual dessa realidade. Importante no âmbito da luta dos trabalhadores franceses. Importante para a luta dos trabalhadores do mundo capitalista.

### Capitalismo, ritmo de desenvolvimento em retrocesso

Em 1985, a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) na Europa capitalista e Estados Unidos foi de cerca de 3%, já sintoma da quebra no ascenso cíclico anteriormente registado. Para 1986 prevê-se que não ultrapasse os 2,5%. Simultaneamente o exército de desempregados, que actualmente atinge os 30 milhões de pessoas, deverá saltar para 31,5 milhões.

A instabilidade da economia capitalista mundial tende a aumentar.

Por um lado, o crescente endividamento dos Estados Unidos (o maior devedor do mundo), facto directamente relacionado com a corrida aos armamentos, traduz-se na insegurança do próprio dólar, que após um período de acentuada valorização, perdeu nos últimos meses a sua cotação face a outras importantes moedas de países capitalistas, com reflexos, que se podem tornar incontroláveis, no comércio internacional.

Por outro lado, a monstruosa dívida dos países subdesenvolvidos, vítimas de uma ordem económica internacional e uma divisão capitalista neocolonialista, que não só atinge brutalmente os seus povos, como virá a ter inevitáveis reflexos na própria situação económica dos países capitalistas desenvolvidos e no comércio internacional.

### Números do desemprego e trabalho parcial

Na generalidade dos países capitalistas, os números indicam o prosseguimento do agravar da taxa de desemprego. Mesmo cingindo-nos aos números oficiais, em Dezembro do ano findo, foram registados nos Estados Unidos 8,2 milhões de desempregados, 6,9 por cento da população. Mais de 5 milhões de trabalhadores estão sujeitos ao trabalho parcial. Entre os afro-americanos, a taxa de desemprego é de 14,9%, ou seja, duas vezes e meia mais alta que a do conjunto da população. Na RFA, o número de desempregados atingiu o mais alto nível da história do país: 2,35 milhões. O número de trabalhadores com trabalho parcial é de 200 000. A taxa de desemprego oficial é de 9,4 por cento. Em Berlim Ocidental, a taxa de desemprego é de 10,2%.

### Importantes lutas em Itália

Só na 3.ª semana de Dezembro, registaram-se em Itália três grandes manifestações: 100 mil manifestantes em Milão, por convocatória do PCI, exigiram trabalho; em Roma, manifestação nacional de reformados e idosos juntou 30 mil pessoas, contra a nova lei orçamental que prevê o agravamento dos impostos e cortes de subsídios; também em Roma, 15 a 20 mil pessoas contra o «apartheid».

Entretanto, ainda insatisfeito com os actuais níveis de exploração da mão-de-obra, o patrão da Fiat avança com mais exigências de cortes na assistência social, mãos livres à iniciativa privada (mas com o Estado a apoiar as empresas, nomeadamente arcando com custos da investigação). A resposta do primeiro-ministro socialista, Craxi, é deveras significativa. Craxi diz que os industriais «deviam estar reconhecidos» ao seu governo, lembrando nomeadamente que a «renovação e o saneamento do nosso aparato industrial foi possível graças a uma importante transferência de recursos do sector público para as empresas»!

## Uma pequena história

Uma pequena história. Um exemplo da «flexibilização» em França. Muitos outros, de facto já, e mesmo à falta de lei, se contam hoje entre nós:

«Eu trabalho em Pillivuit desde Setembro de 1977. Trabalho em equipas de sábados, domingos e dias feriados... estive dois anos sem contrato de trabalho (oito contratos de 3 meses) até ficar empregado definitivamente.

«Cada vez que um contrato terminava, recebia uma carta de despedimento com uma semana de férias. Quando a minha semana de férias terminava, era-me proposto fazer um outro pedido de emprego, e reiniciava-se um outro contrato de três meses. Há cerca de dois anos, reformou-se uma quinzena de pessoas. Estas pessoas trabalhavam a tempo completo (40 horas por semana). Como consequência dos contratos de solidariedade foram admitidos 15 jovens. Fazem-lhes um contrato de três meses, mantêm-se três meses no desemprego, retomam o trabalho por mais três meses, e assim por diante».

Internacional

# O discurso de Reagan retrógrado e perigoso

**Na mensagem anual «sobre o Estado da União» o presidente Reagan defendeu os mais irrealistas — e perigosos — princípios políticos. A tónica é o prosseguimento da corrida aos armamentos, com destaque particular para os projectos ligados à «guerra das estrelas», em simultâneo com o agravamento da política intervencionista, através de um apoio reforçado aos bandos terroristas que actuam no Afeganistão, Angola, Kampúcheia e Nicarágua.**

Palavras acompanhadas dos actos práticos correspondentes: no projecto de orçamento apresentado ao Congresso, propõe-se um aumento nas despesas militares da ordem dos 6,2 por cento; um aumento das verbas destinadas ao Pentágono, de 12%; e um salto de 75% no orçamento destinado ao projecto da «Guerra das Estrelas».

Um quadro que choca com a realidade do mundo actual. E o dramático desastre do Challenger é um exemplo bem presente dos perigos ligados a um tal grau de desenvolvimento, o portanto automatização, das armas, que deixará à mercê de mecanismos — obviamente falíveis — o próprio destino da humanidade.

Mais ainda, que se choca com os assinaláveis passos dados no sentido de abrir portas ao desanuviamento. O presidente norte-americano fala como se o encontro com o secretário-geral do PCUS fosse mero incidente desprovido de conteúdo, como se pura e simplesmente não existissem importantes propostas por parte da URSS, e em particular o plano Gorbatchov de liquidação, em 15 anos, de todos os arsenais nucleares no mundo.

Talvez hoje, mais do que nunca, salte à vista que a política externa do imperialismo nada tem a ver com a «defesa». «Eu admito que o presidente Reagan acredite na função "salutar" da "guerra das estrelas". Mas se ele pretende acabar com a guerra nuclear, porque razão os Estados Unidos não aceitam em princípio as últimas propostas da URSS» — pergunta-se o secretário-geral do PCUS, camarada Gorbatchov, em entrevista ao «L'Humanité», órgão central do PCF. «Estas propostas são um caminho mais curto, mais directo, menos oneroso e, sobretudo, menos perigoso para eliminar a ameaça nuclear: a liquidação total das armas nucleares». Uma pergunta irrespondível.

Então porquê esta política?

## Uma chuva de dólares

No Outono de 81, e em comentário às palavras do ministro da Defesa Caspar Weinberger, que falava da «necessidade» de um «sistema de defesa antimíssil», a revista económica norte-americana, «Fortune», dizia: «Este futuro programa do governo vai fazer chover centenas de milhões de dólares nas caixas dos produtores de armamento McDonnell Douglas, Martin Marietta, Boeing, Hughes Aircraft, e ainda outros que já avançaram com importantes estudos nesse domínio».

Na coluna reservada aos conselhos respeitantes à Bolsa do «International Herald Tribune», dizia-se em Julho de 83: «Apesar de alguns receios ocasionais em relação à paz, nenhum negóco avança tão bem que o do armamento. A "guerra das estrelas" promete encomendas de cerca de meio bilião de dólares».

Não por acaso, em vésperas da cimeira de Genebra, surgiram na imprensa afirmações de preocupação, por parte do grande capital, quanto à possibilidade de um avanço concreto no domínio do armamento.

Os números confirmam, de uma forma muito concreta, estas afirmações da imprensa burguesa.

Actualmente, e tendo em conta as diversas fases da crise capitalista nestes últimos anos, a indústria de armamentos é a única que revela estabilidade e contínuo crescimento. No que respeita ao armamento espacial é já hoje o ramo da indústria com mais elevadas taxas de crescimento: 30%. Em comparação com os níveis dos anos 70, as acções dos grandes produtores de armas espaciais foram multiplicadas por 38!

Se tivermos presente que mais de metade dos grandes monopólios de armamento têm a sua sede ou uma filial na Califórnia, de onde já hoje provém mais de 40% do armamento nuclear norte-americano — mais clara se torna a íntima ligação entre a «chuva de dólares» e a política de Washington. Não é certamente por acaso que o grupo da Califórnia está por detrás de Reagan.

Estes são factos normalmente ignorados. Porque através deles se atinge o âmago da questão: porquê a corrida aos armamentos, de quem é a responsabilidade. E a resposta surge clara, desmascarando o verdadeiro conteúdo da teoria da «responsabilidade igual».

## No limite do absurdo

A concretização dos projectos da «guerra das estrelas» poderão devorar aproximadamente os mesmos meios materiais que os que foram delapidados na segunda guerra mundial.

Mesmo cingindo-nos ao plano estritamente económico, estamos a entrar assim no domínio do absurdo: o mais rico e endividado país do mundo persiste num projecto armamentista que significa: a pauperização de sectores crescentes da sua própria população; o roubo de cérebros e desvio de verbas imensas dos seus parceiros do mundo capitalista desenvolvido; o terrível agravamento, até ao insuportável, das condições de vida da maioria esmagadora da população do mundo, que vive nos países subdesenvolvidos. Tudo isto em nome da «chuva de dólares».

Mas como sabemos, o desenvolvimento da corrida aos armamentos pode vir a ter consequências bem mais graves. Na já referida entrevista a «L'Humanité», do secretário-geral do PCUS, o camarada Gorbatchov afirma: «Washington procura deliberadamente fazer fracassar as negociações e eliminar definitivamente os acordos existentes sobre desarmamento» ao pôr em prática o programa da «guerra das estrelas». Ou seja, a Casa Branca prossegue num caminho que ameaça a sobrevivência de toda a humanidade.

Isso mesmo é afirmado nos Estados Unidos, no multiforme movimento norte-americano pela paz, e que engloba destacados cientistas, do prémio Nobel Hans Bethe ao astrónomo Carl Sagan, que ficou conhecido entre nós através de um programa de televisão de divulgação científica.

«É preciso apreendermos a realidade essencial da era atómica, ou seja: não podemos encontrar a nossa segurança, cortando, astuciosamente, o frágil e seco ramo em que estão sentados os soviéticos. Porque nós próprios estamos suspensos do mesmo ramo» — uma conclusão de um relatório elaborado por uma das organizações norte-americanas de cientistas pela paz, que avança ainda com a única perspectiva possível e de acordo com a realidde da nossa era — «reduções radicais, iguais e controláveis, ao nível dos potenciais ofensivos estratégicos, e a imediata abertura de negociações tendo em vista a proibição de todas as armas espaciais».

São cientistas norte-americanos que o dizem. Uma proposta totalmente coincidente com o conteúdo de todas as propostas soviéticas de paz, nomeadamente a proposta Gorbatchov de liquidação das armas nucleares até ao fim do século. Uma coincidência que tem razões fundas: é a única alternativa possível.

A «chuva de dólares» não pode justificar o holocausto nuclear. A lógica dos monopólios, em particular do sector de produção de armamentos, é completamente avessa à da era atómica. Impor o espírito de Genebra, com todas as suas consequências, é um imperativo do momento actual.

### *Israel sequestra avião líbio*

A prática de desvio de aviões vai-se tornando coisa corrente, já não apenas ao nível de grupos — que bem sabemos muitas vezes não passarem de uma forma indirecta de actuação política por parte do imperialismo — mas ao nível de Estados. Ainda recentemente os EUA levaram a cabo uma operação desse género. Foi agora a vez de Israel. Invocando como argumento a «suspeita» de que a bordo de um avião líbio se encontravam «pessoas implicadas em actos terroristas anti-israelitas», Tel-Aviv envia dois caças da Força Aérea para sequestrar um avião civil líbio, que seguia de Tripoli para Damasco. Desta vez não houve tiros, nem mortos, nem presos. O que em nada altera o carácter terrorista do acto de pirataria aérea. Aliás assumido pelo governo de Tel-Aviv, que pela voz de Isaac Shamir afirmaria que Israel «tem o direito de se defender contra o terrorismo, por todos os meios, mesmo os mais extraordinários».

Significativamente, o desvio do avião líbio ocorreu logo após Washington vetar no Conselho de Segurança da ONU uma resolução condenado «a política agressiva» de Israel em relação ao Líbano e aos territórios árabes ocupados.

### *Tunísia, repressão contra os sindicatos*

O governo tunisino tem vindo a desencadear uma violenta ofensiva contra os sindicatos, concretamente contra a União geral dos trabalhadores tunisinos (UGTT). A polícia ataca os locais sob controle da direcção legítima da central e entrega-os aos «Comités provisórios», «sindicatos fantoches» criados pelo poder, para assim travar a luta dos trabalhadores.

No âmbito desta ofensiva governamental contra os sindicatos, a impressora da central sindical foi ocupada por um grupo dos «sindicatos» fantoche, o que acarretou grandes dificuldades na publicação do jornal dos comunistas tunisinos. Mais ainda, os ocupantes recusam a continuidade da impressão do «Attarik Al Jadid», o que é denunciado pelo Partido Comunista Tunisino como um flagrante atentado à liberdade de imprensa.

### *Conferência para o desarmamento*

Teve início este mês, no palácio das Nações, em Genebra, uma sessão ordinária da Conferência para o desarmamento, para debater o desarmamento nuclear, a cessação dos ensaios com armas nucleares e a proibição das armas químicas.

O chefe da delegação soviética apresentou a proposta Gorbatchov, divulgada como documento oficial da conferência, e que será um contributo para os trabalhos em curso, em todos os pontos da agenda.

### *Militantes comunistas presos no Líbano*

Mais doze militantes comunistas foram presos em três aldeias do sul do Líbano por milicianos do movimento shiita Amal.

No total o Amal já aprisionou, nos últimos dias, cerca de 60 militantes comunistas e progressistas, tratando-se embora, em muitos casos, de gente de origem shiita, o que bem demonstra que o que está em causa não são problemas entre comunidades. O Partido Comunista Libanês e o Partido Socialista Progressista pertencem à Frente Patriótica de Unidade Nacional, organização Unitária que luta pela unidade, independência e democracia no Líbano.

### *Pauperização na Grã-Bretanha*

Os baixos salários são a causa mais importante da pobreza na Grã-Bretanha. Mais de um terço dos adultos pobres vive em famílias em que o principal «ganha-pão» dispõe de um posto de trabalho a tempo inteiro. Cerca de 9 milhões de trabalhadores, ou seja, mais de 40% da população activa adulta, ganham actualmente um «salário de pobreza». São números de um relatório de uma organização social independente que se dedica ao estudo do fenómeno do empobrecimento (LPU). Segundo declarações do director desta organização, «pede-se ao 1/3 mais pobre da população assalariada (os jovens, as mulheres, os trabalhadores negros) para pagar o preço do fracasso da política económica governamental».

### *Contra o «apartheid»*

Setecentos representantes de organizações suecas e internacionais participarão, de 21 a 23 de Fevereiro, em Estocolmo, num «parlamento popular contra o apartheid», que conta com a presença do presidente da ANC, Oliver Tambo e do dirigente da SWAPO, Andimba Toivo Ya Toivo.

### *O drama dos «desaparecidos»*

Realizou-se em Montevideo o Congresso da Federação Latino-americana de Familiares de Desaparecidos, que directamente acusou o imperialismo e os governos ditatoriais da zona, deste crime contra a humanidade.

Em toda a América Latina contam-se 90 mil desaparecidos.

Internacional

# Terrorismo de Estado

# O crime e as consequências

**A outra componente do discurso de Reagan, no domínio da política externa dos EUA, foi a defesa do direito de ingerência do imperialismo em todo o mundo, e em particular do apoio directo, em dólares e armas, aos bandos terroristas que actuam contra os povos do Afeganistão, Angola, Kampucheia e Nicarágua, arvorados à categoria de «combatentes da liberdade». Na prática isso quer dizer a possibilidade mesmo de uma guerra na América Central, como foi denunciado, em Havana, por Daniel Ortega. Em geral, para os povos visados, significa, para além de acrescidas dificuldades na concretização da tarefa básica da superação do atraso económico, mais mortos, campos devastados, escolas e hospitais destruídos, fábricas e caminhos dinamitados. Ou seja: terrorismo.**

**Mas importa também dizer — de par da denúncia dos custos em vidas e agravamento de múltiplos problemas que a política terrorista dos Estados Unidos acarreta — que essa política está a esbarrar com uma firme resistência, e até, em certos casos, a virar-se contra os objectivos dos seus promotores.**

**Disso mesmo é claro exemplo o que se está a passar no Afeganistão. Mas também noutros pontos do mundo que o presidente norte-americano não refere por motivos óbvios — são países dominados de facto, em termos económicos, políticos, militares, pelo imperialismo — o Haiti e as Filipinas, entre outros.**

# Afeganistão, a unidade pela paz

«As declarações do Presidente Reagan estão impregnadas do desdém imperial pela sorte dos povos e cheias de falsas afirmações no que se refere à política do Afeganistão e da URSS. O presidente de um país que constantemente viola as normas de direito internacional e recorre a actos de agressão e de violência contra os países progressistas empenhados na liberdade, não pode falar de liberdade nem do respeito pelos direitos humanos. Foram os Estados Unidos que perturbaram a vida pacífica dos afegãos desencadeando uma guerra não declarada contra o nosso país imediatamente após a vitória da Revolução de Abril de 1978».

São palavras do presidente Babrak Karmal do Afeganistão, pronunciadas no primeiro dia deste ano de 86. E que lidas hoje, após o ameaçador discurso do presidente norte-americano, aparecem como resposta adequada. Tanto mais quanto os factos indicam, que uma política baseada no «desdém imperial pela sorte dos povos», está bem longe de dar os frutos ambicionados pelos seus promotores.

Isso é visível nos êxitos que estão a ser obtidos pelo povo afegão. No alargamento — consagrado ao nível do poder — da base de apoio do regime democrático. Na inversão da situação na fronteira, onde em território tribal, anteriormente utilizado pela contra-revolução, se travam importantes lutas dos povos da zona contra tal utilização, contra a política e as forças repressivas do Paquistão.

## Os êxitos

Para os próximos 4 anos — até 1990, o aumento previsto da produção industrial é de 28%, da produção agrícola, 14 a 15%. São números inseridos no plano apresentado em fins de Novembro ao conselho de ministros, plano que engloba um conjunto de medidas que visam o desenvolvimento de todos os ramos da economia afegã, o crescimento do potencial económico, a utilização racional e eficaz dos recursos naturais, a elevação da produtividade do trabalho, o melhoramento da gestão económica. Paralelamente, as despesas sociais e para o desenvolvimento da saúde pública, instrução, ciência e cultura devem aumentar de 14 a 15%.

As previsões assentam em dados reais, ou seja, no que já foi possível obter, apesar da guerra não-declarada, dos ataques terroristas, da sabotagem de objectivos económicos. Nos últimos cinco anos, a produção industrial aumentou de 28% e mais de 49% considerando apenas os sectores público e misto (vale a pena relembrar aqui a campanha, em Portugal, quanto à não-rentabilidade do sector público). A produção agrícola global aumentou de 6,7%.

De par dos avanços no plano económico, este ano está a ser pontuado de importantes acontecimentos no plano político: reunião do grande conselho dos delegados do povo afegão (a Loya Jirgah) e da Jirgah das tribos da fronteira, a eleição de representantes do povo nos órgãos locais de poder de Estado e da administração, e finalmente, já em Dezembro passado, a promoção no governo de elementos não filiados no Partido Democrático Popular, decisão do Conselho Revolucionário, antecedida de amplo diálogo no país, num grande esforço de defesa das conquistas revolucionárias através da grande unidade de todos em torno da «tarefa-chave da etapa actual da revolução: pôr fim ao derramamento de sangue e normalizar a situação em todo o território do país».

## A grande revolta das tribos

A totalidade das tribos dos distritos próximos do desfiladeiro de Kyber — a «porta» das agressões imperialistas, desencadeadas de território do Paquistão contra o Afeganistão — está em luta, de armas na mão, contra as tropas paquistanesas e os bandos contra-revolucionários. Em causa, o apoio do governo paquistanês aos bandos terroristas que utilizam o território das tribos para atacar a revolução afegã.

Anteriormente utilizadas como armas da contra-revolução, as tribos fronteiriças — também do lado paquistanês (na verdade são os mesmos povos) — viram-se hoje contra a política imperialista, denunciam perante a ONU a situação na zona e os massacres de que actualmente estão a ser vítimas. Não querem ser instrumento da CIA. Exigem o reconhecimento dos seus direitos.

O feitiço virou-se contra o feiticeiro. Uma bela lição, uma resposta significativa ao imperialismo.

# Haiti e Filipinas — os frutos do neocolonialismo

Haiti e Filipinas. Naturalmente duas realidades diferentes mas com pontos em comum muito nítidos. E não apenas pela coincidência no tempo de grandes movimentos populares contra ditaduras apoiadas por Washington.

Estamos perante dois exemplos de total dependência do imperialismo, antes do mais no plano económico, e com utilização do território no plano militar .Dependência que culmina com a ingerência política: a Casa Branca a tirar o tapete de debaixo dos pés dos seus ditadores Duvalier e Marcos, tentando antecipar-se ao movimento popular de massas.

Dois exemplos de como a política imperialista, objectivamente, pelas suas terríveis consequências para os povos, pela insustentável situação que cria no plano económico, dá lugar a levantamentos populares, apesar das monstruosas estruturas repressivas.

Ainda não se pode dizer nada de definitivo, no momento, quanto à evolução da situação política em qualquer dos países. No Haiti o regime mantém-se, sem Duvalier. A alegria popular é ensanguentada por uma monstruosa repressão ordenada já pelo actual governo. Constitui-se no exílio um governo provisório. Nas Filipinas, Marcos é claro quanto à determinação de prosseguir no cargo, ou seja pela anulação de eleições ou pela fraude eleitoral — para o caso tanto dá. De ambos os países se pode entretanto dizer com certeza: a luta continua.

E porquê?

Porque ambos os países são um modelo de neo-colonialismo.

Para as Filipinas isto significa, por exemplo, que a quebra no preço do açúcar no mercado mundial leva a que na província insular de Negros (65% da produção de açúcar, um dos sectores básicos da economia nacional) 89 crianças morram diariamente de fome. E ainda que a aprovação de leis proteccionistas por parte dos Estados Unidos e concretamente no domínio dos têxteis, se irá reflectir numa redução de 20% das receitas da exportação e no desemprego para mais 100 000 trabalhadores.

No Haiti esta realidade traduz-se também em factos muito concretos, como: um desemprego que atinge 60% da população activa; uma dívida externa que representa ⅔ do PNB; apenas 10% dos 85% da população que trabalha na agricultura tem terra. A maioria das terras está nas mãos de empresas norte-americanas; a indústria reduz-se a empresas subsidiárias das multinacionais norte-americanas, para fabrico de peças baratas por uma mão-de-obra super-explorada. Em síntese: o mais pobre país do hemisfério.

Dois exemplos de uma outra forma de ingerência dos Estados Unidos: ao nível da economia e do poder político.

Para os povos livres desta forma de domínio, o imperialismo reserva, sempre que isso lhe é possível, a arma do terrorismo.

Mas os factos indicam que é, em qualquer dos casos, uma política sem futuro.

# Delegação do POSH visita Portugal a convite do PCP

A convite do Partido Comunista Português esteve de visita a Portugal, entre 4 e 8 de Fevereiro, uma delegação do Partido Operário Socialista Húngaro dirigida por Géza Kotai, membro do Comité Central e Chefe da Secção Internacional do POSH, que integrava também Attila Gecze, da Secção Internacional.

A delegação foi recebida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e encontrou-se com Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado, Albano Nunes, membro do Comité Central, responsável da Secção Internacional e Teresa Mónica, da Secção Internacional.

Nos encontros realizados foram trocadas informações e opiniões sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos dois partidos, assim como sobre a situação internacional e a cooperação entre o PCP e o POSH.

A delegação do POSH deslocou-se ao distrito de Santarém onde se encontrou com uma delegação da Direcção da Organização Regional do PCP e visitou a Cooperativa Volta do Vale. Deslocou-se também ao Concelho do Seixal, onde teve um encontro com a Comissão Concelhia do PCP e foi recebida na Câmara Municipal.

A visita desta delegação a Portugal insere-se no quadro das fraternais relações de amizade, cooperação e solidariedade, existentes entre o PCP e o POSH.

## AVANTE!

« A Nação Portuguesa cada vez mais sente como necessidade mais imperiosa o derrubamento do fascismo e a instauração da democracia. A ideia de que só o derrubamento do governo de Salazar poderá salvar Portugal da catástrofe é compartilhada por um número cada vez maior de portugueses, por homens de todas as tendências políticas e religiosas» (...)

«Não há em Portugal uma força antifascista que, por si só, possa derrubar e destruir o fascismo. Um agrupamento antifascista que, com uma falsa ideia da própria força e da fraqueza do inimigo, entenda dispensar a unidade com as outras forças antifascistas, está irremediavelmente condenado ou a nunca preparar condições que o animem a atirar-se ao assalto do Poder, ou a lançar-se isolado à ofensiva e sofrer uma completa derrota.

«A divisão conduz as forças antifascistas à derrota. Ao contrário, se todas as forças antifascistas e patriotas, sem excepção, se unirem na firme determinação de derrubar o fascismo, poderão fazê-lo num curto espaço de tempo.» (...)

**(«Todos Unidos para Derrubar Salazar» — «Avante!», VI Série, n.º 71, 1.ª Quinzena de Fevereiro de 1945)**

Avante!

«De vez em quando assassinam-se friamente os melhores lutadores antifascistas, tais os casos de Alfredo Diniz (Alex), do Dr. Ferreira Soares, etc. Outros ainda são torturados até à morte, como o foram Vieira Tomé, dirigente sindical ferroviário, Ferreira Marquês, do C. Regional de Lisboa do PCP, Germano Vidigal, presidente do Sindicato Nacional da Construção Civil de Montemor — Alentejo — e ultimamente o general Godinho e o camponês alentejano António José Patuleia, membro do PCP. Por outro lado, no campo de concentração do Tarrafal, nos Aljubes de Lisboa e Porto, nas Penitenciárias de Lisboa e Coimbra, nas fortalezas de Peniche e Caxias, etc., centenas e centenas de democratas e patriotas estão sujeitos diariamente aos piores tratos, à fome, e, alguns deles, a uma morte certa, se antes, todos os democratas e patriotas, todos os homens e mulheres de coração de Portugal não os arrancarem pela luta das sinistras masmorras fascistas.» (...)

**(«Contra o Terror Policial Salazarista» — «Avante!», VI Série, n.º 114, 1.ª Quinzena de Fevereiro de 1948)**

Avante!

«Dias depois da assinatura do agressivo Pacto do Atlântico pela camarilha salazarista, isto é, a 2 de Abril de 1949, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, declarou que fora condição da adesão de Portugal ao Pacto não serem instaladas bases militares nos Açores, em tempo de paz, por nações estrangeiras.

«Os Estados Unidos, com a cumplicidade traidora da camarilha salazarista, apoderaram-se de toda a direcção da base. Para alargamento desta, que consta de aumento das pistas construção de grandes armazéns de gasolina, de paiois para material de guerra, etc., em que chegaram a trabalhar 1500 norte-americanos e 3000 operários portugueses, o governo salazarista, sob o miserável pretexto de exigências de 'defesa do país', não hesitou em decretar a expropriação de toda uma povoação com mais de 300 propriedades. (...)

**(«Salazar Entrega os Açores aos Americanos» — «Avante!», VI Série, n.º 175, Fevereiro de 1953)**

# Em Foco

Avante!

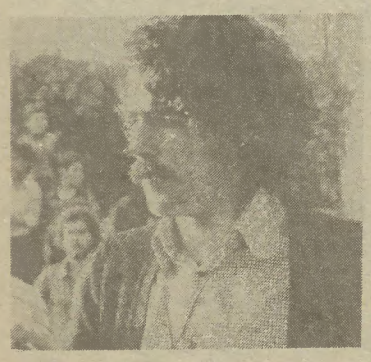
Ano 53 – Série VII
N.º 633
13 de Fevereiro de 1986
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

## Um amor de pequerrucho...

«Segundo Maria Amélia da Silva, a velha criada que o acompanhou desde a nascença até hoje (e que em casa é tratada por Mimi), Diogo tinha por entretenimento preferido da infância fingir de polícia-sinaleiro. **«Obrigava-nos a parar, como se fôssemos carros, e a circular à roda dos canteiros do jardim** — recorda a governante. **Só podíamos seguir quando ele fazia sinal. E andava sempre com o lápis e um papel, a escrever e a passar multas.»**

In «Freitas do Amaral – O Professor Virtuoso», Joaquim Vieira. Edições Jornal «Expresso». Lisboa, Janeiro de 1986

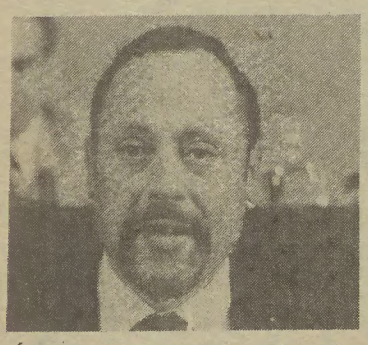
# «Porque vota



**Ribeiro Cardoso**, jornalista

Voto contra o Freitas por uma razão muito simples: porque entendo que, não só o que o próprio Freitas representa, mas sobretudo o que está por trás dele, significaria grandes perigos para a democracia portuguesa. Não podemos esquecer o que ele é nem os que o apoiam. E os perigos para a democracia são já visíveis, tanto nas declarações do candidato como nas dos seus apoiantes. No comportamento deles é já visível o desejo de "revanche" contra o 25 de Abril, o desejo de voltar ao 24 de Abril, com tudo o que isso significa de perseguições, de saneamentos, de violências. Se Freitas fosse para Belém, essa dinâmica seria muito perigosa.

Por outro lado é óbvio que as bases de apoio de Mários Soares são completamente diferentes, embora não possamos esquecer a actuação de Mário Soares nem a sua responsabilidade na política de cedências e de alianças com a direita. Mas entre as bases de apoio de um e de outro, o que fica definido é a fronteira por onde passa a defesa da democracia e da liberdade.



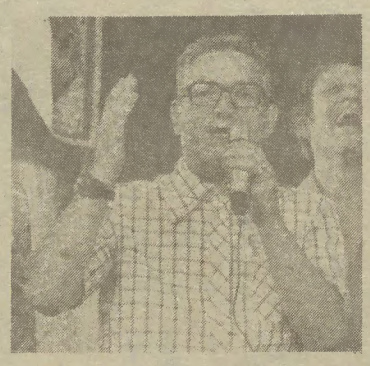
**Álvaro Rana**, co Secretariado da CGTP/IN

Porquê votar contra Freitas? Porque é neste momento o melhor instrumento para impedir o avançar das forças reaccionárias e revanchistas. É tão somente esse objectivo que está na nossa mente quando votamos contra Freitas do Amaral. Daí, necessariamente, resulta que votar contra ele é votar para a defesa da democracia.

Isto significa também que, de modo algum, se trata de esquecer, perdoar ou muito menos apoiar a actuação prática e os projectos políticos de que é responsável e sempre caracterizaram Mário Soares.

Perante a conjugação das forças reaccionárias, a dinâmica arrogante e agressiva que caracterizam o apoio a Freitas do Amaral, é evidente que todos os que lutam pela liberdade e pela democracia não podem abster-se, porque abster-se significaria deixar passar a reacção.

Daí que o voto em Mário Soares é uma forma de contrariar essa dinâmica e de procurar a salvaguarda do regime democrático. É obrigação dos que querem defender a democracia, fazê-lo antes que ela seja destruída e, no momento e nas condições actuais, este é um meio de evitar que isso aconteça.



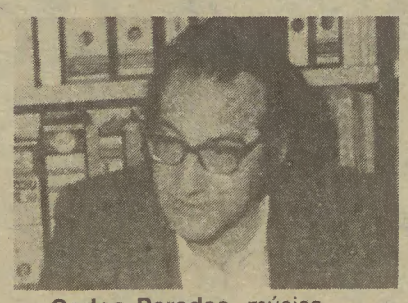
**Mário Castrim**, jornalista

Voto em Mário Soares embora ele não seja, de certeza, **fixe**; voto contra Freitas do Amaral porque ele é, de certeza, **faxo**.

**Abílio Fernandes**, Presidente da Câmara Municipal de Évora

Porque Freitas do Amaral apresenta perspectivas fascizantes, muito disfarçadas por uma campanha de divulgação pública rodeada de artimanhas e composições de técnicas publicitárias que leva os mais incautos, e toda a população desfasada da vivência política, a aceitá-lo como um democrata pelo simples facto de vivermos em democracia — que resulta de uma luta intensa de todos os verdadeiros democratas, dos trabalhadores, e do nosso Partido, o PCP.

A votação em Mário Soares, apesar de responsabilidade que ele tem nos retrocessos das conquistas de Abril, é possível que a luta dos trabalhadores e dos democratas portugueses possa desenvolver-se, e essa luta poderá conduzir à defesa dessas conquistas, pois é possível um avanço na unidade dos democratas, resultante das posições e encontros que surgiram neste último processo eleitoral, em que foi evidente a aproximação de gente que está com o 25 de Abril e com a luta democrática do nosso povo.



**Carlos Paredes**, músico

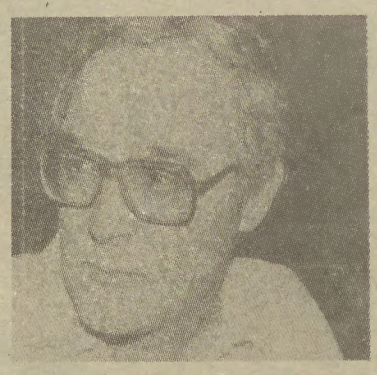
Com Freitas nem sequer é preciso recorrer à nossa experiência política: basta a intuição.

É ele próprio que confessa não poder controlar as forças que desencadeou. E essas são as de triste memória, as que conhecemos da ditadura fascista — as da intolerância, opressora durante 48 anos, eco e reflexo do que se passou na Alemanha e na Itália.

Outro indício alarmante é a posição que define contra os comunistas: nenhum País ou governante verdadeiramente democrático pode deixar de considerar o Partido Comunista como elemento indispensável ao desenvolvimento da sociedade.

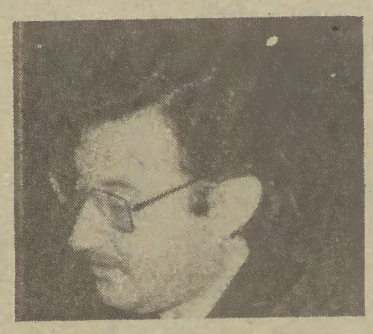
Mas outros indícios há que são alarmantes — e recordo, como exemplo, a decantada história das visitas a casa de Melo Antunes, que muito me fez lembrar os tempos em que a espionagem e a devassa da vida dos cidadãos eram ocupação quotidiana de milhares de «servidores do poder».

É tenebroso. Em campanha eleitoral são palavras mansas e bons sentimentos e preocupações em relação aos pobres e socialmente carentes. Se fosse eleito, com as forças que o sustentam, sabemos o que faria.



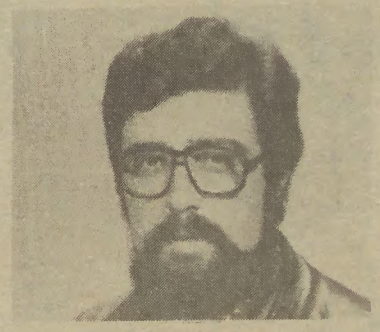
**Batista Bastos**, jornalista e escritor

Porque Freitas do Amaral representa tudo aquilo que eu não gosto — que é a anticultura, o anti-humanismo, a violência, a repressão. Porque sou antifascista.



**Jorge Figueiredo**, economista

Porque ele é o pior dos dois males: entre um fascista e um vigarista, o primeiro é o pior. Freitas é o homem da contra-revolução declarada, ligado ao terrorismo e ao bombismo. Isso basta para decidir o meu voto.



**Carreira Marques**, Presidente da Câmara Municipal de Beja

Nós aqui em Beja sabemos perfeitamente, de experiência certa, o que foram os tempos da ditadura, os tempos do fascismo. Ainda hoje, muitos homens e mulheres estão marcados por esses tempos, muitos na sua própria carne. Aqui não se pode sequer pôr a hipótese do regresso ao passado, é um repúdio que está cá dentro, nem é preciso dizer nada, espontaneamente esse repúdio sobe ao de cima, é o sentimento antifascista do povo. Compartilho desse sentimento.

**Alice Vieira**, jornalista e escritora

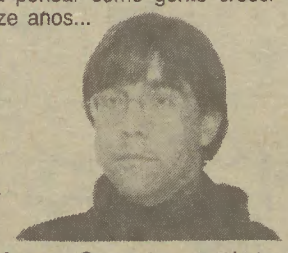
Voto contra Freitas do Amaral porque

*a)* Não gosto da cara dele.

*b)* Não gosto do projecto dele.

*c)* Não gosto da cultura dele, nem ao menos dos livros de que ele diz que gosta.

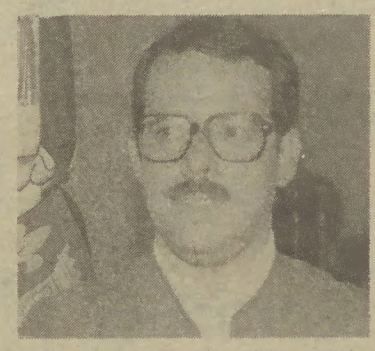
*d)* E depois, se outras razões não houvesse, o que se poderia esperar de um presidente que diz só ter começado a pensar como gente crescida há doze anos...



**Henrique Cayate**, artista plástico

Não voto Freitas porque Freitas representa tudo o que eu não sou e não quero e que acho que é necessário combater. Neste momento, votar em Soares é a única saída possível, a maneira de agir para afastar o perigo do revanchismo da direita.

E não voto Freitas, ainda, porque Freitas é a anticultura.



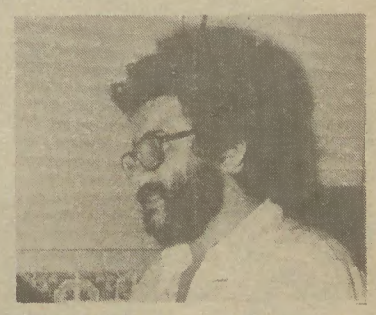
**Daniel Branco**, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

No próximo dia 16 de Fevereiro vou votar contra Freitas do Amaral. Por um vasto conjunto de razões óbvias de que destaco duas.

A primeira é a repugnância que causa à minha consciência de antifascista, formada desde os anos da juventude no movimento associativo estudantil e reforçada depois do 25 de Abril por uma acção empenhada e diária, o facto de poder vir a ver instalado em Belém um professor oriundo da escola do antigo regime, discípulo dilecto de Marcelo Caetano, personificando hoje, de modo directo, parte importante da minha memória do triste país que fomos antes do 25 de Abril de 1974.

A segunda por se recortarem, por detrás de Freitas do Amaral, os perfis com tons pardacentos dos senhores de fato escuro completo, do antigamente, desejosos de recuperar cargos e privilégios e de transformarem de novo as câmaras municipais em meros órgãos serventuários do governo, sem autonomia nem capacidade de acção, sempre às ordens do poder e da repressão.

Tendo dedicado os últimos nove anos ao permanente esforço da resolução na Câmara, dos problemas da população, é claro para mim que só com o reforço do Poder Local Democrático e com mais e acrescentada democracia será possível construir o futuro. E o futuro está contra Freitas do Amaral.



**Barata Moura**, professor universitário, cantor e compositor

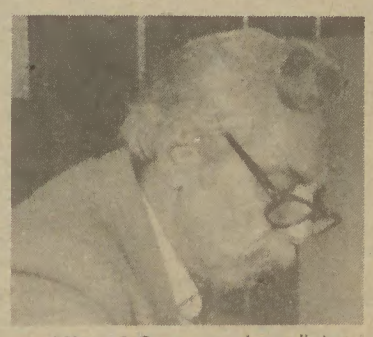
Não voto em Freitas porque ele representa — e por trás dele se acorbertam, sustentando-o — as forças que com mais ou menos verniz pseudo-democrático são portadoras dos interesses económicos e sociais do fascismo, do que era dominante antes do 25 de Abril.

No entanto, na situação concreta actual, para barrar o caminho aos activamente saudosos do 24 de Abril, não basta recusar a freitada & C.ª de sorrisos «pesodantes»: como eu e muitos outros, amigos, para não ficarmos «freitos» nem não tardar sermos «fritos», só ajudas se «suares»...

**Rogério Paulo**, actor

Voto contra Freitas do Amaral porque ele representa tudo aquilo que combati durante toda a minha vida: o totalitarismo e o fascismo. Se os Capitães de Abril não tivessem feito o 25 de Abril, Freitas do Amaral seria hoje, muito coerentemente, o sucessor de Marcelo Caetano.

Votar nele, ou não votar contra ele, é absurdo: seria votar no passado e — ainda mais — um terrível passado!



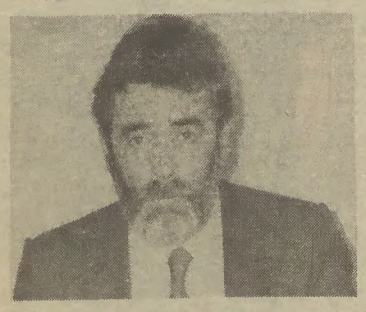
**Miguel Serrano**, jornalista

Porque Freitas do Amaral se identifica com o fascismo e tudo o que de sinistro isto representa: Salazar, guerra colonial, censura, apreensão de li-

# contra Freitas?»

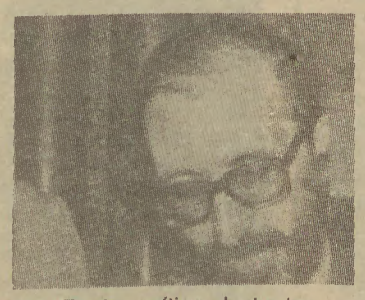
vros, campos de concentração, Peniche, Tarrafal, beatice, falsa moral, Mocidade e Legião Portuguesa, senhoras do Movimento Nacional Feminino, agrários absentistas, colonialismo...

Porque é contra os interesses do povo deste país e sobretudo da classe trabalhadora. Porque Freitas do Amaral é a marca, o emblema, a figura representativa de tudo isto e também de todo o sofrimento e luto que ensombararam durante os anos salazarentos o nosso belo e querido país.



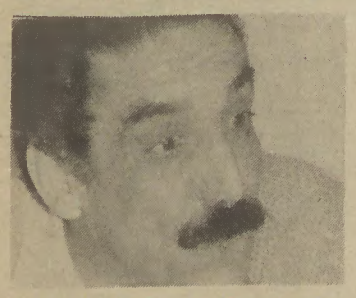
**Hélder Madeira**, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro

É evidente — voto contra o Freitas porque representa um perigo imediato para a democracia. Ele é o representante da extrema-direita, apesar de afastado do partido que fundou. Representa um perigo real, é um homem que veio do período fascista, eivado dessa ideologia e apadrinhado pelo Marcelo Caetano. Pertenceu a um partido que votou contra a Constituição de Abril. Esteve sempre — ele — contra as conquistas de Abril. Não há, pois, que ter qualquer prurido em votar contra ele em 16 de Fevereiro.



**Carlos Porto**, crítico de teatro

Não voto Freitas porque às algemas, mesmo douradas e brilhantes, prefiro as rosas mesmo fanadas e sem perfume. Não voto Freitas porque acredito no 25 de Abril, porque amo a liberdade, a vida e o sonho. Porque sou contra a exploração do homem pelo homem; porque detesto a hipocrisia e a falsidade; porque estou do lado dos trabalhadores; porque faço parte daqueles que acreditam que o mundo tem que ser transformado para que o homem seja feliz — e porque sei que é contra as ideias freitistas que essa transformação se fará.



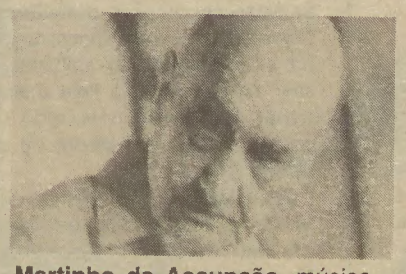
**Augusto Sobral**, dramaturgo

Voto contra ele porque tudo indica que Freitas do Amaral se prepara para restaurar um estado fascista. Tudo indica que quer reforçar um retorno às condições do passado, contra as quais nunca lutou.

Toda uma linguagem e a demonstração de interesse por problemas como a miséria e a fome aparecem no seu discurso como recurso de última hora. Como se sabe, historicamente tal linguagem e «preocupações» tem caracterizado as formas mais terríveis de reaccionarismo.

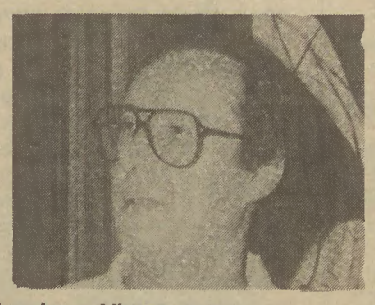
Ao ouvir Freitas do Amaral é bom lembrarmo-nos que também nos anos 20 os manifestos de Benito Mussolini aparentemente reflectiam uma grande preocupação com os problemas das massas populares.

Há fortes razões para não ser pessimista, para crer que a situação não seja paralela — mas o que é paralelo à demagogia de Mussolini é, sem dúvida, o discurso do professor Freitas.



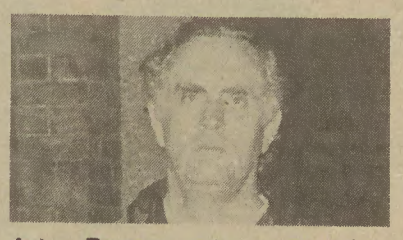
**Martinho da Assunção**, músico

Sou músico — e não desejo voltar a tocar, nunca mais, «Ó tempo volta para trás». Para a frente, Portugal, sim, mas com socialismo!



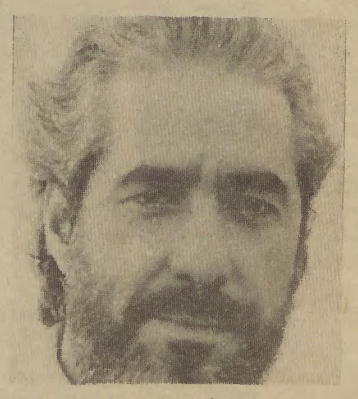
**Henrique Viana**, actor

Eu não voto Freitas do Amaral porque quero que efectivamente Portugal vá prá frente.



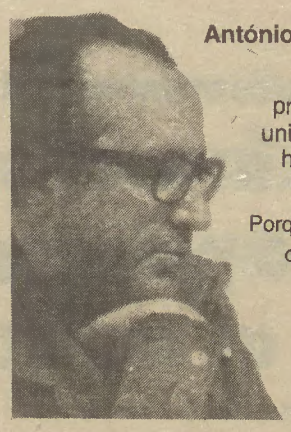
**Artur Ramos**, actor, encenador, realizador TV

A essa pergunta já eu respondi há trinta anos, aceitando entrar para o PCP, então na clandestinidade. Ou seja, voto contra Freitas do Amaral para defender a construção de uma sociedade mais justa, onde todos os portugueses tenham o direito à plena realização em todos os domínios.



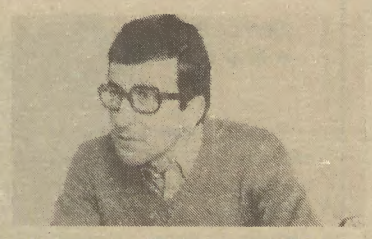
**Gil Teixeira Lopes**, pintor

Porque voto Mário Soares.



**António Borges Coelho**, professor universitário, historiador

Porque recuso o passado.

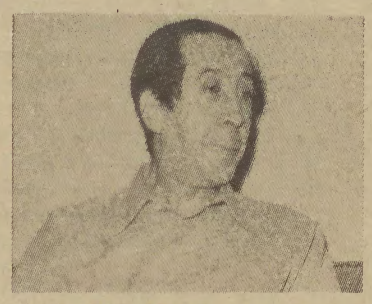


**José Ernesto Cartaxo**, do Secretariado da CGTP/IN

Porque Freitas do Amaral representa um projecto que visa no fundamental a liquidação dos direitos dos trabalhadores e as conquistas de Abril, e tem por trás de si as forças mais reaccionárias e conservadoras cujo projecto é fascizante; porque Freitas do Amaral, a ser eleito, faria perigar o regime democrático. Face a estes perigos, naturalmente sou contra a eleição dele. E defendo que os trabalhadores e as forças democráticas tudo devem fazer para derrotá-lo, ao candidato e ao projecto que representa. A melhor forma de o fazer, claro, é votar Mário Soares.

**José Saramago**, escritor

Em Junho do ano passado foi-me dada uma condecoração. Estavam presentes o Presidente da República e Mário Soares, então Primeiro-Ministro. Em Ramalho Eanes tinha votado uma vez, outra não; em Mário Soares nunca votei e esperava nunca vir a votar. Votarei agora porque esse voto será contra Freitas do Amaral, de cujas mãos nunca receberia uma condecoração, supondo que lhe passava pela cabeça dar-ma. Porquê? Porque também nunca receberia fosse o que fosse das mãos do fascismo.



**Armando Castro**, professor universitário, economista

Freitas do Amaral representa as estruturas e os interesses económicos, sociais, as visões ideológicas de um mundo que, independentemente das visões políticas particulares, governou Portugal sob o fascismo e que, evidentemente, não resistiu à prova da História, agravando em vez de atenuar as dificuldades e o processo de desenvolvimento, do país.

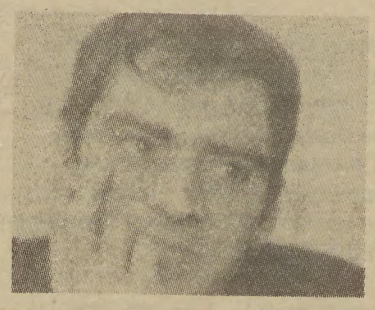
As raízes dos interesses que dirigem esta orientação política explicam-se pelos grupos interessados em chamar a si monopólios impostos (às vezes até estabelecidos artificialmente, em relação às leis económicas do capitalismo); também se explicam pela força no sentido de criar ilusões em certas camadas da população, graças a ideologias dominantes manobradas, frequentemente combinada com demagogias sem limites morais.

**José Alves**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova

Porque não tenho outra alternativa. Não posso escolher outro voto que não seja contra Freitas do Amaral. Um é um fascista retinto; o outro ainda nos deixa uma réstea de luz...

Em relação a Freitas do Amaral, seria fácil chamar-lhe o Salazar/86, traduzi-lo como extremamente perigoso para a democracia, seria fácil chamar-lhe muitas outras coisas...

Quanto a Mário Soares, só temo que haja ainda pessoas que, por orgulho e convicção, se não disponham a votar nele para derrotar o outro. No entanto, por aqui, embora não haja festa, há sintomas claros de que muita gente que não votou o vai fazer desta vez.



**Mário de Carvalho**, escritor

Não voto Freitas do Amaral porque Freitas do Amaral significaria o regresso do obscurantismo e mais ainda o trazer à tona tudo aquilo que é ultramontano, sórdido e mais negativo na História de Portugal desde sempre.

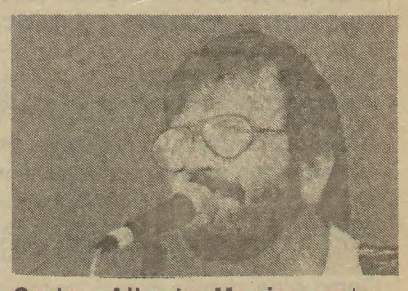
Com uma vitória de Freitas do Amaral estariam criadas as condições para assunção do Poder por uma equipa em que avultam algumas das figuras mais sinistras da classe política reaccionária portuguesa, com as consequências que daí adviriam.

A vitória de Freitas do Amaral significaria a curto trecho a dissolução do Parlamento, a tentativa da direita para colocar ao seu serviço todos os poderes do Estado, em ordem a conseguir a sua perpetuação no Poder através da aprovação de uma nova lei eleitoral.

Como escritor preocupa-me sobremaneira o controle da Comunicação Social por homens como Proença de Carvalho, que já deram de resto as suas provas como manipuladores da opinião pública e cujos parâmetros de actuação propagandística se assemelham a processos tristes que a história tem conhecido e denunciado e transformariam toda a Comunicação Social estatizada, por um lado numa espécie de departamentos oficiosos dos círculos mais agressivos do imperialismo americano, por outro lado, no plano interno, em palcos de um grande festival de mediocridade, mentira e obscurantismo.

**Henriqueta Maya**, actriz

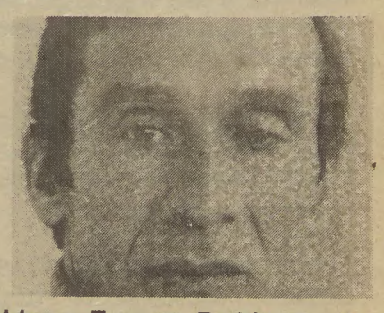
Vou votar contra Freitas do Amaral para que daqui a 48 anos não tenhamos que fazer outro 25 de Abril. O 25 de Abril já foi: no dia 16 de Fevereiro trata-se de defendê-lo.



**Carlos Alberto Moniz**, cantor, compositor

Há dias vi o filme «Regresso ao Futuro», em que havia um indivíduo que por truques de máquinas voltava 30 anos atrás. Claro que nesse filme é tudo ficção, ao passo que no dia 16, sem truques e sem máquinas, o perigo é mesmo real de voltarmos trinta anos atrás...

É claro que ao votar Soares não estou à espera de avançar 30 anos... Só que ficamos em 1986, no nosso tempo e no nosso país — e com a nossa força!



**Urbano Tavares Rodrigues**, escritor, professor universitário

Para mim Freitas do Amaral representa o regresso ao 24 de Abril. Lutei sempre contra o fascismo e não quero vê-lo ressurgir sob uma máscara democrática.

Seria extremamente perigosa a concentração de poderes em forças da direita. Para mais, a ameaça de revisão da lei eleitoral está à vista, e foi bem claramente denunciada por Salgado Zenha.

O povo português já sofreu longas décadas sob a ditadura dos monopólios e tem de acordar contra os perigos que se perspectivam no horizonte, apesar das danças e dos chapéus de palha à Elton John.

# Não despertou nada para a política aos 31 anos: já era fascista!

Freitas do Amaral afirmou recentemente que **«só cheguei à política com 31 anos»**, depois do 25 de Abril, o que se é uma idade entradota para qualquer cidadão despertar para tais actividades, configura, no caso do professor, um gozo pegado — com quem o ouve e, se calhar, com ele próprio.

A ser verdade tal afirmação, teríamos de concluir que o professor Freitas do Amaral, doutorado em várias coisas e invariavelmente doutoral, não passa de — um atrasado mental. Isto porque só um atrasado mental poderia andar os seus primeiros 31 anos de vida num limbo de alheamento para, de repente, «chegar à política» e,10 anos depois, se achar em condições de teorizar acerca de toda a realidade político-socioeconómica de um país, liderar um processo restauracionista e aspirar ao mais alto cargo da magistratura do Estado.

Ora é público e notório que o professor Freitas do Amaral **não é** um atrasado mental. Será, quanto muito, um mentiroso.
Mas, sendo um mentiroso, é-o duas vezes numa só.
Primeiro, porque mentiu ao dizer que só chegou à política **depois** dos 31 anos e do 25 de Abril.

Segundo, porque mentiu ao negar, implicitamente, que já havia «chegado à política» **muito antes** dos 31 anos e do 25 de Abril.

É claro que foi esta segunda mentira que inspirou a primeira. Pelo que importa desmontar a segunda para desmentir a primeira.
Para isso, basta alinhar alguns factos.

Como o de em 1970 haver sido convidado para o **pelouro doutrinário da ANP** (partido único, fascista) pelo próprio Marcelo Caetano, o que lhe inspirou uma carta de pesarosa desculpa por não poder corresponder a **«convite tão amável e tão honroso»**, garantindo, ao mesmo tempo, tal não significar qualquer **«renúncia»** às **«suas convicções definitivas»** (documento n.º 1).

Como o de, meses depois, escrever nova carta ao mesmo Marcelo Caetano a agradecer-lhe novo **«honroso convite»** — agora **aceite** — e onde garante **«que procurarei desempenhar este cargo com grande dedicação e com o maior entusiasmo»**. Tratava-se, nem mais nem menos, de um «honroso convite» para **procurador à Câmara Corporativa fascista**, na subsecção de Política e Administração Geral. (documento n.º 2).

Como o de em 1970, 71 e 72 haver recebido verbas de um organismo pidesco designado por «Centro de Documentação Internacional» — CDI, num total de **108 contos (só** de recibos **encontrados** depois do 25 de Abril), o que, em valores actuais, significa qualquer coisa como **1400 contos**. Interrogado sobre tão estranhos recebimentos, no inquérito instaurado a esta organização pidesca após o 25 de Abril, o digno professor diria que eram pagamentos por «pareceres jurídicos» (ou seriam apenas denúncias políticas?!) (documento n.º 3).

Como o de em 1971 ter sido o professor denunciante, e depois instrutor do processo disciplinar **oficial**, de três estudantes antifascistas, a quem aplicaria penas de suspensão de cerca de um ano a **cada um** (documento n.º 4).

Como o de, a poucos dias do 25 de Abril, ter escrito nova carta a Marcelo Caetano, intercedendo, ou melhor, metendo uma «cunha», com toda a extensão grosseira do termo, a favor de um **«amigo pessoal»** altamente colocado (no governo, nem mais), e entretanto envolvido **«num escândalo político-financeiro»** que, apesar de estar salvaguardado por uma **«nula projecção pública dos acontecimentos»**, não pôr **«nada de sério em causa»** e ser, no fim de contas, uma «trivialidade» praticada por toda a gente, **«incluindo colegas»**, não se podia cair no erro de consentir na eclosão do escândalo, **«quanto mais não seja, porque a opinião pública sempre associa esses casos à ideia de um apodrecimento final»**, num período em que **«o Governo, o regime, o País, atravessam um período delicadíssimo da sua trajectória»** (documento n.º 5).

Freitas do Amaral **não chegou** à política com 31 anos: já lá estava muito antes disso, ocupando cargos públicos, tomando decisões políticas, solidarizando-se com outras. Movimentando-se no meio de um regime que apoiava activamente.
Fazendo política... fascista.

**Documento n.º 1**

## A honra do pelouro da ANP e as convicções definitivas

Lisboa, 13 de Junho de 1970

Senhor Presidente
e meu Ex.mo. Amigo,

Tomo a liberdade de roubar alguns minutos ao precioso tempo de V. Excelência para lhe expor, com a maior franqueza, o que me levou, embora com muita pena, a não poder assumir as **funções de colaboração no pelouro doutrinário da ANP**, para as quais me foi dirigido, pelo Sr. Dr. Cotta Dias, **convite tão amável e tão honroso**.

Faço-o por escrito, e não pessoalmente como seria natural, pois os meus amigos Drs. Sousa Franco e Alberto Xavier pediram-me para se associarem a uma carta minha, dado serem comuns e idênticas as nossas razões.

É, pois, em nome de ambos e no meu próprio que **agradeço muito penhorado** a V. Excelência **ter-se lembrado de nós** para um cargo de tamanha responsabilidade, **cuja importância e necessidade todos reconhecemos**, e que só não podemos infelizmente aceitar pelos graves motivos que passo a resumir.

Em primeiro lugar, pesou muito na análise a que procedemos a circunstância de não devermos atrasar as provas académicas a que temos de apresentar-nos. Considerámos, em especial, que a preparação dos doutoramentos e do concurso, tarefa por natureza absorvente, se arriscaria a ser fortemente perturbada por um trabalho tão apaixonante como o que se nos propunha.

Em segundo lugar, determinou-nos a convicção de que, na actual conjuntura universitária, a acumulação de um cargo marcadamente político forneceria decerto o pretexto desejado pelos estudantes extremistas para introduzir a agitação nas nossas aulas. **Nenhum de nós tem, como V. Excelência sabe, a estulta pretensão de obter uma imunidade provisória à contestação, em troca da renúncia, às suas convicções definitivas:** mas todos sentimos bem fundo que se torna indispensável, no ambiente explosivo em que se está hoje a leccionar, evitar cautelosamente tudo quanto possa servir de detonador ou de rastilho.

Pareceu-nos, por último, que aos olhos da maioria dos nossos alunos, em matérias com implicações políticas tão evidentes como o Direito Administrativo, as Finanças e o Direito Corporativo, poderia ficar comprometido o respeito pela nossa probidade científica, por ser de prever que habilmente fossem levados, pela minoria conhecida, a ver na defesa de opiniões pessoais, ou na explanação dos conceitos mais objectivos, simples prolongamento de uma acção interpretada como de propaganda política.

Estas as razões que há pouco mais de uma semana apresentámos ao Sr. Dr. Cotta Dias, cuja inteligência e amabilidade tanto nos cativaram, mas que não quisemos deixar de expor directamente a V. Excelência, pelo muito respeito e grande admiração que lhe devotamos, os quais só aumentam a mágoa que nos invade por nos não ser possível aceitar **esta colaboração que tanto desejaríamos prestar a Vossa Excelência**.

Ao fazê-lo, cremos sinceramente estar na razão. **E, alimentando a esperança de não prejudicar, senão no mínimo, esta fase de arranque das actividades da ANP, aproveitamos para formular a V. Excelência os mais ardentes votos de felicidades na prossecução da grande obra que vem desenvolvendo a bem de Portugal.**

Com os mais respeitosos cumprimentos, sou

De V. Excelência
Amigo muito grato e dedicado

**Diogo Freitas do Amaral**

**Documento n.º 2**

## Membro dedicado e entusiasta da câmara corporativa fascista

Lisboa, 15 de Outubro de 1970
Sr. Presidente do Conselho
e meu Exmo. Amigo,

Recebi ontem a carta em que V. Exa. me considerava para **procurador à Câmara Corporativa, na subsecção de Política e Administração geral**, e não quis deixar de, ontem mesmo, pelo telefone, responder que aceitava com muito prazer e declarar a V. Exa. **quanto me sentia honrado com a distinção**.

Mas gostaria de confirmar hoje por escrito o que ontem apenas afirmei oralmente. E desejaria ainda acrescentar uma palavra singela de profundo agradecimento pelo **honroso convite** que me foi dirigido e pelas palavras tão gentis — e, uma vez mais, tão amigas — que V. Exa. quis endereçar-me.

**Crela, Sr. Presidente, que procurarei desempenhar este cargo com grande dedicação e com o maior entusiasmo** — ainda que, para tanto, precise de repensar os termos em que de momento tenho organizada a minha vida profissional extra-universitária.

Renovando os meus agradecimentos muito sinceros, apresento os mais respeitosos cumprimentos e sou

De V. Exa.
Amigo muito grato e dedicado
Diogo Freitas do Amaral

**Documento n.º 3**

## Os dinheiros fascistas que recebeu

Freitas do Amaral recebeu no início dos anos 70 diversos pagamentos de um organismo criado pelo Governo de Salazar com vista a vigiar o movimento estudantil e desencadear nas universidades portuguesas uma acção de propaganda favorável ao regime — averiguou esta semana o Expresso, através da consulta de documentação da época.

O referido organismo, designado por Centro de Documentação Internacional (CDI), foi fundado em 1966, como «associação cultural» de carácter privado, sob iniciativa do então ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, e teve por missão, entre outras, a de recrutar, a partir de 1970, o corpo de vigilantes universitários que ficou conhecido na gíria estudantil como «os gorilas».

A actividade do CDI ampliou-se sobretudo a partir da remodelação ministerial de 1968, que daria a pasta da Educação a José Hermano Saraiva. Para além da recolha de elementos informativos sobre a juventude e os seus movimentos, que o departamento efectuava desde a sua criação, o CDI passou a dispor de um arquivo geral dos estudantes universitários das três academias portuguesas (Lisboa, Porto e Coimbra) e de um ficheiro selectivo apenas detinado aos alunos considerados como desenvolvendo actividades políticas contrárias ao regime.

O CDI foi objecto de um inquérito no Ministério da Educação após o 25 de Abril de 1974, tendo os instrutores concluído, de acordo com um relatório incluído no processo, que, «com base nos ficheiros, eram prestadas informações à PIDE/DGS, quando solicitadas por agentes da corporação devidamente identificados». Acrescenta-se ainda no documento que «chegou a trabalhar no CDI, em regime de tempo parcial, um ex-agente daquela polícia durante alguns meses de 1973».

O CDI dispunha igualmente de fichas catalogadas de pessoas exercendo profissões liberais. Os arquivos com fichas de estudantes eram, por outro lado, utilizados para informar o Ministério da Educação com vista à homologação dos corpos gerentes das associações estudantis, sabendo-se da existência de um despacho de Costa André quando secretário de Estado da Juventude e Desportos, determinando que «fosse ouvido privadamente o CDI sobre tal matéria».

### «Acção psicológica»

Em 1970, o CDI passou a constituir um órgão técnico da Comissão Interministerial de Segurança (ou para a Acção Psicológica), criada por decisão do então presidente do Conselho, Marcelo Caetano, no âmbito do Conselho Superior de Defesa Nacional. De acordo com um relatório interno, de Janeiro do ano seguinte, eram objectivos da comissão a «necessidade de esclarecimento, propaganda e acção psicológica, frisando o prestígio das Forças Armadas, da ordem e das instituições e a política de Defesa do Ultramar».

Segundo o inquérito movido ao organismo após o 25 de Abril, os seus responsáveis terão produzido a partir de então uma série de relatórios «de análise de propaganda» através dos meios de comunicação social, além de «uma directiva nacional de acção psicológica, elaborada anualmente e destinada a orientar, em conjunto, toda a actividade dos ministérios no campo da acção psicológica». «Todos estes documentos — prossegue o balanço incluído no processo — eram distribuídos através do CDI para as diversas entidades oficiais, com a colaboração da Legião Portuguesa, da PIDE/DGS e do EMGFA (Estado-Marior General das Forças Armadas)». Os inquiridores acrescentam que o CDI tinha ainda a seu cargo a execução de «tarefas relacionadas com a acção psicológica, tais como posters, cartazes, panfletos, etc». Com o seu equipamento foram igualmente impressas publicações conotadas com a extrema-direita, como as revistas «Frente» e «Encontro».

Embora autodefinido como «centro de estudos culturais» de carácter privado, o CDI era subsidiado com verbas do Orçamento Geral do Estado, canalizadas principalmente pelos ministérios da Educação e (em menor grau) das Corporações. Desconhece-se, contudo, a origem da maior parte das suas receitas. Com efeito, o CDI terá recebido desde a sua fundação até 1974 cerca de 51 mil contos, dos quais apenas se detectou a proveniência (de organismos oficiais) de 16 mil contos. Por outro lado, não existia nos seus escritórios qualquer docu-

»

# Não despertou nada para a política aos 31 anos: já era fascista!

mentação respeitante ao destino de uma parcela das receitas superior a 37 mil contos, o que permanece um mistério até hoje. Os inquiridores apenas concluíram que o dirctor do CDI — um funcionário do Ministério da Educação chamado José Manuel Dias Ferreira de Sousa — movimentava a conta do organismo com largo à-vontade e liberalismo.

## As explicações de Freitas

Sabe-se que Freitas do Amaral recebeu pelo menos quatro pagamentos do CDI: um em 1970, de 16 contos, dois em 1971, no total de 64 contos, e outro em 1972, de 28 contos. No entanto, a quase inexistência de escrita do departamento nos dois últimos anos da sua vida pode ter feito desaparecer os sinais de outros eventuais créditos a favor do jovem professor universitário.

Ouvido acerca do facto de figurar na lista de pagamentos do CDI, no âmbito do inquérito desencadeado após o derrube de Marcelo Caetano, o então líder centrista esclareceria que tais retribuições se destinavam a remunerar a sua actividade de jurisconsulta junto dos gabinetes do ministro da Educação da altura, Veiga Simão, e do seu subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, Augusto de Ataíde. Freitas do Amaral diria que «lhe era pedido para passar recibo ao CDI, por ser desse organismo que vinham as verbas necessárias para o efeito». Alegaria, no entanto, desconhecer os «objectivos e actividades fundamentais» do organismo.

O actual candidato à Presidência da República efectuara, com efeito, diversos trabalhos jurídicos para ambos os gabinetes, nomeadamente a elaboração ou revisão dos serviços centrais do Ministério e o estudo (juntamente com Veiga Simão) da reforma do sistema educativo.

Contactado pelo Expresso, Veiga Simão negaria porém que alguma vez tivesse ordenado o pagamento dos trabalhos jurídicos de Freitas do Amaral através do CDI. «Nunca dei instruções nenhumas para lhe ser pago por aí», declarou. «Com certeza não fui eu que autorizei. Qualquer despacho de pagamento meu era liquidado através das verbas do meu gabinete».

Augusto de Ataíde, por seu lado, afirma não se recordar da forma como foram processados os emolumentos de Freitas do Amaral por parte do seu gabinete, mas admite que as verbas do CDI tenham sido utilizadas para esse efeito. «No meu tempo — esclareceu — o CDI servia essencialmente para flexibilizar o espartilho da contabilidade pública». Alguns dos recibos assinados por Freitas do Amaral referem explicitamente trabalhos para o gabinete de Augusto de Ataíde.

O inquérito ao CDI não estabeleceu qualquer ligação de Freitas do Amaral às actividades do departamento, embora também não averiguasse as razões pelas quais trabalhos jurídicos efectuados para o Governo teriam sido pagos através de um organismo de carácter privado.

*Joaquim Vieira in «Expresso» 8/Fev/86*

## Documento n.º 4

# Freitas na repressão ao movimento estudantil

No início da década de 70, ainda sem ter atingido os 30 anos, Diogo Freitas do Amaral era uma estrela em ascensão na Faculdade de Direito de Lisboa: o seu prestígio adivinha-lhe sobretudo do facto de se ter tornado no delfim académico do prestigiado titular da cadeira de Direito Administrativo, Marcelo Caetano, cujo cargo já desempenhava em substituição do mestre, então a braços com as «ciclópicas» funções de primeiro-ministro.

A situação interna da escola não era fácil: a contestação estudantil engrossava, paralelamente ao apodrecimento do regime, e a Faculdade transformava-se aos poucos numa área em estado de sítio quase permanente. Em Janeiro de 1971, o jovem professor viria a confrontar-se com uma situação delicada, a implicar da sua parte um possível comprometimento que aparentemente procurava evitar.

Tudo começou com uma reunião geral de alunos. Convocada para o átrio, viria a ser proibida pelo director (Fernando Olavo) a poucas horas da sua realização. Os dirigentes associativos resolveram manter a convocatória e colocar a questão à assembleia — que deliberou continuar a sessão no mesmo local. O que se seguiu tornava-se já trivial: intervenção violenta da polícia de choque e dispersão do encontro, com as correrias e agressões do costume. No dia seguinte, de acordo com uma prática também já tornada norma, um piquete de estudantes percorreu o edifício para interromper as aulas, informar os colegas da situação e, eventualmente, lançar um ou outro apelo.

Num dos anfiteatros dava aulas Freitas do Amaral, que fechara a porta à chave, como vinha sendo praticado por alguns professores. Os estudantes forçaram a entrada a pontapé. Despeitado, o aluno dilecto de Marcelo Caetano abandonou a sala, que foi assim transformada num «forum» de debate estudantil.

No outro dia, o Conselho Escolar (CE) ordenava a instauração de processos disciplinares a três dos alunos participantes nas acções da véspera e antevéspera: José António Ribeiro Santos (que viria no ano seguinte a ser morto por agentes da polícia política, durante uma confrontação na Faculdade de Economia), Luís Guerra (que remetera o director para a ordem das inscrições quando este quis interromper o plenário estudantil) e João Barroso Soares (filho do actual rival de Freitas do Amaral na corrida à Presidência da República).

Para instrutor do processo, foi indigitado, como era de regra, um jovem docente — a escolha recaiu em Freitas do Amaral, por sinal também um dos queixosos, dado o que se passara na sua aula. Como enfrentar a situação? Assumindo até ao fim o papel de inquiridor.

Freitas começou por propor a suspensão (sem os ouvir) dos três estudantes acusados. «**Os primeiros elementos de prova analisados** — diria em despacho — **permitem desde já assentar em que tais factos se revestiram de muita gravidade (...), pelo que os arguidos não devem continuar a frequentar a Faculdade, até que definitivamente se decida sobre a sua responsabilidade disciplinar.**» A sua proposta, de «**suspensão imposta pelo prazo de 30 dias, que nos termos da lei é prorrogável por período de igual duração**», seria integralmente aceite pelo CE.

Aos estudantes só foi permitido apresentar a sua defesa — por escrito — ao fim de três meses de suspensões sucessivamente prorrogadas. A decisão final de Freitas do Amaral viria de novo a ser aceite pelo CE e integralmente cumprida: 12 meses de suspensão para Ribeiro Santos, 11 para Luís Guerra e 9 para João Soares.

O facto de o processo ter desaparecido da secretaria da Faculdade após o 25 de Abril não permite reconstituir os factos com pormenor, mas alunos da altura contam que a queixa-crime então apresentada na Judiciária pelo CE, pelos mesmos motivos (alegado crime de desobediência), teria igualmente resultado de uma promoção no processo levado a cabo por Freitas do Amaral. Neste caso, os três estudantes seriam absolvidos.

O episódio definiria da parte de Freitas uma atitude para com o movimento estudantil, que seria mais tarde confirmada ao ordenar a expulsão das suas aulas de pelo menos um delegado de turma que lhe pedira licença para, à semelhança do que acontecia com outros professores, prestar informações aos colegas.

*J.V. in «Expresso» 8/Fev./86*

## Documento n.º 5

# «Não deveríamos cair no erro»...

Lisboa, 5 de Abril de 1974

Sr. Presidente

e meu Exmo. Amigo,

Creio ser esta a primeira e espero que única vez que tomo a liberdade de lhe pedir uns minutos de atenção para abordar um caso pessoal.

Hesitei sobre se devia ou não fazê-lo, mas a amizade gera impulsos irresistíveis. V. Exa. perdoar-me-á o atrevimento.

Não quero aludir ao drama pessoal que no mais profundo da sua carne vive neste momento um dos meus maiores amigos, atingido no dia dos seus anos com um dos mais duros golpes que alguém na sua condição é dado sofrer.

Também não quero alongar-me sobre essa pobre mãe, martirizada por uma longa vida de sofrimento moral, cuja única alegria é este filho, seu legítimo orgulho — em risco de desmoronamento abrupto e chocante.

Quero, sim, referir-me ao perigo iminente de uma vida que ameaça ficar destroçada para sempre — porque, perante uma demissão inesperada e sem contexto, é certo e seguro que não faltarão a almas caridosas que sempre se encarregam de espalhar as «verdadeiras» causas.

Peço-lhe, Sr. Presidente, do fundo do coração que peço que reflicta mais um momento sobre as consequências trágicas que tudo isto pode acarretar para a carreira e para o bom nome deste rapaz.

E permita-me ainda que, na mais pura das intenções, **lhe lembre também as seriíssimas repercussões que a demissão dele terá no Ministério** — onde enfrentou nos últimos quatro anos, com uma coragem exemplar e uma paciência infinita, manobras, pressões, intrigas, injúrias e reveses, no sentido de servir lealmente o país na pessoa de V. Exa. Quantas vezes eu próprio o incitei a abrir uma crise, perante a inanidade dos esforços e a força das hostilidades: sempre me respondeu que não o faria porque o seu dever era apoiar ali, e daquela maneira, o Presidente do Conselho.

Nem quero imaginar, porém, o que seria o gáudio, a troça, a vitória de tantos filhos das trevas que por ali andam no dia em que caísse em desgraça, publicamente, o mais próximo representante dos filhos da luz — dessa ortodoxia que são obrigados a acatar, mas que não sentem. E eles a resistir, a sobreviver, a triunfar de tudo e de todos.

**Sabe V. Exa. melhor que ninguém como o Governo, o regime, o País atravessam um período delicadíssimo da sua trajectória: permita-me que sinceramente lhe exprima a opinião de que não deveríamos cair no erro de consentir na eclosão dum escândalo político-financeiro. Quanto mais não seja, porque a opinião pública sempre associa esses casos à ideia dum apodrecimento final.**

E, depois, se tivesse havido de facto fundamentos graves... Mas V. Exa. sabe bem que nada de sério está em causa — apenas, quando muito, participação em operações que toda a gente, incluindo colegas, tem feito; e uma generosidade excessiva para com um velho amigo em aflição.

Claro está que é sempre melhor não cair em tentação: mas, perante a diminuta relevância dos factos, a possibilidade de correcção das situações e a **nula projecção pública dos acontecimentos**, não será sanção suficiente a amargura suportada estoicamente nestas já longas vinte e quatro horas?

Senhor Presidente

e meu Ex.mo Amigo,

Confio inteiramente na sua compreensão e na sua magnanimidade.

Nada seria mais doloroso para o meu orgulho do que verificar não ter sido capaz de defender com êxito um Amigo.

Mas, depois duma noite angustiada e em claro, entendi ser preferível a humilhação eventual de não ser ouvido ao remorso certo de não ter falado.

Tenho ainda uma grande esperança dentro de mim.

Com os melhores e mais respeitosos cumprimentos, sou

De V. Exa.,

Amigo dedicado e sempre grato

Diogo Freitas do Amaral

*As cartas de Freitas do Amaral a Marcelo Caetano, que constituem os documentos n.os 1, 2 e 5 foram transcritas do livro «Cartas Particulares a Marcello Caetano» – 1.º volume, editado por Publicações D. Quixote, em Março de 1985. Os sublinhados são de responsabilidade da Redacção*

# a TV

## A realidade e o biombo

A reforma agrária foi falada na televisão. O facto, de tão insólito, merece especial referência...

Aconteceu na rubrica «Parlamento» que leva ao estúdio um ou outro aspecto dos debates na Assembleia. Desta vez calhou à reforma agrária.

Presentes, pelo PCP, o deputado João Amaral e pelo PSD, o deputado Luís Capoulas. O PS escusou-se de enviar representante seu com o argumento de que todas as suas atenções se concentram por inteiro nas eleições presidenciais. Mas então como é, o grupo parlamentar do PS anda todo por essas estradas?...

Esta nota não pretende dar uma ideia, mesmo aproximada, do debate. O que pode é garantir o enorme impacto que as revelações de João Amaral provocaram na opinião pública, particularmente no que se refere ao elevado índice de corrupção e de ilegalidades em que se atolou o Ministério da Agricultura.

Pór outro lado, a argumentação produzida pelo sr. Capoulas sobressaiu pela pobreza da *cassette*.

Ele não quer esta reforma agrária, ele quer **outra.** Mas qual? Uma — diz ele — que «tenha por base o desenvolvimento e o bem-estar rural...».

Palavras ocas. João Amaral foi bem claro quando disse que o que está em causa é a condenação do latifúndio. Acaso as relações de produção existentes antes do 25 de Abril conduziram ao **bem-estar rural** e ao **desenvolvimento**? Só por humor negro se poderia afirmar isso...

Quanto à história da posse privada da terra, em regime familiar ou de pequena propriedade, ela não passa de um biombo para encobrir jogadas de lance mais forte...

A realidade mete-se pelos olhos dentro: as terras que as unidades cooperativas de produção ainda detêm, sendo as mais pobres, são as mais bem tratadas e as que mais produzem; as terras roubadas aos trabalhadores e entregues sabe-se lá a quem, estão, na máxima parte, abandonadas, desprezadas, empobrecidas...

Não sou eu que o digo. Nem o deputado João Amaral. Quem o disse foi um jornalista da televisão, há pouco tempo, num programa chamado «opinião pública».

Que já não existe. Por acaso, é claro...

## As mil maneiras de aldrabar

A campanha de desinformação e intoxicação levada a efeito na televisão portuguesa assume as mais variadas formas.

*a)* **Ocultação de dados**

Telejornal anuncia, com espavento, a maioria alcançada pela UGT na Comissão de Trabalhadores da Lisnave. Mas não esclarece que tal facto se deve ao despedimento selectivo de mais de 2000 trabalhadores.

Outro exemplo: o repórter diz que Freitas do Amaral não visitou uma fábrica porque a administração proibira a entrada aos jornalistas. Mas esconde, como mais verosímil, o receio de Freitas em enfrentar os trabalhadores que haviam manifestado publicamente o seu repúdio da visita.

*b)* **Por omissão**

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, visitou o Forte de Peniche. Tratava-se da sua primeira entrada no Forte desde que dali fugira, há anos, com mais dez camaradas.

A Televisão teria oportunidade de fazer uma reportagem de grande alcance humano, social, histórico, jornalístico. Pois bem: nem ao menos mandou uma camarazinha...

Limitou-se, dois dias depois, a ler a notícia, com uma redacção abreviada e seca. De facto, na corrida em que Freitas do Amaral se encontra empenhado, não convém muito aos círculos próximos dele, falar de certos temas...

*c)* **Por acidente... ou «acidente»**

Quem assistiu à transmissão do jogo de andebol entre Portugal e Inglaterra, verificou um facto lamentável: na repetição dos lances de golo na baliza inglesa, via-se freneticamente agitada, uma bandeira de Freitas do Amaral...

Claro, os adeptos das candidaturas podem levar suas bandeiras para onde quiserem. Desde que, evidentemente, não as levem para diante da câmara de televisão...

Se tal acontecer, medidas devem ser tomadas para não se cair na propaganda escondida... com o rabo de fora. Para tempo de antena já basta a noite.

Foi, decerto, um acidente. Embora, nesta TV, seja muito difícil determinar as fronteiras entre o acidente e o «acidente»...

**Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Às malvas com a independência

«Freitas do Amaral, o homem íntegro, o Mestre (sic, com maiúscula), o exemplar chefe de família!»
Não é de um discurso de campanha eleitoral, leitor. É de um artigo do «independentíssimo» «Correio da Manhã» sobre o acto eleitoral do próximo domingo.
Ainda estamos no Carnaval e já caem as máscaras!

## «Correio da Manhã»: jornal independente

● «(...) Freitas do Amaral, o homem íntegro, o Mestre, o exemplar chefe de família, o homem da Mudança dentro do regime democrático, do apoio à iniciativa privada, de apoio ao actual governo de Cavaco Silva, do progresso, pela confiança no Executivo e na Presidência da República, da melhoria de vida dos portugueses, do crescimento económico do País, em paz e liberdade, da supremacia dos valores morais e humanos, do apagamento das diferenças de classe, pela promoção dos mais pobres e humildes, da saúde, da habitação, da reforma do ensino, e garante da estabilidade política, com o actual governo.

(...) Quem quer que Portugal progrida, em paz, em liberdade, pondo a geri-lo os homens mais competentes e honestos sem curar da sua filiação partidária, tem de votar no projecto Prá Frente Portugal, incarnado em Freitas do Amaral.»

**(D., «Correio da Manhã», 10 Fevereiro)**

## ... E preocupado

● «Oxalá, para não ficar tudo estragado, que a quarta-feira de cinzas não se transfira para domingo.»

**(V.D., «Correio da Manhã», 10 Fevereiro)**

## «Semanário»: uma referência obsessiva — o PCP

● «Mais penosa, no entanto, é a ideia de que muitos liberais vão votar ao lado do PC, retrocendo no percurso que iniciaram com sacrifícios e coragem.»

**(V.C. Rego, «Semanário», 8 Fevereiro)**

● «Seria espantoso que menos de seis meses depois de exautorado o Bloco Central, o voto abrisse caminho ao seu regresso, revisto e agravado. Com mais liderança do PS, com maiores contradições internas, para ainda maior gáudio do dr. Álvaro Cunhal.»

**(M.R. de Sousa, «Semanário», 8 Fevereiro)**

● «Primeiro, é hábil mas ilusório pretender, como o doutor Rebelo de Sousa, que o PCP prefere a vitória de Soares: não, o que o PC não pode é assumir descaradamente o apoio a Freitas do Amaral; mas o PC nada fará para pôr o seu eleitorado a votar maciçamente em Soares e aguardará tranquilamente a eleição de Freitas do Amaral, a fim de recuperar a hegemonia ideológica perdida a 26 de Janeiro e desencadear a sua ofensiva de desestabilização.»

**(V.V. Cabral, «Semanário», 8 Fevereiro)**

● «O grave é que isto pode destroçar a UGT e abrir o caminho para uma nova central sindical, de tipo "Force Ouvrière", ficando assim o sindicalismo democrático enfraquecido.

Se isso acontecer, a culpa não será dos que recusarem ser instrumentalizados a objectivos político-partidários, mas dos que procuraram da instrumentalização. E uma coisa é certa: o PCP teria uma grande vitória, pois conseguiria uma divisão que não esperava já.»

**(J.M. Júdice, «Semanário», 8 Fevereiro)**

## Freitas: o tal que despertou para a política em 1974!

● «Freitas do Amaral recebeu remunerações de um órgão de propaganda do anterior regime, o Centro de Documentação Internaiconal, CDI, segundo revela na sua edição de hoje o "Expresso". De acordo com aquele semanário, o agora candidato à Presidência da República recebeu pelo menos quatro pagamentos: um em 1970, no valor de 16 contos, dois um ano mais tarde, no total de 64 mil escudos e outro em 1972 de 28 contos.

Em esclarecimento entretanto prestado àquele jornal, Freitas do Amaral afirmou que os pagamentos que recebeu daquela organização se destinavam a remunerar os seus trabalhos de consultor jurídico do então ministro da Educação, Veiga Simão. No entanto, este último, também contactado pelo "Expresso" negou ter alguma vez autorizado a remuneração dos trabalhos de Freitas do Amaral através do Centro de Documentação Internacional. Sobre o CDI, o candidato à Presidência da República adiantou não saber muito bem o que era aquele organismo, apenas tendo ficado esclarecido sobre a natureza do Centro de Documentação Internacional após a abertura de um inquérito, na sequência do 25 de Abril.»

**(«Diário de Lisboa», 8 Fevereiro)**

# Pontos Cardeais

## Freitas I

Falando numa coisa enigmaticamente chamada de «Convenção Sindical», Freitas do Amaral saiu-se, às tantas, com esta: **«Também eu sou, antes do mais, um trabalhador como vós, porque sempre vivi, vivo e quero continuar a viver exclusivamente do fruto do meu trabalho.»**
**«Mau»**, inquietou-se a Convenção, **«só nos faltava agora que este também fosse comuna.»**

## Freitas II

**«Os meus inimigos políticos»**, continuou o professor, já noutro sítio, **«são a pobreza, a miséria, o desemprego, os salários em atraso e a fome»**, apenas contra eles **«eu combaterei sem tréguas». «Está decidido: nele é que a gente não vota!»**, garantiram a pobreza, a miséria, o desemprego, os salários em atraso e a fome.

## Freitas III

Aproveitando uma passagem por Guimarães, o trabalhador Freitas resolveu convocar Afonso Henriques para a sua campanha, garantindo, nem mais nem menos, que este esteve **«sempre presente em cada época da nossa História, quando queremos fazer novo esforço para levar p'rá frente Portugal!».**
**«Vai bugiar, menino!»**, tonitroou o monarca lá da memória da Alcáçova, **«com a idade com que tu entraste para a política já eu tinha colocado o Peres de Trava a pão e água, invadido uma data de vezes a Galiza, arrumado os leoneses e posto os mouros com dono!»**

## O que vale...

Segundo o «Correiere Della Sera», uma família italiana pediu autorização para emigrar para a União Soviética. Em entrevista a este jornal, Filippo Faveino e a mulher, Rita, afirmaram ter escrito à embaixada soviética em Roma pedindo autorização para viverem na URSS com as três filhas, apresentando como justificação para o pedido o facto de terem postos de trabalho garantidos e serem bombardeados com menos publicidade.
Comentário do «Dia», em título: **«Malucos há muitos»**.
O que vale é que imbecis, há poucos: cabem quase todos nas redacções de certos jornais.

## Conveniências

Num opúsculo do «Expresso» dedicado à figura de Freitas do Amaral lê-se, a páginas tantas, o seguinte: «Outro estreito amigo da família era o contra-almirante Américo Tomás, habitual visita da casa de Freitas do Amaral em Lisboa. O então ministro da Marinha de Salazar costumava participar nas festas de aniversário de Diogo, e um dos companheiros de juventude do candidato recorda-se de pelo menos uma ocasião em que ele apareceu já na sua qualidade de Presidente da República. (O "Expresso" teve acesso à fotografia dessas festas, onde se vêem alinhadas as crianças e, atrás, os adultos, entre eles Américo Tomás. No entanto, a sua publicação não foi autorizada por Freitas do Amaral, com a explicação algo lacónica de que **"não era conveniente"**, dada pelo seu chefe de gabinete.).»
É grave, esta proibição, vinda de um homem que se arroga um pilar da **instituição familiar** e faz dos **valores da família** a trave-mestra do seu pensamento político. Afinal o virtuoso professor Freitas sujeita a própria família a «conveniências»... Isto para não dizer que tem vergonha dela.

## Presença

Já se sabia que o «grande líder» Freitas do Amaral é especialista no bater em retirada quando as coisas dão para o torto, e exímio em nada arriscar, nem que seja a feijões (no que tem um ilustre percursor, igualmente jesuítico e também professor, que se não usava sobretudos verdes, primava por outra paixão no vestuário: as botas). Não tínhamos era reparado que o homem é tão genial na difícil arte do resguardo, que quase parece bruxo. Ora vejam (e citando o opúsculo do «Expresso» dedicado ao professor da Póvoa do Varzim):

**«A 11 de Março, a sede nacional do partido (CDS) é assaltada violentamente. Nesse dia, o líder centrista e o seu braço direito Amaro da Costa, estão em Londres efectuando treinos de presença televisiva num estúdio do Partido Conservador.»**

É o que se chama um líder com presença... **em** espírito.

# Gazetilha

*por Ignotus Sum*

I

Tremelica-lhe a voz na discursata
mas nas obras que ele faz ali vi
que essa coisa de ser democrata
não passava de mero álibi...

Cobre as palavras de hipócritas véus
mas vê-se bem, ao fim e ao cabo,
que só a língua que tem deu a Deus:
a alma, essa, entregou-a ao diabo...

Faz gala de bens intelectuais
mas no fluir do seu dia-a-dia
terroristas e marginais
são a «elite» que ele mais aprecia...

Freitas mordente freza o dente, hostil
e uma certeza nos impele:
ele nasceu com o 25 de Abril
mas o 25 de Abril pode morrer com ele...

II

Perguntei a um doutor
homem de grande sabença:
— **Qual o remédio melhor**
**para curar a doença?**

— **Meu rapaz** — torna o doutor
de uma ciência tamanha —
**Não há remédio melhor**
**do que evitar que ela venha...**

III

Diz palavras de flores de liz
acena, acena de varanda em varanda
mas para ver o outro lado do que diz
veja-se a gente com quem ele anda...

Fala de paz onde quer que vá
não quer o mal, não quer demanda...
... mas pra ver a guerra que nos fará
veja-se a gente com quem ele anda...

Faz de pirismo o seu lirismo
e contra o terrorismo manda:
se gosta ou não do terrorismo
veja-se a gente com quem ele anda...

Até já fala em Liberdade
num mal cheirismo que tresanda
mas pra se ver qual a verdade
veja-se a gente com quem ele anda...

Bufos e pides, chulos e chatos
agrários, donos da antiga banda
ELP, terror, toupeiras, ratos
— esta é a gente com quem ele anda.

Quem tem a Pátria no coração
quem quer futuro tranquilo e grande
não quer ser gente desse jeito, não
não quer ser gente com quem ele ande!

# Agenda

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 633
13 de Fevereiro de 1986
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

## Quinta 13

• **AMADORA**
Sessão de esclarecimento com **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. Às 21.30 no Cinema Plaza.

• **ABRANTES**
Sessão de esclarecimento com **Raimundo Cabral**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **ALTO DE S. JOÃO**
No Salão da Junta de Freguesia do Alto de S. João-Lisboa, sessão de esclarecimento com **Jorge Araújo**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **ALMADA**
Sessão de esclarecimento com **Domingos Abrantes**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **ALCABIDECHE**
Sessão de esclarecimento em Alvide (Alcabideche) com **Octávio Pato**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **BENFICA**
No Salão da Junta de Freguesia de Benfica-Lisboa, sessão de esclarecimento com **Carlos Brito**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **CACÉM**
Sessão de esclarecimento com **Dias Lourenço**, da Comissão Política CC. Às 21.30.

• **LAGOS**
Na Casa dos Artistas, às 21.30, sessão de esclarecimento com **Margarida Tengarrinha**, do CC.

• **LINDA-A-VELHA**
Sessão de esclarecimento com **José Casanova**, da Comissão Política do CC. Às 21.30.

• **PORTO**
Debate com **Ângelo Veloso**, da Comissão Política do CC, promovido pelo Sector Intelectual: «O processo democrático, as eleições presidenciais e o voto em Mário Soares». Às 21.30, na Cooperativa Árvore.

• **SESIMBRA**
Sessão de esclarecimento com **Zita Seabra**, da Comissão Política do CC. 21.30.

• **DISTR. AVEIRO**
Sessões de esclarecimento em **Macinhata do Vouga, Pampilhosa, Oiá, Ílhavo, Aveiro, Cacia.** Às 21.30.

• **DISTR. BEJA**
Sessões de esclarecimento em **Vila Verde de Ficalho, Alvito, Brunheira, Santo Amador, Santo Aleixo, Póvoa de S. Miguel, Vila de Frades.** Às 20.30.

• **DISTR. COIMBRA**
Sessões de esclarecimento em **Santa Clara, Eiras, Taveira, Vila Nova de Alva, Ronqueiro.** Às 21.30.

• **DISTR. LEIRIA**
Sessões de esclarecimento também em **Ansião, Braçais, S. Mamede, Caldas da Rainha, Marrazes, Praia de Vieira, Picassinos, Valado de Frades, A-dos-Negros, Serra d'El Rei, Alqueidão da Serra.** Às 21.30.

• **DISTR. LISBOA**
Outras sessões de esclarecimento em **Oeiras, Vila Fria, Leceia, Carnaxide, Linda-a-Velha.** Às 21.30.
Em **Casal de Cambra, Queluz** e **Cacém.** Às 21.30.
Em **Moscavide, Zambujal, Fanhões, Bucelas, Santo Antão do Tojal.** Às 21.30.

• **DISTRITO PORTALEGRE**
Sessões de esclarecimento em **Santa Eulália, Terrugem, Vila Boim, Torre das Vargens, Vale de Açor, Ervideira, Benavila, Aviz, Esperança.** Às 21.30.

• **DISTR. PORTO**
Sessões de esclarecimento também em **S. Mamede, Fânzeres, S. Cosme.** Às 21.30.

• **DISTR. SETÚBAL**
Outras sessões de esclarecimento em **Sarilhos Grandes, Lagoa da Palha, Amora, Aldeia do Cano, Paivas, Casal do Marco, Fernão Ferro, Corroios.**

• **DISTRITO VIANA DO CASTELO**
**Paredes de Coura:** sessão de esclarecimento nos Bombeiros

## Sexta 14

• **BARREIRO**
Sessão de esclarecimento com **Álvaro Cunhal**, nos Penicheiros. Às 21.30.

• **ALGUEIRÃO**
Sessão de esclarecimento com **Ruben de Carvalho**, do CC, no salão dos Bombeiros Voluntários. Às 21.30.

• **ARRUDA DOS VINHOS**
Sessão de esclarecimento com **Manuel Pedro**, do CC. Às 21.30.

• **CARTAXO**
Sessão de esclarecimento, às 21.30, com **Dias Lourenço**, da Comissão Política do CC.

• **FERRAGUDO**
Sessão de esclarecimento com **Margarida Tengarrinha**, do CC. Às 21.30.

• **ODECEIXE**
Sessão de esclarecimento, às 21.30, com **Carlos Luís Figueira**, do CC.

• **LISBOA**
Sessão de esclarecimento, na Sociedade de Guilherme Cossoul, com **Luísa Araújo**, do Secretariado do CC.

• **SESIMBRA**
Sessão de esclarecimento, no Externato Santa Joana, com **Joaquim Gomes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 21.30.

• **SOBRAL DE MONTE AGRAÇO**
Sessão de esclarecimento com **Albano Nunes**, do CC. Às 21.30.

• **TORRES VEDRAS**
Sessão de esclarecimento com **Octávio Pato**, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 21.30.

• **ZAMBUJAL**
Em Zambujal (Sesimbra) sessão de esclarecimento com **Sérgio Vilarigues**, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 21.30, na Associação Zambujalense.

• **DISTR. AVEIRO**
Sessões de esclarecimento em **Mealhada, Águeda, S. Martinho da Gândara.** Às 21.30.

• **DISTR. BEJA**
Sessões de esclarecimento em **Safara, Estrela, Saboia, S. Luís, Serpa.** Às 20.30.

• **DISTR. COIMBRA**
Sessões de esclarecimento em **Fermoselha, Póvoa de Midões, Antuzede, Arzila.** Às 21.30.

• **DISTR. LEIRIA**
Sessões de esclarecimento em **Azambujeira dos Carros, Santo Onofre, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Monte Real, Figueiras, Ferrel.** Às 21.30.

• **LISBOA**
Sessões de esclarecimento também em **Porto Salvo, Olival Basto, Lousa, Santo Antão do Tojal, Bairro Padre Cruz** e **Bairro da Boavista**, em Lisboa. Às 21.30.

• **DISTR. PORTALEGRE**
Sessões de esclarecimento em **Arronches, Barbacena, Vila Fernando, Monforte, Nisa, Barreiras, Vale das Aves, Vale do Bispo, Fazenda.** Às 21.30.

• **DISTR. SETÚBAL**
Sessões de esclarecimento também em **Quinta do Anjo, Palhota, Lagoa do Calvo, Aldeia do Cano, Brejos, Fogueteiro, Casal da Figueira.** Às 21.30.

• **DISTR. PORTO**
Sessões de esclarecimento em **Lavra, Novelas, Rio Tinto.** Às 21.30.

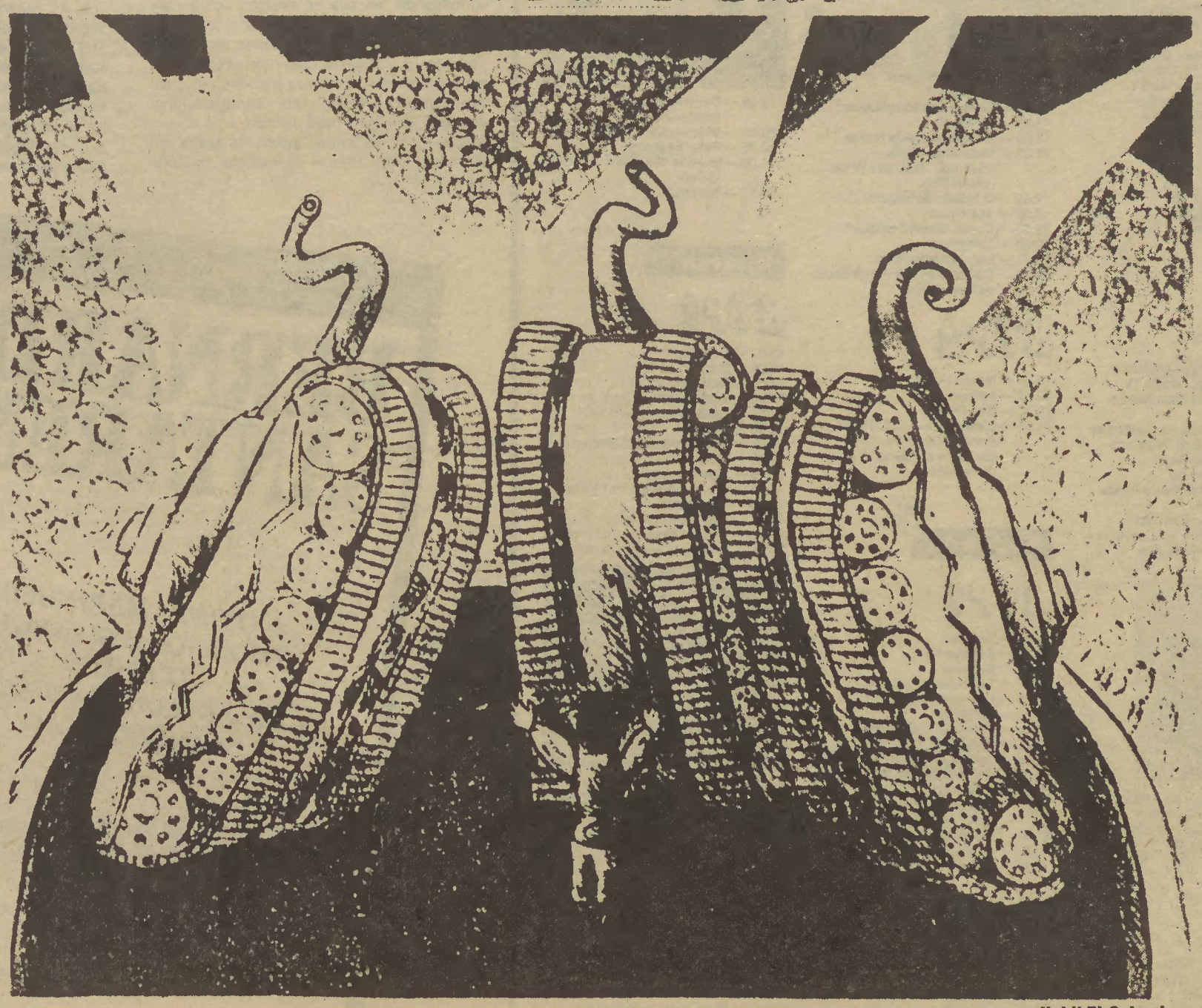
## Sessões de esclarecimento com Álvaro Cunhal

Hoje, dia 13, 21.30
**Cinema Plaza, Amadora**

Sexta, dia 14, 21.30
**Salão dos Penicheiros, Barreiro**

Hoje, dia 13, 18.30
**Reunião de camaradas da Marinha Mercante**
(ex-CTM, ex-CNN, Econave)
**CT de Alfama, Lisboa**

## ANTOLOGIA



**Nabil El-Solami** *in* Karigrafie

# TV O Programa

## Quinta 13

### RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens», 95.º Epis.
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.55 — **Curso de Inglês** – («Follow Me»)
19.20 — **Desporto**
19.45 — **Boletim Meteorológico para a Agricultura**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.30 — **Campanha Eleitoral**
20.55 — **Telenovela** – «Louco Amor», 157.º Epis.
21.35 — **Consultório do IVA**
21.40 — **Programa da Direcção de Informação**

22.40 — **Série** – «Crime, Disse Ela», últ.º epis.
23.30 — **Último Jornal.**

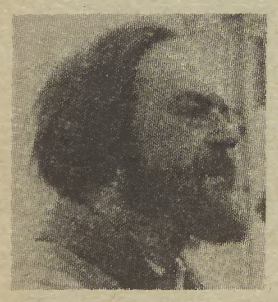
### RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Folclore**
20.30 — **Conheça Melhor**
21.00 — **Série** – «Homens de Boa Vontade»
22.00 — **Da... Música** – Beethoven – Sinfonia n.º 2. Orquestra Filarmónica de Berlim, maestro Von Karajan
22.25 — **Consultório do IVA**
22.30 — **Jornal da Noite.**

## Sexta 14

### RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens»
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.45 — **As Origens e os Costumes** – «A Lenda do Senhor do Galo de Barcelos»
19.30 — **Arte de Aveiro**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Campanha Eleitoral**
21.05 — **Telenovela** – «Louco Amor»
21.35 — **Consultório do IVA**



21.40 — **Série** – «Guerra e Paz», real. Sergei Bondartchuk
22.45 — **Série** – «Sarilhos com Elas»
23.15 — **Último Jornal.**

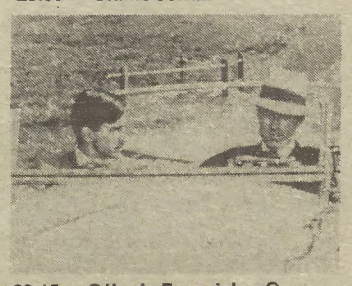
### RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Enquanto é Tempo**
20.30 — **Espaço Jazz**
21.30 — **Directo/2**
22.25 — **Consultório do IVA**
22.30 — **Jornal da Noite.**

## Sábado 15

### RTP1

11.30 — **Tempo dos Mais Novos**
14.00 — **Sport Billy**
14.25 — **Rugby** – Escócia-Inglaterra para o Torneio das 5 Nações
16.00 — **A Televisão dos Outros**
16.55 — **Vultos da Cultura Portuguesa** – «Aquilino Ribeiro», 2.º Programa
18.00 — **Campeonato do Mundo de Andebol de 7** – Grupo C (Final)
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.30 — **Série** – «Rabo de Saia»
21.30 — **Informação Desportiva**
22.00 — **Série** – «A Caminho da Esperança»
23.00 — **Último Jornal**



23.15 — **Sábado Especial** – «O Grande Gatsby», real. Jack Clayton (EUA/1974).

### RTP2

18.30 — **Troféu**
20.00 — **RTP/Brasil**
20.30 — **Série** – «Raízes»
21.30 — **Amazonas.**

## Domingo 16

### RTP1

10.30 — **Missa Dominical**
11.30 — **70 Vezes 7**
12.00 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **TV Rural**
13.30 — **Tempo dos Mais Novos**
15.30 — **Sessão da Tarde** – «Sabrina», real. Billy Wilder (EUA/1954)
17.30 — **O Mundo Selvagem**
19.00 — **Top Disco**
19.50 — **Como, Quem, Porquê?**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.30 — **Eleições para a Presidência da República.**

### RTP2

19.30 — **Novos Horizontes**
20.00 — **Adágio**
20.30 — **Nós Por Cá**
21.15 — **Cine-Clube** – «Não Há Paz Entre as Oliveiras», real. Giuseppe de Santis (Itália/1950).

## Segunda 17

### RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens»
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.07 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **As Origens e os Costumes**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Louco Amor»
21.15 — **Concurso 1, 2, 3**
23.15 — **24 Horas**
23.40 — **Remate.**

### RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **RTP/Açores**
20.30 — **2.ª Volta**
21.00 — **Zoom**
21.25 — **Notícias**

21.30 — **Teatro para Sempre** – «A Menina Júlia», de Strindberg, enc. Andreas Voutsinas
23.15 — **Notícias.**

## Terça 18

### RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens»
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.07 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Trânsito**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.35 — **Telenovela** – «Louco Amor»
21.15 — **Programa da Direcção de Informação**
23.15 — **Série** – «Chefes»
23.15 — **24 Horas**
23.35 — **Remate.**

### RTP2

19.30 — **Notícias**

19.35 — **Desenhos Animados** – «O Mascarilha»
20.00 — **Videopolis**
20.30 — **Falar de Macau**
21.00 — **Sessão das Nove** – «Ensaio Geral»
23.55 — **Notícias.**

## Quarta 19

### RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **Espaço 12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela** – «Origens»
13.35 — **Ciclo Preparatório TV**
18.00 — **Sumário**
18.07 — **Tempo dos Mais Novos**
18.45 — **País, País**
19.15 — **Telemundo**
19.55 — **O Livro Grande de Petete**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Bol. Meteorológico**
20.30 — **Vamos Jogar no Totobola**
20.40 — **Telenovela** – «Louco Amor»

21.30 — **Noite de Cinema** – «Os Emigrantes», real. Jan Troell (Suécia/1970)
23.55 — **24 Horas**
00.20 — **Remate.**

### RTP2

19.30 — **Notícias**
19.35 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Mulher a Mulher**
20.30 — **A Experiência Migrante**
21.20 — **Notícias**
21.30 — **Reportagem do Exterior**
23.20 — **Consultório do IVA**
23.25 — **Notícias.**

# Livros

**«Bernardo Santareno, Obras Completas»** — 2.º volume — «António Marinheiro», «Os Anjos e o Sangue», «O Duelo», «O Pecado de João Agonia», «Anunciação». Organização, Posfácio e Notas de Luiz Francisco Rebello. Editorial Caminho, Lisboa, 1985. Preço 900$00.

A «Editorial Caminho» acaba de lançar o 2.º volume das Obras Completas de Bernardo Santareno, edição organizada por Luiz Francisco Rebello e anotada por este dramaturgo e teatrólogo conhecido que completará esta colectânea com um posfácio.

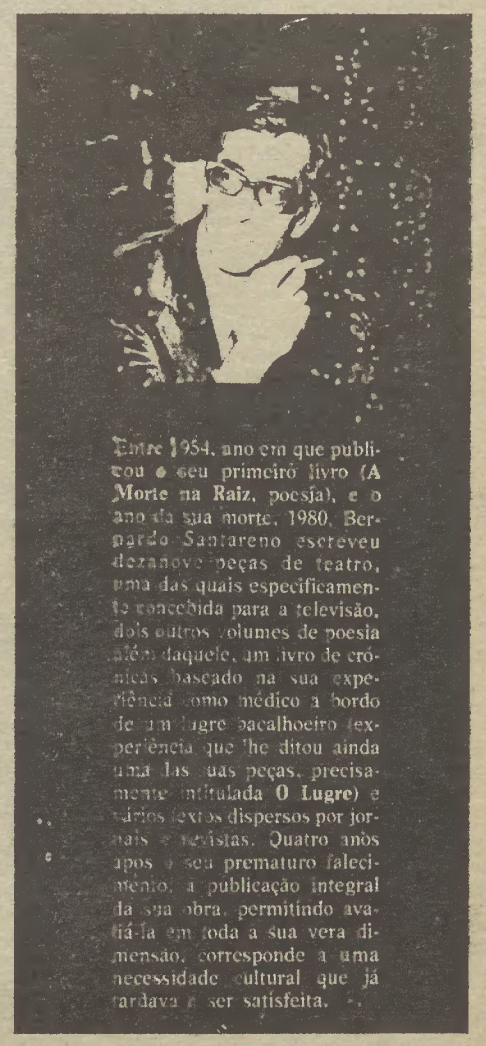
O primeiro volume, lançado há cerca de um ano — Dezembro de 1984 —, incluía as peças de teatro «A Promessa», «O Bailarino», «A Excomungada», «O Lugre» e «O Crime da Aldeia Velha».

Tudo teatro. Por enquanto. Como esclarece a nota introdutória ao 1.º volume, as «Obras Completas» de Santareno publicarão cinco volumes, o último dos quais dedicado aos textos em prosa e à poesia do escritor.

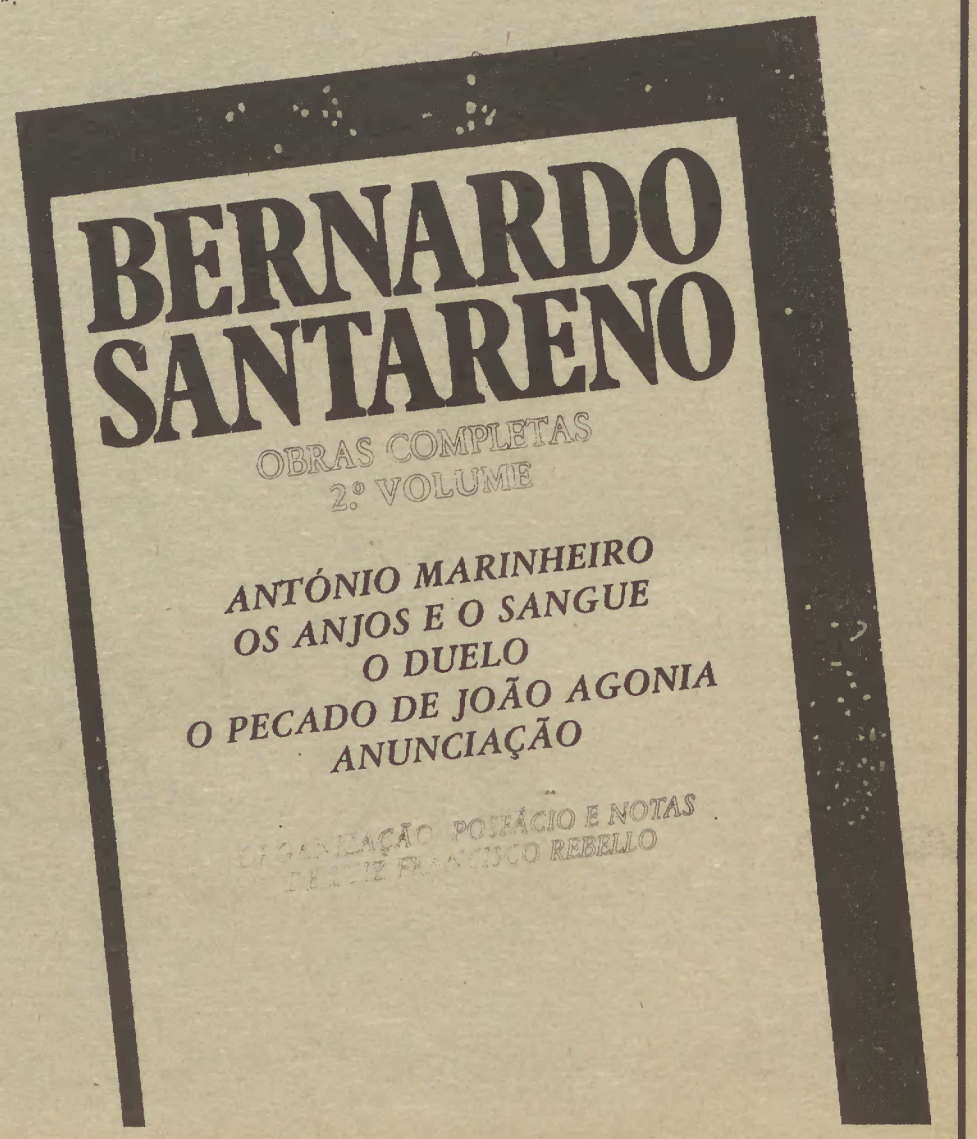
Falecido em 1980, Santareno, antes de aparecer como a figura da dramaturgia moderna portuguesa que veio a ser, começou pela poesia, publicando em 1954 o seu primeiro livro, «A Morte na Raiz» que, com outros dois livros de poesia («Romances do Mar», 1955, e «Olhos da Víbora», 1957), as crónicas «Nos Mares do Fim do Mundo» e outros textos dispersos, encerrarão as suas «Obras Completas».

Natural foi a opção da editora e do organizador em publicar primeiro o seu teatro — afinal o mais significativo da obra deste autor — nada menos de 19 peças escritas. Seguindo aqui a ordem cronológica da publicação das peças — e não da sua encenação (convém não esquecer que muitas delas sofreram a censura fascista e foram umas vezes retardadas, outras pura e simplesmente impedidas de serem representadas), aguardam-se ainda mais dois volumes — o 3.º e o 4.º — com peças de teatro.

Se os dois primeiros volumes pretendem corresponder ao que se designa como «primeiro ciclo» da obra de Santareno, e vão de 1957 a 1962, os dois seguintes pretendem abranger o «segundo ciclo» da obra, que a nota introdutória caracteriza por «um propósito de intervenção social mais acentuado, uma definição ideológica mais definida, uma aproximação maior às formas épicas de teatro em detrimento das formas dramáticas tradicionais».




O 3.º volume surgirá assim englobando as peças «O Judeu», de 1966, «O Inferno», de 1967, «A Traição do Padre Martinho», de 1969. O 4.º volume integra todas as peças publicadas já depois do 25 de Abril: «Português, Escritor, 45 Anos de Idade», de 1974, as quatro peças reunidas sob o título «Os Marginais e a Revolução», de 1979, e, por fim, a sua última peça, ainda inédita, «O Punho».



# Cinema — A selecção

| | | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---|---|---|---|---|---|---|
| A | Cotton Club | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| B | A Floresta Esmeralda | ★★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| C | A Honra dos Padrinhos | ★★★★ | ★★★ | ★★★★ | ★★★★ | — |
| D | Máscara | ★★★ | — | — | — | ★★★ |
| E | Mishima | ★★ | — | ★★★ | ★★★ | — |
| F | Regresso ao Futuro | ★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| G | Silverado | ★★★ | ★★★ | ★★★ | — | ★★★ |
| H | Sonhos de Ouro | ★★★ | ★★ | ★ | — | — |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Francis Ford Coppola – **Alfa/2** (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45). **Nimas** (14, 16.30, 19, 21.30) – **Lisboa**.
B — Real. John Boorman – **Alfa/Clube** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) – **Lisboa**.
C — Real. John Huston — **Londres**, (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) – **Lisboa**.
D — Real. Peter Bogdanovich — **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); **S. Jorge/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa; S. João** (18.45, 21.45) — **Porto**
E — Real. Paul Schrader — **Quarteto/4** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.
F — Real. Robert Zemeckis – **Alfa/3** (14, 16.30, 19, 21.30, 24). **Amoreiras/1** (14, 16.30, 19, 21.30, 24). **S. Jorge/1** (15.30, 18.30, 21.15) – **Lisboa**.
G — Real. Lawrence Kasdan – **7.ª Arte** (14.45, 17, 19.10, 21.45) – **Lisboa**.
H — Real. Nanni Moretti — **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30 — **Lisboa**

# Exposições...

**Arqueologia Industrial**, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.as, 4.as, 5.as e dom./10 às 17; 6.as e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

**Barbara Lessing**, pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda, 11, 1.º, de 2.ª a sáb./14.00 às 19.30 (até 15/2).

**Bertrand Gousse**, fotografia («Portugal, Rosto de um Povo»). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91.

**I Bienal de Arte dos Açores e Atlântico**. Soc. Nac. Belas Artes, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00.

**Buenos Aires – seus escritores, artistas, arquitectos**. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16 (até 23/2).

**Carlos Barroco**, pintura («Fados e Aventuras»). Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A, de 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 28/2).

**Carlos Nogueira**, pintura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

**Carlos Ramos**, «O Arquitecto, O Pedagogo, O Companheiro dos Artistas». Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15 às 19. dom./10 às 17.

**Carlos Zíngaro**, «Páginas de um Diário». Stuart, R. Filipe Folque, 49-B das 17.00 às 24.00 (até 26/2).

**Colectiva**, Gil Teixeira Lopes, Matilde Marçal, Rogério do Amaral, Rogério Ribeiro, entre outros. Gal. Príncipe Real, R. Príncipe Real, 32. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 5/3).

**Colectiva de serigrafia** («Homenagem a António Inverno») Gal. de S. Bento, R. do Machadinho, 1. De 2.ª a sáb./11.30 às 13.00 e 15.00 às 20.00 (até 1/3).

**David de Almeida**, pintura. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00. sáb./10.00 às 13.00 (até 24/2).

**David de Almeida**, pintura. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna/Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00 (até 16/2).

**David de Almeida**, pintura. Gal. 111, Campo Grande 113-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.30; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).

**Escultura Africana em Portugal**. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

**O Fantástico na Arte Contemporânea**, escultura, pintura, desenho. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3.º a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00.

**«Fernando Pessoa, o Último Ano»**, documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sab/ 9 às 13.00, até fim Fev.º.

**G.A.V.E.** (Joachim e Urbano-França), escultura. Gal Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º D. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 26/2).

**Grafismo e Ilustração nos Anos 20-30**, Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

**Inácio Matsinhe**, aguarelas. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 20/2).

**João Pombeiro**, pintura. Sociedade de Língua Portuguesa, R. S. José, 41, 2.º.

**Joaquim Bravo**, pintura. Gal. EMI, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.º a dom./15.00 às 19.30 (até 23/2).

**José Luís Tinoco**, pintura (1982-1985). Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

**José Pádua**, pintura. Gal. Igoper, Av.ª Gomes Pereira, 103.

**Júlio Pomar** — «Páginas de Álbum — Estudos de Bichos», desenhos. R. de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.º. 3.ª, 5.ª e 6.ª/17.30 às 20.30, 4.ª/21.30 às 23.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 19/2).

**Maria Fernanda Amado**, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 21/2).

**Maria Lucília Moita**, desenho e pintura. Atrium da Casa da Imprensa, R. Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 24/2).

**Moniz Pereira**, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. Todos os dias, das 19.30 às 24.00 (até 12/13).

**Pedro Tudela**, pintura («Vulcões e Vulconas»). Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48, de 3.ª a sáb./15.00 às 19.00 (até 7/3).

**Victor Hugo**, biblio-iconográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.00; sáb./10.00 às 13.00 (até 28/2).

**Alberto Péssimo** e **Domingos Pinho**, pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a sáb./10.00 às 12.00 e 15.00 às 22.00. PORTO.

**Alda Nobre**, pintura. Gal. Eg, Rua do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 20.00. PORTO.

**Al Doukhi**, pintura. Gal. Roma e Pavia, Rua D. Manuel II, 346-B, até 25/2 PORTO.

**Armando Alves** e **João Machado**, obras gráficas. Museu Nacional Soares dos Reis, Rua D. Manuel II. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 PORTO.

**Colectiva «Alguns da Nova Geração»**. Gal. Alvarez/Dois, Av. da Boavista, 707. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00, até 15/2 PORTO.

**Isabel Vieira** e **Ivone de Carvalho**, cerâmica e pintura. Gal. Vantag, R. Júlio Dinis, 764. De 3.ª a dom./15.30 às 19.00 PORTO.

**Pedro Simon** (Espanha), pintura. Gal. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00, até 28/2 PORTO.

**Sousa Vieira**, pintura. Gal. Eg, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30 PORTO.

**Arqueologia**, Ocupação Romana da Margem Esquerda do Estuário do Tejo. Até 15/2, Salão Nobre da Câmara Municipal ALCOCHETE.

**Marc Jurt**, desenho e gravura, até 14/2, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

**Colectiva** («Situações»). Até 18/2 Museu de ÉVORA.

**Alice Vinhas**, aguarelas. Gal. Gilde, S. Torcato, até 27/2. De 3.º a dom./15.00 às 19.00 GUIMARÃES.

**David de Almeida** e **Sérgio Pinhão**, gravura e desenho. Até 18/2 Castelo de PALMELA.

**Terras do Demo**, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

# Teatro — O Cartaz

• LISBOA

**Casa dos Tabuenses**, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb./21.45. **Tutankamon e a sua Rainha**, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

**Instituto Franco-Português**, Av. Luís Bívar, 91. De 3.ª a Sáb/21.30, sáb. e dom/16.00. **Tchekhov Tchekhova**, texto e enc. François Nocher.

**Maria Matos**, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. **Hedda Gabler**, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

**Maria Vitória**, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

**Soc. Guilherme Cossoul**, Av. D. Carlos I, 61, 1.º — 6.ª e sáb./21.30. **O Rei da Vela** de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes — Grupo de Teatro Amador da G. Cossoul.

**Teatro Aberto**, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

**Teatro do Bairro Alto**, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. 21.30; Dom/16 h. **O Pai**, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra e Anne Consigny – Teatro Cornucópia — *Estreia provável, dia 31/1*

**Teatro Ibérico**, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

**Teatro Villaret**, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

**Variedades**, Pq. Mayer. De 3.ª a dom./21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, àdapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

**Tearto**, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. /22.00, dom./17.00. **O Último Baile em Casa do Sr. Cunha**, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

**Teatro do Campo Alegre**, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./ 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca – Seiva Trupe.

**Teatro dos Modestos**, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.ª a sáb/21.30, dom/17.00 e 21.30; **Don Juan** de Zorilha, enc. Moncho Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

**TEP** — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• CASCAIS

**Teatro Experimental de Cascais**, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb/21.45, Dom/17.00. **No Natal a Gente Vem-te Buscar**, texto e enc. Naum Alves de Souza.

• SETÚBAL

**TAS – Teatro de Animação de Setúbal**. 6.ª, sáb., dom. e 2.ª, 21.30. **O Menino de Sua Mãe**, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

***Para crianças***

• LISBOA

**Casa da Comédia**, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e dom/16.00. **A Banda do Chico da Holanda**, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimar, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.

**Comuna-Sala 2**, Praça de Espanha. Sáb e dom/16.00. **Nós de um Segredo**, sobre textos tradicionais portugueses. Grupo O Bando.

• PORTO

**Auditório da Árvore**, R. Azevedo de Albuquerque. 6.ª/21.30, sáb./15.30 e 18.00, dom/15.30. **O Palhaço Verde**, de Matilde Rosa Araújo e Alberto Heinemans, enc. Robert Merino – Grupo Art'Imagem.

**Grupo Pé de Vento**, R. das Virtudes. Sáb. e dom./16.00. **Entregues à Bicharada**, de M. A. Pina, enc. João Luís.

# Tempo — Fim de Semana

Céu muito nublado, com aguaceiros no domingo — eis a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

# ...e ainda — Música, debates, etc.

## Música

**Temporada Gulbenkian**

No Grande Auditório, sexta-feira, dia 14, às 18.30, o **Deutsches Streichtrio** (viola, violino e violoncelo) num programa denominado «O Trio de Cordas na Actualidade». Obras de Fortner, Hölsky, Bussotti e Schönberg.

Também no Grande Auditório, quarta-feira, dia 19, às 18.30, concerto por **Janet Baker**, meio-soprano, e **Geoffrey Parsons**, piano. Obras de Mozart, Schubert, Mahler, Duparc, Debussy, Fauré.

Na Sé Patriarcal, domingo, dia 16, às 16.30, concerto de órgão por **Umberto Forni**. Obras de A. Scarlatti, Couperin, Buxtehude, J.S. Bach.

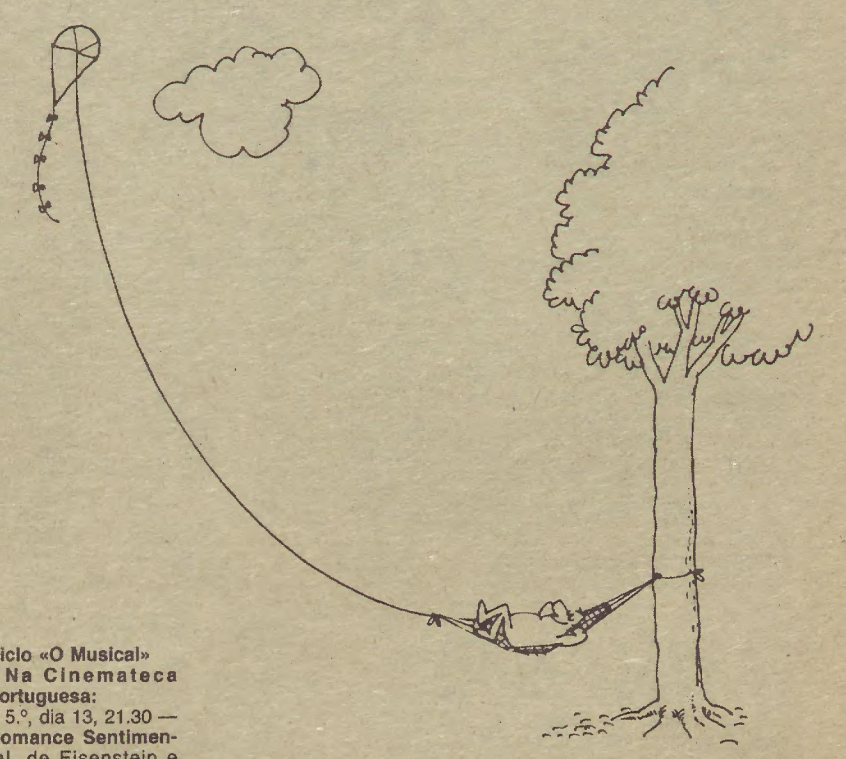
## Cinema

**ABC Cine Clube de Lisboa**

**O Espírito da Colmeia**, do espanhol Victor Erice, é o filme desta semana, ainda a prosseguir o ciclo «Filmes Mal-Amados». Sexta-feira, dia 14, às 18.45 no Estúdio 444.

**Cineclube Imagem**

**Berlin, Chamissoplatz**, de Rudolf Thomé, será exibido no domingo dia 16, às 21.30, integrado num ciclo de cinema alemão — e nas comemorações do 30.º aniversário do Imagem. Na sede (R. D. João V, 26, 3.º D), entrada livre.



**Ciclo «O Musical»**

**Na Cinemateca Portuguesa:**

5.º, dia 13, 21.30 — **Romance Sentimental**, de Eisenstein e Alexandrov (1931) e **Volga Volga**, de Alexandrov (1938).

6.º, dia 14, 18.30 — **Zu Neuen Ufern**, de Douglas Sirk (1937); 21.30 — La Habanera («O Veneno dos Trópicos»), de Douglas Sirk (1937).

Sábado, dia 15, 15.30 — **A Song to Remember** («Chopin Imortal»), de Charles Vidor (1945); 18.30 — **Song of Love** («Sonata de Amor»), de Clarence Brown (1947); 21.30 — **Song Without End** («Sonho de Amor»), de Charles Vidor e George Cukor (1960).

2.º, dia 17, 18.30 — **Les Parapluies de Cherbourg**, de Jacques Demy (1963); 21.30 — **Une Chambre en Ville**, de J. Demy (1982).

4.º, dia 19, 18.30 — **(Mozart-Wenn Die Götter Lieben**, de Karl Hartl (1942).

**Na Fundação Gulbenkian:**

3.º, dia 18, 18.30 — **Les Demoiselles de Rochefort**, de Jacques Demy (1966); 21.30 — **French Can-Can**, de Jean Renoir (1955).

4.º, dia 19, 21.30 — **Amadeus**, de Milos Forman (1984).

**Fantasporto 86**

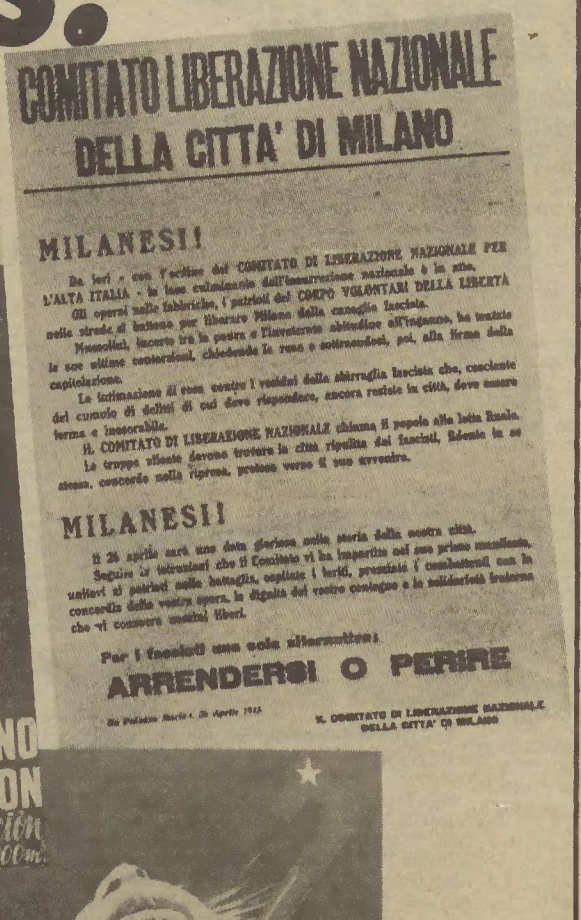
Durante toda esta semana prossegue no Auditório Nacional Carlos Alberto (e também no cinema Lumière) o 6.º Festival Internacional de Cinema do Porto-Fantasporto 86: cerca de uma centena de filmes seleccionados dentre a produção mais recente americana e europeia, incluindo algumas antestreias. Sessões diárias no Auditório Carlos Alberto a partir das 13.15.

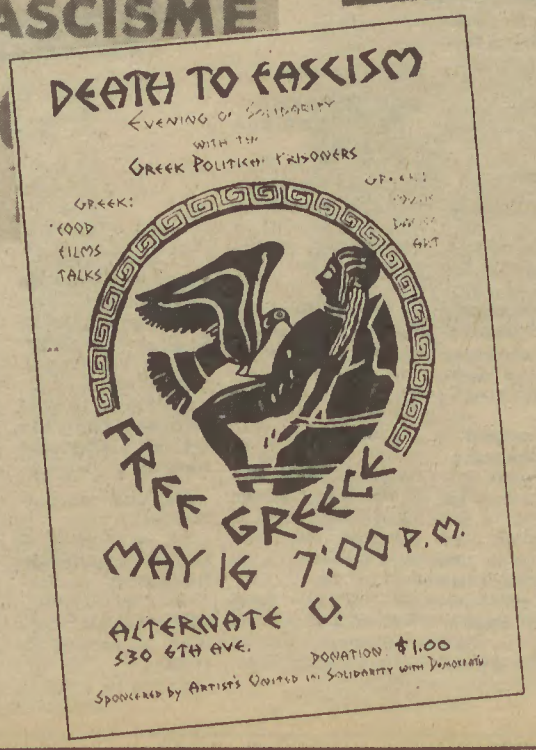
## Bailado

**Ballet Gulbenkian** sob a direcção de Jorge Salavisa: **Terra do Norte** (Olga Roriz/música tradicional de Trás-os-Montes e Minho recolhida por Giacometti), **Três Sonhos de Pássaros** (Vasco Wellemkamp-/François Bayle), **Bênção de Deus na Solidão** (V. Wellenkamp/Liszt), **Terra de Ninguém** (Olga Roriz/Steve Reich) — Grande Auditório Gulbenkian, dias 13 e 14 às 21.30, dia 15 às 16.00 e 21.30, dia 16 às 16.00.

# Variedades & utilidades

# Nunca mais!

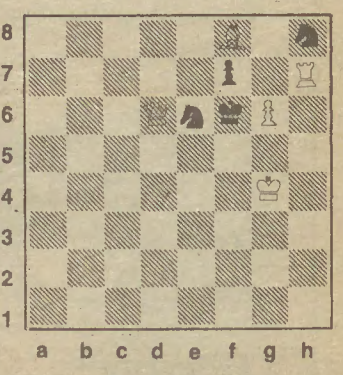


# Xadrez

XXXIX – 13 de Fevereiro de 1986

**PROPOSIÇÃO N.º 39**
Por: J. Knoppel
«Eskilstuna Kurinen», 1952
**Pr.** (4): Pf7-Cs.é6, h8-Rf6
**Br.** (5): Pg6-Bf8-Th7-Dd6-Rg4



Mate em 2 lances

**JOGO N.º 39**

Campeonato do Mundo por Equipas-/Lucerna, 1985.
**Br.** R. Vaganian (URSS) – **Pr.** M. Quinteros (Argentina).
**1.** d4,g6; **2.** Cf3,Bg7; **3.** ç4, d6; **4.** Cç3, Cf6; **5.** g3, 0-0; **6.** Bg2, Cç6; **7.** 0-0, a6; **8.** h3, Cd7; **9.** b3, é5; **10.** é3, f5; **11.** d:e5,d:é5; **12.** é4, f4; **13.** Ba3;, Tf7; **14.** h4, h6; **15.** Bh3, Dé8; **16.** Cd5, Cf8; **17.** B:ç8, D:ç8; **18.** Rg2, Cé6; **19.** Bb2, g5; **20.** h:g5, h:g5; **21.** Ch2, Cçd4; **22.** B:d4, C:d4; **23.** g:f4,g:f4; **24.** Dh5, Dé6; **25.** Cf3, C:f3; **26.** R:f3, ç6; **27.** Cb6, Tad8; **28.** Tad1, Dé7; **29.** Dg4, Td4; **30.** Tg1, Dd8; **31.** Dç8, D:ç8; **32.** C:ç8, T7; **33.** T:d4, T:d4; **34.** Cé7+, Rf8; **35.** Cf5, Td3+; **36.** Ré2, Td7; **37.** T:g7, T:g7; **38.** C:g7, R:g7; **39.** Rf3, Rg6; **40.** Rg4, ç5; **41.** a3, b6; **42.** a4, f3; **43.** R:f3, Rh5; **44.** Rg3, Rg5; **45.** f3, a5; **46.** f4+ e as Pretas abandonam.

**SOLUÇÃO N.º 39** (13.II.86)

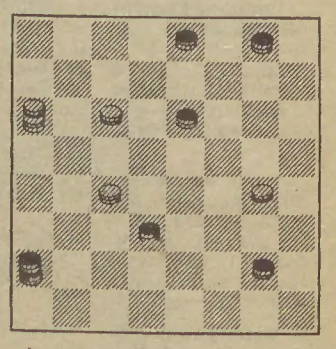
**Chave:** **1.** Th5! bloqueio
**1.** ..., C:g6; **2.** Tf5+
**1.** ..., f:g6; **2.** De7+
**1.** ..., R:g6; **2.** Th6+

**A. de M.M.**

# Damas

XXXIX — 13 de Fevereiro de 1986
**PROPOSIÇÃO N.º 39**
Por «Branco e Negro» – Lisboa
«Matuto» N.º 7, 1.V.1951
**Pr.** 5-(8)-14-22-29-30

**Br.** 13-15-23-(24)



Jogam as brancas e ganham

**JOGO N.º 39**
**Br.** Medalha da Silva – **Pr.** Artur Gomes
Almada, 25 de Fevereiro de 1979

**1.** 11-14, 21-17; **2.** 14-18, 22-13; **3.** 9-18, 23-19; **4.** 12-15, 19-12; **5.** 8-15, 28-23; **6.** 10-14, 23-19; **7.** 15-22, 26-10; **8.** 5-14, 32-28; **9.** 1-5, 28-23; **10.** 5-10, 23-20; **11.** 17-12, 29-26; **12.** 6-11, 20-15; **13.** 12-19, 27-22; **14.** 20-27, 31-6; **15.** 2-11, 26-22; **16.** 11-15, 22-18; **17.** 14-21, 25-18; **18.** 4-7, 30-26; **19.** 7-11, 18-13; **20.** 15-19,13-6; **21.** 3-10, 24-20; **22.** 19-23, 20-16; **23.** 23-28, 16-12; **24.** 28-31, 12-7; **25.** 11-15, 17-13 **G. Br.**

**GOLPE N.º 39**
De H.F. Shearer (II), 1892 – Escócia

**1.** 10-13, 22-19; **2.** 13-17, 21-18; **3.** 11-15, 19-14; **4.** 6-11, 23-20; **5.** 12-16, 27-23; **6.** 3-6, ? Perdente! **(Br. 1-2-4-5-6-7-8-9-11-15-16-17. Pr. 14-18-20-23-24-25-26-28-29-30-31-32 J. Pr. G.)**

**SOLUÇÕES N.º 39** (13.II.86)

**N. 39** (B.& N.): 23-27, 30-23 (**Se:** 8-19; 24-9 e 13-18 e +); 13-18, 22-13 (**Se:** 8-19; 24-9 +); 24-31 +
**Golpe N.º 39** (H.F.S.): 6..., 18-13; **7.** 9-18, 25-21; **8.** 18-25, 31-27; **9.** 11-18, 20-11; **10.** «come», 23-20 e faz Dama em 3 e ganha!

**A. de M. M.**